



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**TÚLIO VINÍCIUS ANDRADE SOUZA**

**ATENÇÃO PSICOLÓGICA ONLINE PARA PESSOAS LGBT  
NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19:  
narrativas com profissionais de psicologia**

Recife

2022

TÚLIO VINÍCIUS ANDRADE SOUZA

**ATENÇÃO PSICOLÓGICA ONLINE PARA PESSOAS LGBT  
NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19:  
narrativas com profissionais de psicologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. **Área de concentração:** Psicologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.

Recife

2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S729a Souza, Túlio Vinícius Andrade.  
Atenção psicológica online para pessoas LGBT no contexto da pandemia de Covid-19 : narrativas com profissionais de psicologia. / Túlio Vinícius Andrade Souza. – 2022.  
135 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2022.  
Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Serviços de saúde mental – Avaliação. 3. Minorias sexuais. 4. Discriminação em cuidados médicos. 5. Internet na psicoterapia.  
I. Dantas, Benedito Medrado (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-015)

TÚLIO VINÍCIUS ANDRADE SOUZA

**ATENÇÃO PSICOLÓGICA ONLINE PARA PESSOAS LGBT  
NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19:  
narrativas com profissionais de psicologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. **Área de concentração:** Psicologia.

**Aprovada em:** 06 / 07 / 2022.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Viviane Melo de Mendonça (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Bruno Robson de Barros Carvalho (Examinador Externo)  
Centro Universitário do Rio São Francisco

## AGRADECIMENTOS

Apesar de ter sido um processo extremamente solitário no âmbito do contato físico, muitas pessoas me deram forças para que eu conseguisse chegar até aqui. Essas, de fato, estiveram comigo nas trincheiras. Não me deixaram desistir, desanimar e nem morrer.

Ao meu (re)encontro com Mainha, aqui em Siriji. Mãe, obrigado por tanto, pelo empenho em me entender e me ajudar, mesmo com poucos recursos.

À minha família, Celina, Toin Lopes, Sio, Tha e Jorge, que se esforçam para compreender o que parece, para eles, incompreensível. Vocês são parte da minha jornada!

Às minhas amigas da vida (e amigos também)! Vocês são incríveis e eu só estou conseguindo passar por mais essa por conta das contribuições de cada uma. Atualmente, queria destacar, por ordem alfabética, Ágatha, Carol, Ceci, Elbert, Jana, Jow, Lays e Ray.

À Clara Furtado, que fico sem palavras para agradecer! Mas não faltam palavras nos nossos áudios de nove minutos e ligações de 1h30min. Ao macarrão à bolonhesa, segredos compartilhados, confiança indescritível, parceria para qualquer momento e uma das maiores psicólogas (ou o que ela quiser ser) que o Brasil vai ter! “Amigo, você comeu hoje? Dormiu?”. Clara, eu te amo! Meus dias são mais leves contigo.

À Tafa, minha união mais esperada e comentada em linha reta aqui em Siriji! Amigo, obrigado por ter me ensinado as dinâmicas de ser dissidente em contextos interioranos (especialmente com todas as particularidades que Siriji carrega), me alertar sobre perigos, mas compartilhar comigo estratégias sobre viver e para (sobre)viver. Sei que eu tenho “uma especialista no assunto, então vamos escutá-la”.

Ao GEMA, em especial ao Grupo Diversidades, pelos encontros virtuais nas quartas à tarde, pelas risadas, pelas inúmeras contribuições em vários sentidos. Destaco, aqui, meus “anjos”: Dan, Jader, Moema e Neto; e minhas colegas de turma: Lua, Laís e Rebeca. Obrigado por tanto carinho e pontuações cuidadosas nesse processo.

A Benedito Medrado, meu professor, meu orientador e um grande exemplo profissional! Obrigado, Bene, por tantos ensinamentos compartilhados, tantos deslocamentos causados. Está sendo, sem dúvidas, uma das experiências mais impactantes da minha vida. O senhor (será que um dia eu consigo chamar de “você”?) me proporcionou (e proporciona) grandes reflexões que sei que carregarei para a vida. Com cuidado, atenção e afeto... “*Abraços, Bene*”.

À Manô, João, Mário, Carol, Tiago, Val, Jul e Hiago, pelos diálogos, trocas afetivas, compartilhamento de experiências e disponibilidade. Esses agradecimentos são repletos de

trocas de poemas, imagens e tem a trilha sonora de “Gilsons – Pra Gente Acordar”, que se tornou a epígrafe desta dissertação. Conhecer vocês foi um presente!

À minha turma do PPGPsi (ingressantes em 2020), pelas trocas online. A “turma pandêmica”, sem nenhum tipo de orgulho por esse título, foi incrivelmente necessária para que eu conseguisse chegar até aqui. Não poderia deixar de destacar Lígia e Ste, que formaram comigo todos os trios das avaliações das disciplinas e por tanto me ensinarem; Lu Chada e Nath, com nosso “kikiki do mestrado”, por tantos desabafos, afetos e aprendizados coletivos; Karol, pelos áudios gigantes, respondidos com outros maiores ainda, todos com tanto carinho e preocupação, e nossa comunicação por boletim de atualização mensal.

Ao “grupinho de apoio” que inspirou essa dissertação. Vocês são perfeitos/as/es. Definitivamente, nos momentos mais difíceis, estávamos juntas. E que assim permaneçamos!

À Siriji e as oportunidades que esse distrito me permitiu. Se boas ou ruins, agora não cabem julgamentos. Mas uma coisa é certa: são inesquecíveis.

Às minhas professoras orientadoras durante toda essa trajetória, Profa. Ma. Gilvaní Pilé (Ensino Médio), Profa. Dra. Marília Montenegro (PIBIC e Mono) e Profa. Dra. Cristina Amazonas (PIBIC e Mono). Meu processo de aprendizagem vem sendo consolidado desde cedo e essas mulheres gigantes sempre me inspiraram muito. Obrigado por terem acreditado em mim.

À Prof.<sup>a</sup>. Dra. Viviane Melo de Mendonça e ao Prof. Dr. Bruno Robson de Barros Carvalho, pela leitura atenciosa, sugestões ímpares e arguição cuidadosa durante a banca de qualificação. E, também, por terem aceitado participar da banca de defesa pública. Que bom que nossos caminhos se cruzaram.

À Maria Janeide, bibliotecária na UFPE, pela disponibilidade, paciência e cuidado durante todo o processo de elaboração da ficha catalográfica desta produção.

À FACEPE, pelo financiamento e por possibilitar que essa pesquisa se concretizasse. Investir em ciência é necessário!

Pra Gente Acordar  
[...] E há de nascer  
Um novo amanhã  
Pra gente acordar  
E dançar  
Sem medo de ser  
Sem medo de amar  
Sem que nada possa  
Nos machucar [...].  
(GILSON, 2022)

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a produção de sentidos sobre atenção psicológica online a pessoas LGBT, no contexto da pandemia de COVID-19, a partir de narrativas construídas junto a profissionais de psicologia. Enquanto realizávamos a revisão da literatura científica para aproximarmos-nos da temática de saúde mental e dissidências sexuais e de gênero, o mundo enfrentava a incerteza das consequências de uma pandemia. Nesse sentido, foram observadas implicações na saúde mental da população em geral e, mais ainda, de populações historicamente vulnerabilizadas, como a LGBT. Assistia-se, também, a um aumento do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação para ofertar serviços de atenção psicológica que, de acordo com pesquisas preliminares, precisa ser estudado mais profundamente. Dessa maneira, definimos os nossos objetivos na interface entre essa controvérsia histórica e fundamentamos-nos em uma orientação teórico-metodológica qualitativa em psicologia social, embasada no (pós)construcionismo e leituras feministas interseccionais, seguindo princípios e estratégias de análise das práticas discursivas e produção de sentidos. Realizamos entrevistas narrativas com oito profissionais de psicologia, tendo como resultado a coprodução de textos e linhas discursivas. A criação/manutenção de redes de atenção psicológica fez parte do nosso campo-tema e, por isso, todos/as os/as psicólogos/as deveriam estar facilitando grupos online para pessoas LGBT. A partir dos deslocamentos produzidos pelos diálogos, elaboramos como eixos de análise: (1) a produção de sentidos sobre saúde mental da população LGBT em tempos de pandemia; (2) demandas contínuas e cenários desordenados: a expansão dos atendimentos online e (3) atenção psicológica em rede: grupos online como categoria de análise. Organizamos as narrativas de modo a evidenciar “linhas, curvas e sombras”, na tentativa de, respectivamente, explorar (1) aspectos comuns, conexões; (2) caminhos distintos, desvios e (3) não ditos, espaços de tensionamento. Na esperança de contribuir com outras possibilidades de pesquisas, tecemos considerações sobre nossos alcances e limitações.

**Palavras-chave:** atenção psicológica online; clínica psicológica; LGBTfobia; narrativas; pandemia de COVID-19.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the production of meanings about online psychological care to LGBT people in the context of COVID-19 pandemic, based on narratives made with psychology professionals. While we were carrying out a review of the scientific literature to approach the issue of mental health and sexual and gender dissidence, the world was facing the uncertainty consequences of a pandemic. In this sense, implications were observed for the mental health of the population in general and, even more, of historically vulnerable populations, such as the LGBT. There was also an increase in the use of Information and Communication Technologies to offer psychological care services that, according to preliminary research, need to be studied more deeply. In this way, we define our objectives at the interface between this historical controversy. We are based on a qualitative theoretical-methodological orientation in social psychology, grounded on (post)constructionism and intersectional feminist readings, following principles and strategies to analyze discursive practices and production of meanings. We conducted narrative interviews with eight psychology professionals, resulting in the co-production of texts and discursive lines. The creation/maintenance of psychological care networks was part of our field-theme and, therefore, all psychologists should be facilitating online groups for LGBT people. From the displacements produced by the dialogues, we elaborated as axes of analysis: (1) the production of meanings about the mental health of the LGBT population in times of pandemic; (2) ongoing demands and disordered scenarios: the expansion of online services and (3) psychological care in a network: online groups as a category of analysis. We organize the narratives in order to highlight “lines, curves and shadows”, in an attempt to, respectively, explore (1) common aspects, connections; (2) distinct paths, deviations and (3) unsaid, spaces of tension. Hoping to contribute to other research possibilities, we make considerations about our achievements and limitations.

**Keywords:** online psychological care; psychological clinic; LGBTphobia; narratives; COVID-19 pandemic.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A REVISÃO DE LITERATURA COMO CAMINHO PARA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO/PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Reconhecendo por onde trilharemos .....</b>	<b>17</b>
2.1.1	Critérios de seleção .....	18
2.1.2	Definição dos termos de busca e procedimentos .....	18
<b>2.2</b>	<b>Aproximando-se do <i>corpus</i> .....</b>	<b>24</b>
2.2.1	Definição do <i>corpus</i> para análise.....	25
<b>2.3</b>	<b>Recolhendo produções durante a jornada: um levantamento assistemático .....</b>	<b>28</b>
<b>2.4</b>	<b>Caracterizando as produções selecionadas .....</b>	<b>30</b>
<b>2.5</b>	<b>Dialogando com as produções .....</b>	<b>38</b>
2.5.1	Explorando argumentos e temáticas .....	39
<b>3</b>	<b>PERCURSOS ENTRE ATRAVESSAMENTOS E ATROPELAMENTOS .....</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>OLHARES SOBRE O MUNDO E SOBRE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: POSICIONAMENTO TEÓRICO- METODOLÓGICO .....</b>	<b>54</b>
<b>5</b>	<b>“TÚLIO CONVIDOU VOCÊ PARA PARTICIPAR DE UMA VIDEOCHAMADA”: A COCONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS .....</b>	<b>62</b>
<b>5.1</b>	<b>Manô – LGBTEncontros+ .....</b>	<b>64</b>
<b>5.2</b>	<b>João – Grupo de Apoio LGBTQIA+ .....</b>	<b>70</b>
<b>5.3</b>	<b>Mário – Vozes e Cores .....</b>	<b>76</b>
<b>5.4</b>	<b>Carol e Tiago – Grupo de Apoio LGBTI+ .....</b>	<b>82</b>
5.4.1	Tiago .....	83
5.4.2	Carol .....	89
<b>5.5</b>	<b>Val, Jul e Hiago – Vibe Colorida .....</b>	<b>95</b>
5.5.1	Val .....	95
5.5.2	Jul .....	100
5.5.3	Hiago .....	106
<b>6</b>	<b>LINHAS, CURVAS E SOMBRAS: VIAGENS E CAMINHOS PARA</b>	

	<b>UMA DIMENSÃO REFLEXIVA .....</b>	<b>113</b>
<b>6.1</b>	<b>Produção de sentidos sobre saúde mental da população LGBT em tempos de pandemia .....</b>	<b>114</b>
<b>6.2</b>	<b>Demandas contínuas e cenários desordenados: a expansão dos atendimentos online .....</b>	<b>118</b>
<b>6.3</b>	<b>Atenção psicológica em rede: grupos online como categoria de análise .....</b>	<b>121</b>
<b>7</b>	<b>A DISSERTAÇÃO ACABA QUANDO O PRAZO TERMINA! .....</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como começar essa dissertação, depois de tantos passos percorridos, idas, vindas e voltas, (re)construções? A última coisa que falta para completar o texto escrito dessa produção é essa introdução! Sim, como de costume em um relatório de pesquisa, finalizo pelo começo. Parece não ser possível expressar, em palavras, um começo ou um final para essa trajetória.

No início da seleção do mestrado, no segundo semestre de 2019, eu tinha acabado de concluir minha graduação no curso de direito e estava no quarto semestre de psicologia. Desde minha infância, no entanto, a psicologia atravessa meu caminho de diversas maneiras. Construí um sonho de enveredar por esse campo de formação profissional, entender melhor algumas questões e, então, escrevi meu pré-projeto de pesquisa com palavras que gritavam no meu peito e, até hoje, atravessam minha alma. Meu objetivo central era analisar a produção de sentidos sobre homossexualidade e saúde no contexto das intervenções psicoterápicas relacionadas às orientações sexuais (a chamada “cura gay”), a partir das narrativas com homens gays.

O meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGpsi – UFPE) carregou consigo altíssimas expectativas. Era lá que eu queria estar. Porém, uma grande pedra no meio do caminho... Pandemia. Após a primeira semana e apenas uma aula e uma (ou duas) orientação presencial, suspensão de todas as atividades. Incertezas. O número de pessoas contaminadas no Brasil crescia de maneira exponencial. Isolamento social. Tecnicamente, ninguém sabia muito bem o que estava acontecendo, como o vírus se comportava, nem a dimensão da gravidade do problema. Esperançoso, acreditei, como muitos/as, que tudo aquilo duraria, no máximo, um mês. O tempo foi passando, as consequências aumentando e o cotidiano sendo profundamente alterado.

O governo brasileiro, especialmente por meio de depoimentos do presidente Bolsonaro, relativizou tudo que estava acontecendo no mundo. Através das suas aparições públicas e transmitidas na mídia dizendo que tudo não passava de uma “gripezinha”<sup>1</sup>, ou que o Brasil deveria deixar de ser “país de maricas” e enfrentar pandemia “de peito aberto”,<sup>2</sup> o país colapsava. De acordo com a última atualização em 20/05/2022<sup>3</sup>, às 17h30min, foram mais de 665 mil óbitos e mais de 30 milhões de casos confirmados em nosso país, terceiro país do mundo em número de casos (perdendo apenas para os Estados Unidos e a Índia) e segundo em

---

<sup>1</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. (Último acesso em 22 de maio de 2022 às 15h29min).

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. (Último acesso em 22 de maio de 2022 às 15h43min).

<sup>3</sup> Dados extraídos do “Painel Coronavírus”, site oficial do governo brasileiro, disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. (Último acesso em 20 de maio de 2022 às 23h42min).

número de mortes (a Índia tem menor número de mortes, apesar de ter maior número de casos que o Brasil).

Em meio a tudo isso, muitas e frequentes denúncias de violação de direitos humanos, muitos dos quais não se configuravam necessariamente em novidades, mas que podíamos ver com lentes de aumento. “Fique em casa” não parecia ser tão simples. Sexismo, racismo, capacitismo e LGBTfobia adotaram outros contornos. Na mesma medida, pareciam se ampliar também as formas de visibilizar, de denunciar, mas também de acolher. Redes de apoio online (virtuais, remotas, via internet etc.) começam a se configurar como espaço de acolhimento em período de isolamento.

Com o confinamento (*lockdown*) e consequente fechamento das universidades por tempo indeterminado, voltei a viver no interior do estado. Dez anos depois de sair daqui e de tudo que esse local simboliza, voltei com cama, ventilador, guarda-roupa e muitas dúvidas. Em hipótese alguma esperava que isso pudesse acontecer algum dia. Agora, completo dois anos aqui, mas na esperança de que, em breve, voltarei para Recife e para dentro da UFPE, que tão bem me acolhe.

Essa introdução com tom de desabafo, escritos de um diário ou como uma carta para mim, serve para tentar localizar essa produção, minimamente, nesse emaranhado não muito organizado de acontecimentos. Eu não tenho capacidade e nem sanidade para revisitar todos eles, e aqui estou considerando, de maneira ampliada, questões do campo político, econômico, social, pessoal.

Assim como as palavras que me cortam por dentro serviram como elemento para a escrita do pré-projeto, as dilacerações e (re)familiarizações desses dois últimos anos alimentaram a construção da presente dissertação. Nesse sentido, tentamos organizar um processo dialógico, não linear, no meio desse caos generalizado, para apresentarmos o texto da nossa produção, que vai muito além das palavras.

De início, trazemos a revisão dialógica de literatura como o caminho que percorremos para a construção do nosso objeto/problema de pesquisa. Todos os atravessamentos iniciais da pandemia perpassaram a realização desse exercício, com suas idas e vindas, voltas e paradas. Para isso, dialogamos com 17 textos científicos, entre artigos, dissertações e teses. Esses, por sua vez, não tratam diretamente sobre a nossa atual temática central, dado seu caráter inédito, mas foram cruciais durante a nossa trajetória.

As considerações apresentadas nesse capítulo vão desde as discussões sobre diferentes formas de realizar uma revisão da literatura científica, do nosso percurso metodológico para

selecionar as produções e da caracterização e considerações argumentativas sobre elas. Finalizando com indícios de por onde seguiríamos.

Posteriormente, detalhamos um pouco mais sobre o que trouxe aqui no início, ou seja, sobre os percursos entre atravessamentos e atropelamentos da minha vivência pessoal, das implicações nas questões que tangem a saúde mental e várias outras ressonâncias. Essas reflexões forneceram subsídios para que construíssemos, de fato, os objetivos da presente pesquisa.

Para apresentar os nossos olhares sobre o mundo e a produção de conhecimentos, escrevemos sobre o nosso posicionamento teórico-metodológico e, por consequência, as inspirações epistemológicas que nos ancoramos. Em resumo, trouxemos como marco teórico-epistemológico os estudos em Psicologia Social Crítica fundamentados no (pós)construcionismo social, seus diálogos com o feminismo interseccional e compreendendo toda a produção como um processo situado nos mais complexos âmbitos, como o histórico-social.

Além disso, justificamos a caracterização metodológica dessa pesquisa como exploratória de cunho qualitativo e, para isso, discorremos o porquê das nossas escolhas por utilizar as entrevistas narrativas como instrumento na coprodução dos resultados e sua adequação em todo o escopo delimitado.

Em seguida, tecemos comentários sobre como organizamos a apresentação dos textos híbridos e, logo após, disponibilizamos as oito narrativas coproduzidas com os profissionais de psicologia que trabalharam em cinco grupos online diferentes.

Na sexta seção, procuramos evidenciar “linhas, curvas e sombras” entre as narrativas na tentativa de, respectivamente, explorar aspectos comuns, conexões; caminhos distintos, desvios e não ditos, espaços de tensionamento. Para isso, também fizemos atualizações bibliográficas e tentamos alinhar os achados com as elaborações anteriores. A partir dos nossos objetivos específicos, três eixos de análise foram elaborados: (1) a produção de sentidos sobre saúde mental da população LGBT em tempos de pandemia; (2) demandas contínuas e cenários desordenados: a expansão dos atendimentos online e (3) atenção psicológica em rede: grupos online como categoria de análise.

É importante ressaltar, também, que nossa dissertação (sim, no plural) foi elaborada de maneira coletiva. Ela passou, virtualmente, por Belém do Pará, com João; por Porto Alegre, com Manô; pelo interior do Rio de Janeiro, com Mário e pela Capital, com Val; por Recife, com Carol e Tiago; pelo Espírito Santo, com Hiago e por São Paulo, com Jul. Além disso, também é fruto das discussões do Grupo Diversidades, coordenado pelo Prof. Dr. Benedito

Medrado, orientador desta dissertação e um dos líderes do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA – UFPE/CNPq). Em adicional, não poderia deixar de reconhecer as contribuições de várias outras pessoas que cruzaram os meus caminhos e andanças (virtuais ou não) para essa pesquisa (algumas delas referidas na seção de agradecimentos).

Desejo que essa leitura não seja tão pesada quanto tudo que precisei vivenciar para chegar até aqui, vivo, no meio desse caos.

## 2 A REVISÃO DE LITERATURA COMO CAMINHO PARA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO<sup>4</sup>/PROBLEMA DE PESQUISA

Existem várias acepções, de diferentes autores e autoras, sobre o que seria considerada uma revisão de literatura. Numa acepção mais técnica, João Medeiros (2006, p. 44), por exemplo, entende que esse exercício compreende “o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar” e, para isso, estabelece que quatro etapas são necessárias: identificação, localização, compilação e fichamento.

Em uma tentativa didática de elucidar os procedimentos necessários para a realização desse trabalho, Marina Marconi e Eva Lakatos (2003) defendem que oito fases distintas são imprescindíveis: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação e, por fim, a redação.

Sérgio Luna (1997), em uma direção semelhante, ao delimitar alguns objetivos da revisão de literatura, enfatiza que ela deve descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa, ou seja, o que já se sabe, quais as principais lacunas e onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. Para esse autor, uma revisão bibliográfica, em geral, tem o objetivo de circunscrever um problema de pesquisa previamente delimitado dentro de um quadro de referencial teórico que pretende explicá-lo.

Essas abordagens, que vamos chamar aqui de “prescritivas”, pressupõem a definição prévia de um objeto de pesquisa circunscrito e preciso. Porém, muitas vezes, o exercício da revisão da literatura pode resultar na própria definição do objeto.

Alfonso Montuori (2005) considera limitado um levantamento de “quem disse o quê”, que resulta em uma repetição descritiva de nomes e corolário de ideias. Sharon Walker (2015), expressamente inspirada nas colocações de Montuori (2005), considera essa revisão (que ele define como “reprodutiva”) como um método positivista de fazer ciência, pois pressupõe uma única verdade a ser achada (considerando que se “buscaria algo”), podendo ser reproduzida por outras pessoas, da mesma maneira (e, portanto, replicável e generalizante).

Sugerem, portanto, como alternativa, a ideia de uma “revisão criativa”, onde o/a autor/a da revisão deve ser participante ativo na construção de uma interpretação dos textos, ao invés de buscar meramente reproduzir posicionamentos de autores/as e trabalhos selecionados

---

<sup>4</sup> Pensando na perspectiva teórico-epistemológica e ético-política que esta pesquisa está assentada, ratificamos a necessidade de subverter a lógica categorial dicotômica entre sujeito e objeto de pesquisa. Com isso, no desenvolvimento dessa pesquisa, também pretendemos romper com o lugar marcado pelo caráter positivista de ciência daquele que sabe *versus* aquele que serve como material de análise.

(MONTUORI, 2005). Walker (2015) aponta, então, que esta perspectiva converge com a lente social-construcionista, em que sentido e compreensão são construídos entre pessoas. Partindo da perspectiva da dialogia entre textos, afirma que é possível identificar temas, conexões e gerar novos conhecimentos, o que caracterizaria a revisão dialógica da literatura (WALKER, 2015).

Por entendermos que esse trabalho com as produções científicas ajuda na construção do próprio objeto/problema de pesquisa, em si, e não o inverso, nos aproximamos das proposições de Montuori (2005) e Walker (2015). Assim, concordamos com o argumento epistemológico de que o envolvimento ativo no processo de construção do conhecimento gera uma posição de não neutralidade do/a pesquisador/a (MONTUORI, 2005).

É válido reiterar que partimos do pressuposto de um conhecimento científico situado social, política e historicamente; portanto, parcial, precário e provisório (HARAWAY, 1995). Reconhecemos que a nossa postura, enquanto pesquisadores, não é neutra desde o momento que escolhemos (ou somos envolvidos/as) pela temática até a produção final, perpassando pelos processos necessários de escolhas do fazer científico, nos posicionamos a partir de várias perspectivas e de implicações das nossas trajetórias de vida. Nesse ínterim, ratifica-se que “as atitudes que tomamos ao longo de nossa pesquisa moldam as características que encontramos no mundo pesquisado” (TULKU, 1987, p. 63-64, *apud* MONTUORI, 2005, p. 374).

Ao propor a realização dessa revisão bibliográfica, então, nossa finalidade é, através de uma revisão dialógica de literatura, produzir caminhos para enveredarmos em uma pesquisa empírica. Todavia, compreendemos que esse exercício já tem, intrinsecamente, um caráter científico de produção de conhecimento, na medida em que pode explicitar tendências, contradições, aproximações e distanciamentos.

Para guiar os nossos passos metodológicos da seleção do *corpus*, utilizaremos como referência dois textos que seguiram processos análogos para encontrar as produções almejadas, ambos escritos no âmbito do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA – UFPE/CNPq), grupo de pesquisa ao qual estamos vinculados. Dessa maneira, elegemos o capítulo de livro intitulado “Literatura Científica sobre Gravidez na adolescência como dispositivo de produção de paternidade” (MEDRADO *et al.*, 2011) e a dissertação de Marília Gabriella Torres de Andrade (2019), especificamente o capítulo da revisão de literatura.

O primeiro desses consiste em uma revisão sistemática de literatura e o segundo, por sua vez, combina processos sistemáticos com outros textos para composição do *corpus* final da pesquisa, o que parece aproximar os procedimentos técnicos desse exercício aos preceitos da

revisão dialógica. Assim, será possível conduzir o nosso processo inicial na busca/construção ativa de possíveis caminhos.

## 2.1 (Re)conhecendo por onde trilharemos

Partimos da perspectiva de pensar acerca da produção de sentidos sobre homossexualidade (especialmente) e saúde no contexto das intervenções psicoterápicas relacionadas às orientações sexuais. Para encontrar uma literatura científica que pudesse servir como fundamentação teórica, considerando esse amplo escopo, foi necessário estabelecermos alguns critérios.

Nesse sentido, determinamos três fontes de buscas onde procuramos artigos, dissertações e teses. Essa escolha não foi feita de maneira aleatória, na medida em que consideramos a imprescindibilidade de localizar (e, conseqüentemente, analisar) produções de naturezas diversas, considerando suas diferentes finalidades. Assim, optamos por utilizar a SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS – Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) como “solos” para as nossas andanças, conforme detalhes no quadro 1.

**Quadro 1** – Bases de dados selecionadas

<b>Tipo de produção</b>	<b>Fonte</b>	<b>Informações</b>
Artigos científicos	SciELO (Scientific Electronic Library Online) (Biblioteca Eletrônica Científica Online)	Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. É resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Site: <a href="https://scielo.org/">https://scielo.org/</a>
Artigos científicos e outros textos	BVS – Psi (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil)	A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil ou simplesmente (BVS-Psi Brasil) é referência na América Latina e brasileira em informação científica em Psicologia de qualidade, com bases de dados diversificadas e algumas com mais de 30 anos. Site: <a href="http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php">http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php</a>
Teses e dissertações	BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações)	Integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e

		dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional. Site: <a href="http://bdtd.ibict.br/vufind/">http://bdtd.ibict.br/vufind/</a>
--	--	--

Fonte: o autor (2020)

### 2.1.1 Critérios de seleção

A partir desse rico e robusto cenário de busca, foi necessário estabelecermos especificações de acordo com o que objetivávamos encontrar. Para isso, então, pensamos nas variáveis de origem, período e idioma das produções.

Com relação à origem, como selecionamos bases de dados de acesso aberto, pressupomos que todas as possíveis produções estariam na esfera do acesso livre, ou seja, disponibilizadas na internet a partir de cópias gratuitas.

No que diz respeito ao período, considerando nosso escopo temático, optamos por utilizar como marco temporal a Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia<sup>5</sup>, que "*Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Ementa, 1999). Dessa maneira, devem ter sido publicados a partir do ano de 1999.

Finalmente, foram considerados elegíveis, por sua vez, trabalhos publicados em qualquer idioma, de forma que pudéssemos abranger e aprofundar os possíveis conhecimentos sobre o tema pesquisado em diferentes contextos.

### 2.1.2 Definição dos termos de busca e procedimentos

Após definir e sentir o “solo” que a nossa pesquisa está “assentada”, estabelecemos os procedimentos para “manejá-lo”, ou seja, quais descritores e termos de busca que utilizaremos. De maneira inicial, escolhemos os termos “psicoterapia” e “homossexualidade”, acreditando que a combinação entre eles iria conseguir abarcar o que buscamos. Acessei, então, o portal de descritores da Biblioteca Virtual em Saúde (DeCS – Descritores em Ciências da Saúde<sup>6</sup>), com o intuito de localizar descritores equivalentes para os termos que tínhamos selecionado e suas respectivas definições. Os termos eram os próprios descritores e as definições encontradas estão dispostas conforme mostra o quadro abaixo.

<sup>5</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 1, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: CFP, 1999.

<sup>6</sup> <http://decs.bvs.br/>

**Quadro 2** – Descritores e suas respectivas definições

TERMO	DEFINIÇÃO
Homossexualidade	Atração ou relação sexual entre membros do mesmo sexo.
Psicoterapia	Termo genérico para o tratamento da doença mental ou dos distúrbios emocionais primariamente através da comunicação verbal ou não verbal.

Fonte: o autor (2020)

Tendo reconhecido que as definições condiziam com o que esperávamos, iniciamos a busca, a partir dos procedimentos que serão posteriormente explicados, ainda nesta seção. No entanto, para nossa surpresa, apenas nove produções foram encontradas<sup>7</sup>, já somando as três bases de dados e, a partir da análise do título e resumo, apenas duas delas foram selecionadas, sendo que uma não está disponível online. Com isso, não tínhamos material suficiente para realizar a nossa revisão de literatura e, ainda, não abarcaríamos todas as discussões que poderíamos imaginar. Assim, resolvi fazer a leitura da dissertação<sup>8</sup> selecionada, considerando que ela era uma revisão de literatura e, por isso, poderia me sugerir algum direcionamento.

A partir dessa leitura, resolvemos integrar aos termos de busca previamente pensados a expressão “clínica psicológica”, que também seria combinada com o termo “homossexualidade”. Esse termo, por sua vez, não foi escolhido de maneira aleatória, resultou da categorização analítica dos resultados encontrados pelo autor. Nos resultados de Daniel Cardoso (2015), o eixo teórico 1 de análise corresponde a “Clínicas e Saúde” e, dentro dele, foi criada a categoria “Clínicas Psicológicas”, que consideramos como um termo correspondente para “Psicoterapia”. A nova incorporação, no entanto, não foi encontrada no portal dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), mas como sua aplicação gerou resultados na mencionada dissertação, integramos como termo livre.

Até então, tínhamos selecionados os termos “psicoterapia” e “clínicas psicológicas”, que seriam associados com “homossexualidade” nos procedimentos de busca.

No entanto, metaforicamente escrevendo, quando estamos manejando um solo, não temos controle das condições externas, como a temperatura, o clima, dentre outros. E, durante esse manejo, nós acabamos por não considerar, de início, a chuva que estava caindo e se intensificou drasticamente, o que acabou nos conduzindo para diferentes tipos de solos, agora molhados e misturados, necessitando, portanto, de novos e diferentes cuidados e olhares.

<sup>7</sup> Esses resultados serão apresentados, de forma minuciosa, na próxima seção, no entanto, é necessário explicar alguns atravessamentos para que você, leitor(a), entenda a construção do nosso *corpus*.

<sup>8</sup> Trata-se da dissertação intitulada: “Análise descritiva da construção histórico-social do olhar de psicologia sobre a homossexualidade a partir de produções do portal de periódicos Pepsic: um estudo bibliográfico”.

Quando escrevo o supramencionado, me refiro ao cenário da pandemia do coronavírus (COVID-19), que se alastra exponencialmente e descontroladamente pelo nosso país. Assim, tendo em mente o contexto da construção da ideia da dissertação e da sua escrita inicial, que passa a ser atravessado por inúmeros outros elementos, uma das adaptações que resolvemos realizar, considerando a pesquisa (incluindo a bibliográfica) como um processo em que o autor está, a todo o momento, em campo, foi redirecionar e ampliar o que tínhamos pensado no início desse processo, reconhecendo nossa posição de eternos aprendizes e sujeitos em (re)criação.

Dessa maneira e diante das consequências trazidas pela conjuntura pandêmica, onde todas as pessoas parecem doentes, decidimos que seria válido, também, relacionar o termo “LGBT”<sup>9</sup> com os outros dois termos que o descritor “homossexualidade” foi relacionado. Isso porque, a revisão bibliográfica poderá nos apontar diferentes caminhos e, apenas com as associações antigas, talvez não tivéssemos arcabouço teórico para falar de um contexto mais amplo. A partir das instigações do orientador, de diversas matérias na mídia que tratam do assunto (quadro 3) e da experiência pessoal que estou vivendo (compartilhada em tópico posterior), atualmente, nossa ideia, ainda em construção, seria analisar possíveis implicações do isolamento físico/social, em decorrência do coronavírus, na saúde mental da população LGBT.

Embasamos nossa escolha, portanto, nas ideias de campo-tema de Peter Spink (2003), que enxerga o campo de pesquisa a partir das opções consideradas do tema para estudo. Assim, também entendemos o campo como um “complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado [...] herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que esta busca se inserir nas suas teias de ação” (SPINK, 2003, p. 28). No nosso caso, as inter-relações entre saúde mental – especificamente no contexto das práticas psicológicas – e as sexualidades consideradas dissidentes.

Acerca do que foi colocado, Peter Skink (2003) afirma que

Campo é o campo tema. Não é lugar onde o tema pode ser visto - como num zoológico - mas são redes de causalidade intersubjetivas que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros (...) é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, e artefatos e materialidades (SPINK, 2003, p. 36).

---

<sup>9</sup> Optamos pelo uso da sigla LGBT, que faz referência à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades não heteronormativas e/ou cisgêneras. Por mais que hoje, cada vez mais, sejam utilizadas siglas mais amplas, como LGBTQ+, LGBTQIA+, como objetivamos encontrar produções a partir de 1999 e diante do cenário de permanente construção, escolhemos a sigla previamente mencionada. Além disso, por ser a forma abreviada de uma sigla maior, a partir dela também poderemos localizar outras produções que utilizem variações mais amplas.

Essa perspectiva, por sua vez, está alinhada com as orientações da revisão dialógica, quando Walker (2015) preceitua que ela seja realizada como parte dos nossos atravessamentos e relações. O pensamento da revisão como assumir as escolhas realizadas e o local onde se insere, converge com as colocações de Peter Spink (2003) sobre campo-tema, quando menciona que ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes também formamos parte do campo e de todo o processo.

**Quadro 3** – Informações das matérias midiáticas visualizadas

<b>Dados de autoria, data e hora</b> (disponíveis na publicação)	<b>Manchete (título e subtítulo) e link</b> [Para construção desse quadro informativo, as publicações foram (re)visitadas entre 14/04/2020 e 07/06/2020]
Por Marcio Rolim 14 de março de 2020	<b>Pessoas LGBT são mais vulneráveis ao coronavírus por três razões, entenda</b> Recuperado de: <a href="https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/pessoas-lgbt-sao-mais-vulneraveis-ao-coronavirus-por-tres-razoes-entenda">https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/pessoas-lgbt-sao-mais-vulneraveis-ao-coronavirus-por-tres-razoes-entenda</a>
Por Leda Antunes 08/04/2020 06:00 – 10:21	<b>Coronavírus: o que pessoas LGBT+ precisam saber para preservar sua saúde</b> Vulnerabilidades sociais, estigmas e preconceitos vivenciados por muitas pessoas LGBT+ podem impactar suas possibilidades de se proteger da pandemia. Recuperado de: <a href="https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-que-pessoas-lgbt-precisam-saber-para-preservar-sua-saude-1-24354788">https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-que-pessoas-lgbt-precisam-saber-para-preservar-sua-saude-1-24354788</a>
Por Andréa Martinelli 10/04/2020 02:00 – 03:00	<b>O que a comunidade LGBT precisa saber para preservar a saúde diante do coronavírus</b> Estigmas e vulnerabilidades dessa população podem ter impacto na forma como LGBTs vivenciam a pandemia. Recuperado de: <a href="https://www.huffpostbrasil.com/entry/lgbt-coronavirus-saude_br_5e8e67f1c5b6458ae2a3b995">https://www.huffpostbrasil.com/entry/lgbt-coronavirus-saude_br_5e8e67f1c5b6458ae2a3b995</a>
Por Thomson Reuters Foundation 24/04/2020 11:30	<b>Coronavírus: ONU pede que países protejam pessoas LGBTI+ em meio à pandemia.</b> Recuperado de: <a href="https://oglobo.globo.com/coronavirus-onu-pede-que-paises-protejam-pessoas-lgbti-em-meio-pandemia-24389840">https://oglobo.globo.com/coronavirus-onu-pede-que-paises-protejam-pessoas-lgbti-em-meio-pandemia-24389840</a>
Publicado em 15/05/2020  Atualizado em 21/05/2020	<b>ONU defende proteção e promoção de empregos para pessoas LGBTI+ em meio à pandemia</b> A marginalização e as vulnerabilidades impostas à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI+) colocam estas pessoas entre as mais expostas à pandemia de COVID-19. Como parte das celebrações do Dia Internacional contra a LGBTIfobia (17), a ONU Brasil reforça seu compromisso com a proteção dos direitos humanos das pessoas LGBTI+ e com a promoção do acesso dessas populações ao mercado de trabalho, através de empregos dignos e do respeito à diversidade. Recuperado de:

	<a href="https://nacoesunidas.org/onu-defende-protacao-e-promocao-de-empregos-para-pessoas-lgbti-em-meio-a-pandemia/">https://nacoesunidas.org/onu-defende-protacao-e-promocao-de-empregos-para-pessoas-lgbti-em-meio-a-pandemia/</a>
Por Marcio Rolim 17/05/2020	<b>LGBTs estão mais vulneráveis ao desemprego e depressão devido à pandemia, diz pesquisa.</b> Recuperado de: <a href="https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2020/05/lgbts-estao-mais-vulneraveis-ao-desemprego-e-depressao-devido-a-pandemia-diz-pesquisa">https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2020/05/lgbts-estao-mais-vulneraveis-ao-desemprego-e-depressao-devido-a-pandemia-diz-pesquisa</a>
Por Mariana Peixoto/Estado de Minas Postado em 17/05/2020 10:03	<b>Estudo mostra que coronavírus sacrifica mais a população LGBT</b> Pesquisa inédita no Brasil indica que população LGBT é a que sofre maior impacto com o isolamento imposto pela pandemia de COVID-19 Recuperado de: <a href="https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/05/17/interna_ciencia_saude,855750/estudo-mostra-que-coronavirus-sacrifica-mais-a-populacao-lgbt.shtml">https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/05/17/interna_ciencia_saude,855750/estudo-mostra-que-coronavirus-sacrifica-mais-a-populacao-lgbt.shtml</a>
17/05/2020 10h05min	<b>LGBTs enfrentam humilhações no meio familiar durante isolamento social</b> Recuperado de: <a href="https://paraiba.com.br/2020/05/17/lgbtis-enfrentam-humilhacoes-no-meio-familiar-durante-isolamento-social/">https://paraiba.com.br/2020/05/17/lgbtis-enfrentam-humilhacoes-no-meio-familiar-durante-isolamento-social/</a>
Por Thais Pimentel, G1 Minas — Belo Horizonte 17/05/2020 10h15	<b>Pesquisa da UFMG e Unicamp aponta que população LGBT está mais vulnerável ao desemprego e à depressão por causa da pandemia.</b> Recuperado de: <a href="https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/17/pesquisa-da-ufmg-e-unicamp-aponta-que-populacao-lgbt-esta-mais-vulneravel-ao-desemprego-e-a-depressao-por-causa-da-pandemia.ghtml">https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/17/pesquisa-da-ufmg-e-unicamp-aponta-que-populacao-lgbt-esta-mais-vulneravel-ao-desemprego-e-a-depressao-por-causa-da-pandemia.ghtml</a>
Por Clara Assunção   RBA Publicado em 17/05/2020 - 14h50	<b>Do Norte ao Sul: como a pandemia afeta a vulnerável população trans</b> “Temos uma urgência em formular políticas públicas”, adverte codeputada Erika Hilton. Na falta de dados oficiais, relatos expõem os impactos da crise na gente LGBT Recuperado de: <a href="https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/pandemia-agrava-vulnerabilidade-da-populacao-trans/">https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/pandemia-agrava-vulnerabilidade-da-populacao-trans/</a>
17/05/2020 16h05	<b>Mais de um terço da população LGBT relata problemas de saúde mental na pandemia.</b> Recuperado de: <a href="https://www.progresso.com.br/brasil/mais-de-um-terco-da-populacao-lgbt-relata-problemas-de-saude-mental-na/372618/">https://www.progresso.com.br/brasil/mais-de-um-terco-da-populacao-lgbt-relata-problemas-de-saude-mental-na/372618/</a>
Por Redação 17 de maio de 2020	<b>Violência contra LGBTs cresce no período de isolamento social</b> Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT serviço presta apoio psicológico e jurídico às vítimas em João Pessoa Recuperado de: <a href="https://portalcorreio.com.br/violencia-lgbt-cresce-isolamento-social/">https://portalcorreio.com.br/violencia-lgbt-cresce-isolamento-social/</a>
Por Alex Bessas	<b>Pandemia agrava solidão, sofrimento mental e desemprego entre LGBTs, diz estudo</b> Sem serem aceitas em suas famílias, pessoas LGBTs vivem espécie de "quarentena dentro da quarentena", o que acentua quadros de sofrimento psicológico

18/05/20 18h12	<p>Trecho que destaquei: <i>“O lamento pela morte de [Demétrio] Campos, um trágico acontecimento no Dia Internacional Contra LGBTFobia, é também um alerta, reforçando a necessidade de atenção a essa parcela da população que, no contexto de uma pandemia, pode vir a sofrer com o agravamento de um cenário de sofrimento psicológico e de vulnerabilidade socioeconômica.”</i></p> <p>Recuperado de: <a href="https://www.otempo.com.br/interessa/pandemia-agrava-solidao-sofrimento-mental-e-desemprego-entre-lgbts-diz-estudo-1.2338906">https://www.otempo.com.br/interessa/pandemia-agrava-solidao-sofrimento-mental-e-desemprego-entre-lgbts-diz-estudo-1.2338906</a></p>
Por Clara Assunção 18/05/2020 17h11	<p><b>Somado ao coronavírus, preconceito amplia riscos à saúde mental de pessoas LGBT</b></p> <p>Toda essa exclusão social por preconceito leva a comunidade para um “lugar de solidão. E esses sofrimentos emocionais não só maltratam como matam as pessoas”, alerta médica especialista.</p> <p>Trecho que destaquei: <i>“Movimentos sociais e ativistas lamentaram a morte do artista [Demétrio Campos], chamando atenção “para os obstáculos sociais” impostos pelo preconceito da sociedade. E que são agravados neste momento de crise sanitária e econômica pela pandemia do novo coronavírus. Levando ao limite físico e, principalmente, mental, os corpos já vulneráveis anteriormente.”</i></p> <p>Recuperado de: <a href="https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/somado-ao-coronavirus-preconceito-amplia-riscos-a-saude-mental-de-pessoas-lgbt/">https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/somado-ao-coronavirus-preconceito-amplia-riscos-a-saude-mental-de-pessoas-lgbt/</a></p>
Por: da Redação 19/05/2020	<p><b>Dia Internacional de Combate a Homofobia é marcado pelo falecimento de Demétrio Campos</b></p> <p>Suicídio de jovem negro e transexual comove a comunidade LGBTQI+ e traz à tona discussões sobre racismo, transfobia e depressão.</p> <p>Recuperado de: <a href="https://rc24h.com.br/noticia/ver/40713/Dia-Internacional-de-Combate-a-Homofobia-e-marcado-pelo-falecimento-de-Demetrio-Campos">https://rc24h.com.br/noticia/ver/40713/Dia-Internacional-de-Combate-a-Homofobia-e-marcado-pelo-falecimento-de-Demetrio-Campos</a></p>

Fonte: o autor (2020)

Seguindo os procedimentos anteriores, ao buscar “LGBT” no portal de Descritores em Ciências da Saúde, obtivemos o que segue:

**Quadro 4** – Descritor e suas respectivas definições

TERMO	DEFINIÇÃO
LGBT	<p>1. Indivíduos incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, pessoas com gênero em não-conformidade, e outras populações cuja orientação sexual ou identidade de gênero e o desenvolvimento reprodutivo são considerados fora das normas culturais, sociais, ou fisiológicas. 2. HSH, ou em inglês MSM: Foi cunhado nos anos 90 por alguns epidemiologistas que estudaram a disseminação de infecções sexualmente transmissíveis em homens que, independentemente de sua identidade sexual, faziam sexo com homens. Atualmente, o uso das siglas MSM e MSM é frequente na literatura médica e na pesquisa social para descrever esses casos, com um grupo de pesquisas que não levam em consideração as questões de orientação sexual. (Tradução livre do original: <a href="https://bit.ly/2J69QzI">https://bit.ly/2J69QzI</a>)</p>

Fonte: o autor (2020)

Após toda essa explanação, as associações consideradas com o objetivo de construir o nosso *corpus* foram:

- Homossexualidade + Psicoterapia;
- Homossexualidade + Clínica psicológica;
- LGBT + Psicoterapia;
- LGBT + Clínica psicológica.

Agora, explicitamos as etapas procedimentais seguidas para realizar as buscas que, como anteriormente elencado, foram acontecendo enquanto os termos de busca também eram construídos. Para efeitos de registro metodológico com relação à cronologia, as buscas pelas associações “homossexualidade + psicoterapia” e “homossexualidade + clínica psicológica” foram realizadas em 10 e 11 de abril de 2020. Já as buscas relacionadas às associações “LGBT + psicoterapia” e “LGBT + clínica psicológica” foram realizadas em 23 de maio de 2020.

A busca na SciELO, base de dados de artigos, por sua vez, foi realizada da seguinte maneira: acessamos o link “pesquisa de artigo”, o campo “todos os índices” e a expressão “*and*” fornecida pela ferramenta de busca. Exemplo: “*pesquisar* homossexualidade *no campo* todos os índices *AND* *pesquisar* psicoterapia *no campo* todos os índices”.

Na BVS-Psi, acessamos o link “pesquisa” e incluímos os termos no campo de busca. Em seguida, utilizamos a ferramenta “refinar”, onde os termos foram incluídos de maneira separada, através da ferramenta “*and*”. Consideramos, então, o que foi encontrado nas categorias “bases bibliográficas” e “bases em texto completo”.

Na BDTD, selecionamos a opção de “busca avançada”, pois isso também possibilita a pesquisa da intersecção entre os referidos termos. Assim, coloquei os termos com a opção “todos os campos” selecionada e, na correspondência da busca, “todos os termos”.

## **2.2 Aproximando-se do *corpus***

Após todas as modificações decorrentes das nossas escolhas, os dados apresentados no quadro abaixo indicam o quantitativo total resultante do levantamento a partir das bases de dados, já com o critério de seleção de produções a partir de 1999. Possibilitando, portanto, visualizarmos, quantitativamente, as produções encontradas.

**Quadro 5** – Número de textos identificados por associação dos termos de busca

Base de dados	Homossexualidade + Psicoterapia	Homossexualidade + Clínica psicológica	LGBT + Psicoterapia	LGBT + Clínica psicológica
SciELO	01	01	03	02
BVS – Psi	04	03	00	03
BDTD	03	39	00	03
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>43</b>	<b>03</b>	<b>08</b>

Fonte: o autor (2020)

Foram localizadas, no total, 62 produções, sendo 17 artigos, 28 dissertações e 17 teses.

De início, estranhei. Se compararmos com outras revisões sistemáticas, o número parece pequeno, considerando que o único critério de exclusão, até agora, foi o de produções anteriores a 1999, que foi feita manualmente (1 exclusão). Por (in)segurança, repeti os procedimentos; inclusive, invertendo os termos no ato da combinação. Os resultados encontrados foram exatamente os mesmos.

Tentei, então, novas associações, utilizando “assistência psicológica”, “atenção psicológica” e “saúde mental”. Todavia, essa técnica abriu muito o escopo de trabalhos localizados que não nos interessavam e, ainda, os que interessavam, eram repetidos, ou seja, já tinham sido localizados. Por esse motivo, não as consideramos. Também foram feitas buscas com o termo “cura gay”. Aqui, as produções tratavam, no geral, sobre religião, política e debates legislativos que, de início, não parecem ser nosso foco analítico.

Montuori (2005) pontua, também, que a revisão não pode ser exaustiva: “ela é um mapa do terreno, não o terreno em si” (p. 376). E, por isso, um mapa é seletivo, destacando algumas áreas em detrimento de outras. Há muito espaço disponível, e conseqüentemente decisões devem ser tomadas acerca do que é e do que não é essencial no contexto da realização desse exercício. Por esse motivo, introduzimos o próximo tópico, sobre a seleção de quais produções realmente nos interessam.

### 2.2.1 Definição do *corpus* para análise

O processo de catação é descrito, nas ciências exatas e da terra, como uma forma de separação de mistura composta por dois ou mais sólidos. No cotidiano, é muito utilizado para separar feijões de outros materiais sólidos que não devem ser cozinhados. No contexto das metáforas dessa escrita, a catação consiste na separação entre as produções que não nos interessarão para análise, por ora, e as produções que, de alguma forma, podem estar ligadas ao nosso escopo temático, e que serão analisadas em tópicos posteriores. Esse processo de catação,

então, consistiu na operacionalização dos critérios de exclusão e inclusão e, posteriormente, todos os demais trabalhos tiveram seus títulos e resumos lidos para decisões sobre a integralização ao *corpus* da pesquisa.

No contexto da revisão dialógica, a seleção de autores/as e as prioridades que estabelecemos nos critérios de seleção dos textos são colocadas como protagonistas para a execução de um processo idiossincrático (MONTUORI, 2005). Sendo a pesquisa, portanto, um processo dinâmico que envolve, em vários momentos, os encadeamentos subjetivos de quem a está realizando.

O trabalho inicial com as 62 produções localizadas consistiu, basicamente, na eliminação dos textos repetidos. A partir dessa “limpeza”, que eliminou 7 (sete) textos, todos os demais títulos e resumos foram lidos, com o objetivo de selecionar artigos, dissertações e teses que abordam, de alguma maneira, a atenção psicológica para pessoas LGBT.

As temáticas mais frequentes dos textos desconsiderados foram, por exemplo, construções históricas da homossexualidade; modelos de apego em homossexuais masculinos e, ainda, produções que tratavam sobre a construção de novos modelos de família considerados sexualmente dissidentes.

Além disso, especificamente sobre mais da metade das produções localizadas, por meio da BDTD, com a intersecção “homossexualidade + clínica psicológica”, pudemos observar que algumas produções tratavam sobre o contexto do diagnóstico de HIV/AIDS ou o envelhecimento de homens gays, discussões sobre a natureza do normal e do patológico ou, até mesmo, acerca da disfunção sexual de mulheres com lesão medular ou sobre o consumo simbólico como meio de construção da identidade materna. Essas produções, que eram maioria, foram descartadas por incompatibilidade temática.

Após o exercício de “catação”, delimitamos o *corpus* sistemático final para análise da nossa revisão de literatura. O quadro 6 (abaixo), semelhante ao quadro 5, indica os números de textos que foram selecionados após a aplicação dos critérios de exclusão.

**Quadro 6** – Número de textos selecionados após a “catação”

<b>Base de dados</b>	<b>Homossexualidade + Psicoterapia</b>	<b>Homossexualidade + Clínica psicológica</b>	<b>LGBT + Psicoterapia</b>	<b>LGBT + Clínica psicológica</b>
SciELO	00	01	02	01
BVS – Psi	01	01	00	00
BDTD	01	03	00	00
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>01</b>

Fonte: o autor (2020)

O nosso *corpus* de análise, a partir da revisão sistemática de literatura, é composto por 10 textos, sendo 6 artigos, 3 dissertações e 1 tese.

Um dos artigos selecionados, indicado pela BVS-Psi, que possui várias fontes de indexação, não está disponível integralmente na versão online. Trata-se do artigo intitulado “*O preconceito entre homossexuais: realidade vivenciada na psicoterapia*”, das autoras Rosângela de Sant'Anna Dall'Agnol e Grazielly Rita Marques Giovelli. O referido artigo foi publicado na revista *Barbarói*, em 2005. Esta, por sua vez, passou a ter sua publicação online apenas em 2006. No entanto, por ser um artigo de grande relevância para a presente pesquisa, diversas estratégias foram utilizadas para tentar acessá-lo<sup>10</sup>. Diante de todas as tentativas e do andamento do trabalho, não nos restou outra opção que não fosse retirar essa produção do nosso *corpus*.

Assim, e finalmente, o nosso *corpus* de análise fica formado por 9 produções, sendo 5 artigos, 3 dissertações e 1 tese.

Com essa seleção, é imprescindível que possamos nos aproximar delas, antes mesmo de iniciarmos o processo de análise. Para isso, com o objetivo de não reproduzir, apenas, as regras de “AUTOR, data”, vigentes conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), construímos um quadro detalhando as produções encontradas com os nomes completos das pessoas que as escreveram, como tática para que nós mesmos, os autores (e, porventura, os/as leitores/as) possamos nos aproximar, de alguma maneira, das produções.

Sharon Walker (2015) assinala que é necessário tornar-se, também, um leitor dialógico, pois isso potencializa e melhora os ganhos em relação aos textos revisados e a forma como as conexões entre eles são montadas. Dessa maneira, a revisão da literatura oferece a oportunidade de conhecer quem estejamos pesquisando e escrevendo sobre (WALKER, 2015).

---

<sup>10</sup> Dentre elas, enviei e-mails, utilizando a ferramenta “contato” da Plataforma de Currículo Lattes do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), duas vezes para as duas autoras, com intervalo de 14 dias. Até o presente momento da finalização de escrita dessa revisão de literatura, não obtive resposta. Outro mecanismo de tentativa foi entrar em contato com o atual editor-chefe da revista, cujo endereço de e-mail foi localizado no site correspondente, todavia, ele informou que as versões impressas da revista estão catalogadas na biblioteca da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul) e, portanto, não teríamos como ter acesso, por ora, em decorrência do isolamento social consequente da pandemia do coronavírus. Como última tentativa, então, localizei as publicações de Grazielly na SciELO (nenhuma publicação de Rosângela foi localizada) e, assim, percebi que a autora publicou vários artigos em conjunto com uma outra autora, com quem troquei e-mails e, por mais que ela tenha reencaminhado meu e-mail diretamente para o e-mail da Grazielly, continuei sem respostas.

**Quadro 7** – Produções selecionadas na revisão sistemática de literatura

<b>Tipo de produção (ano)</b>	<b>Informações adicionais detalhadas</b>
Artigo (2009)	Título: Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas.
	Autores: Carla Moleiro e Nuno Pinto.
	Instituição: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.
Artigo (2011)	Título: Anormais, bárbaros e bárbaras: trajetórias de vida e homossexuais e clínica psicológica.
	Autores: Daiane Maus Marques e Henrique Caetano Nardi.
	Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Artigo (2012)	Título: A clínica psicológica e o público LGBT.
	Autoras: Lívia Gonsalves Toledo e Tânia Pinafi.
	Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, SP.
Artigo (2012)	Título: Improving provision of effective psychological care for LGB persons: client perceptions of diversity competences of clinical psychologists and psychotherapists.
	Autores: Carla Moleiro e Nuno Pinto.
	Instituição: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.
Artigo (2018)	Título: Sexual and Gender Diversity in Clinical Practice in Psychology.
	Autores: Icaro Bonamigo Gaspodini e Denise Falcke.
	Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS.
Dissertação (2005)	Título: A relação terapêutica frente à homossexualidade.
	Autor: Gustavo Rihl Kniest.
	Orientadora: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Ana Lúcia Francisco.
Dissertação (2010)	Título: A(s) clínica(s) psicológica(s) e a diversidade sexual: percorrendo trajetórias de vida.
	Autora: Daiane Maus Marques.
	Orientador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi.
Dissertação (2015)	Título: Análise descritiva da construção histórico-social do olhar de psicologia sobre a homossexualidade a partir de produções do portal de periódicos Pepsic: um estudo bibliográfico.
	Autor: Daniel Cordeiro Cardoso.
	Orientadora: Fátima Elisabeth Denari.
Tese (2007)	Título: Homossexualidade e Discriminação: o preconceito sexual internalizado.
	Autora: Adriana Nunan do Nascimento Silva.
	Orientador: Prof. Bernardo Jablonski.
	Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Fonte: o autor (2020)

### 2.3 Recolhendo produções durante a jornada: um levantamento assistemático

Ao longo de todo o caminho que vem sendo construído/percorrido, detalhado nos tópicos anteriores, outros textos foram surgindo como potenciais interlocutores para os nossos diálogos. Dessa maneira, nossa revisão assistemática/proposital é composta por produções indicadas por interlocutores/as chave, especialmente pesquisadores/as e ativistas em direitos humanos. Todos esses textos encontrados foram reunidos e, posteriormente, li o resumo de cada

um deles, minuciosamente, para decidir quais iríamos integrar ao corpus delimitado no exercício anterior.

Essas escolhas estão alicerçadas nas considerações sobre revisão dialógica, como se pode perceber no seguinte excerto:

A pesquisa criativa também desafia a (em grande parte implícita) suposição epistemológica de que é possível apresentar uma lista de autores e ideias relevantes sem que haja intervenções do pesquisador/revisor em tal processo. Ela vê a revisão da literatura como uma **construção, uma criação que surge do diálogo entre o pesquisador e o campo**. (grifei) (MONTUORI, 2005, p. 375).

Por essa razão, ao conduzir revisões de literatura, nossa função é, também, introduzir diferentes textos e nos esforçarmos para que eles dialoguem (WALKER, 2015). Nesse sentido, o quadro abaixo mostra as 8 produções que selecionamos, sendo 5 artigos, 2 dissertações e 1 tese.

**Quadro 8** – Produções selecionadas na revisão sistemática de literatura

<b>Tipo de produção (ano)</b>	<b>Informações adicionais detalhadas</b>
Artigo (2007)	Título: Homossexualidade e psicoterapia infantil – possibilidades e desafios para a construção dos direitos sexuais na clínica psicológica.
	Autores: Luis Felipe Rios e Ítala Fabiana Nascimento.
	Instituição: Universidade Federal de Pernambuco.
Artigo (2011)	Título: A “moldura” em análise
	Autores: Juliana Bessa, Fernando Filho, Kwame Santos, Juliana Costantin, Juliana Lima e Thyfani Silva.
	Instituição: UNESP – Assis.
Artigo (2014)	Título: Clínica LGBT contribuições do psicodrama para superação do estigma e da discriminação
	Autora: Denise Zakabi.
	Instituição: Universidade de São Paulo.
Artigo (2015)	Título: A psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia
	Autores: Henrique Araújo Aragusuku e Henrique de Oliveira Lee.
	Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso.
Artigo (2019)	Título: Enfrentamento à LGBTIfobia, Afirmação Ético-política e Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999.
	Autores: Luan Carpes Barros Cassal, Héder Lemos Bello e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.
	Instituição: The University of Manchester, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Dissertação (2016)	Título: DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM PERNAMBUCO: O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia.
	Autor: Cleyton Feitosa Pereira.
	Orientador: Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos.
	Instituição: Universidade Federal de Pernambuco.

Dissertação (2018)	Título: Análise das concepções e práticas de psicólogas/os frente às normativas do Conselho Federal de Psicologia sobre diversidade sexual e de gênero.
	Autora: Daniele Trindade Mesquita. Orientadora: Profa. Dra. Juliana Perucchi.
	Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora.
Tese (2020)	Título: Por uma psicologia não-fascista para um mundo catastrófico: a experiência de profissionais de psicologia face à LGBTfobia
	Autor: Bruno Robson de Barros Carvalho. Orientadora: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.
	Instituição: Universidade Católica de Pernambuco

Fonte: o autor (2020)

Ainda no contexto da captação de produções para a revisão assistemática, realizei uma revisão intencional, interna ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o objetivo de localizar possíveis dissertações e teses que dialogassem, diretamente, com a temática em construção e, também, para que eu me aproximasse, como graduado em Direito (e não em Psicologia), da forma como as pesquisas são conduzidas no âmbito do referido programa.

Diante disso, percebi que os textos analisados (dissertações e teses concluídas que foram orientadas por professores vinculados à linha 3 – Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas – do PPGpsi da UFPE) não abordavam, fundamentalmente, os possíveis caminhos que envolvem a atenção psicológica para indivíduos da comunidade LGBT. Este, por sua vez, parece ser um dos possíveis rumos que, até o momento, tem mais nos atraído para o empreendimento de estudos mais aprofundados e, também, empíricos, especificamente considerando o contexto pandêmico atual e suas implicações.

Apesar de nenhuma produção ter sido, oficialmente, incluída ao *corpus*, esse exercício foi fundamental para que eu começasse a me sentir integrado aos processos, fundamentos teórico, epistemológicos e metodológicos que envolvem o amplo e dinâmico campo das pesquisas em Psicologia.

Finalmente, o nosso conjunto final de textos (*corpus*) é integrado por 17 produções, sendo 10 artigos, 5 dissertações e 2 teses que, nos próximos tópicos, serão analisadas.

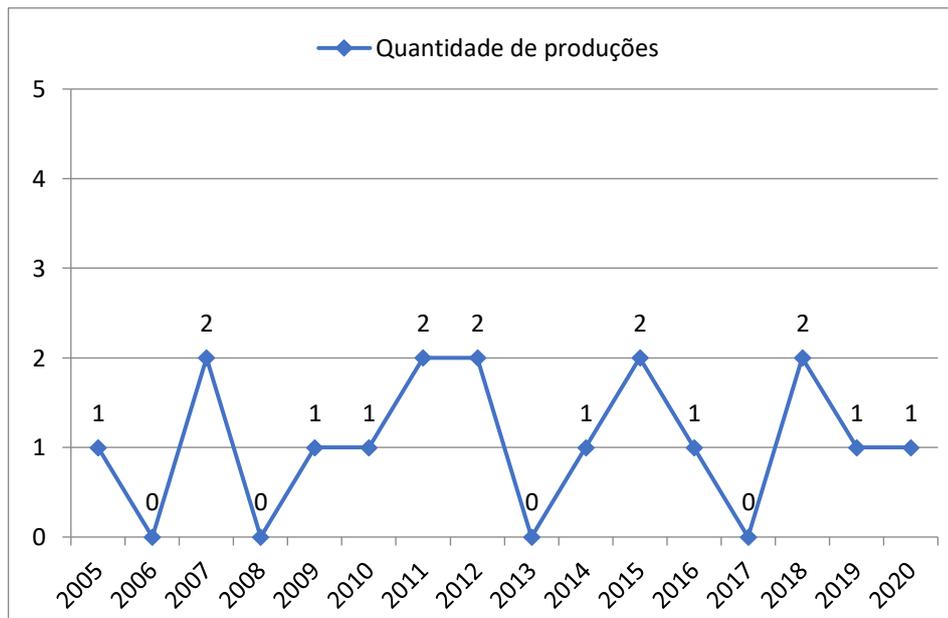
## 2.4 Caracterizando as produções selecionadas

Nesta seção, abordaremos, como eixos de análises, diferentes contextos: o da publicação (ano, área de conhecimento, idioma); o da produção, ou seja, instituição de proveniência do trabalho (estado, região, se é pública ou privada); o da pesquisa, os sujeitos (participantes) e o

delineamento metodológico empregado. Tudo isso para melhor entendermos com quais publicações, autores/as e cenários estamos dialogando.

Como mencionado anteriormente, o nosso único critério de exclusão, para toda a seleção do *corpus*, estava ligado ao aspecto temporal, ou seja, as produções deveriam ter sido produzidas após a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), pelas razões já expostas. Nesse sentido, é possível perceber que, mesmo tendo sido publicada em 1999, o material selecionado mais antigo foi no ano de 2005, ou seja, 6 anos após a divulgação da Resolução, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 1** – quantidade de produções por ano de publicação



Fonte: o autor (2021)

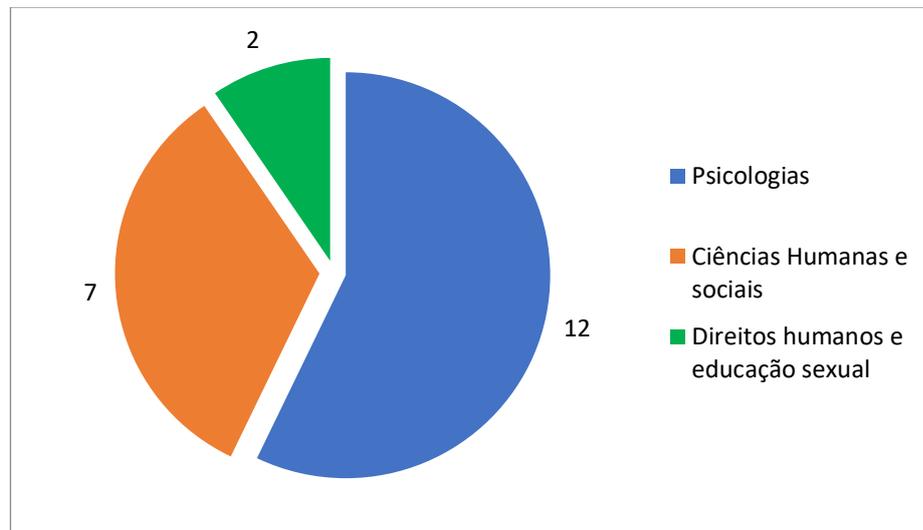
No entanto, após essa primeira publicação, entre os anos de 2005 e 2020 (últimos 15 anos), não houve um intervalo de tempo constante com altas produções concentradas. Durante esse lapso temporal, o número de produções variou entre 0 e 2 publicações, não existindo, a nosso ver, um possível evento gerador de intensa produção sobre a temática no âmbito acadêmico durante o período mencionado.

Com relação às áreas de conhecimento (gráfico 2), levamos em consideração os dados disponíveis na identificação institucional ou na base de dados que estavam indexadas. É possível observar, com isso, que 4 produções foram identificadas em 2 áreas de conhecimento simultaneamente, ou seja, o número total de enquadramentos das 17 produções foi de 21, delimitados entre 10 áreas do conhecimento.

Dessas áreas, 6 podem ser consideradas como subáreas das ciências psicológicas, quais sejam: psicologia social (n = 3); psicológica política (n = 1); psicologia clínica (n = 3); psicologia, interdisciplinar (n = 2); psicologia (n = 2) e psicograma (n = 1). As outras áreas citadas, ou seja, ciências humanas (n = 5); ciências sociais aplicadas (n = 2); direitos humanos (n = 1) e educação sexual (n = 1), possuem ligação direta com esse eixo científico.

É válido ressaltar, ainda, que o envolvimento de dois campos específicos (educação sexual e direitos humanos) sugere um envolvimento mais amplo das ciências na produção de trabalhos sobre a temática que estamos nos debruçando, o que aponta para possibilidades diversas de diálogos.

**Gráfico 2** – Número de produções por área de conhecimento



Fonte: o autor (2021)

No que diz respeito ao idioma dos textos completos das publicações, 15 estão em português e 2 em inglês. Chama atenção o fato de existir 2 produções internacionais (MOLEIRO & PINTO, 2009; MOLEIRO & PINTO, 2012) no nosso *corpus* final, que poderiam corresponder as duas publicações em língua estrangeira. No entanto, apenas a de Carla Moleiro e Nuno Pinto (2012) foi publicada em inglês. A outra é oriunda da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, de Ícaro Gaspodini e Denise Falcke (2018).

**Quadro 9** – contexto de origem das produções  
(região, estados, universidades e suas características)

Universidade que os/as autores/as estavam vinculados	Quantidade de Publicações
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	
(MT) Universidade Federal do Mato Grosso (Pública – Federal)	1
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	
(PE) Universidade Católica de Pernambuco (Particular)	2
(PE) Universidade Federal de Pernambuco (Pública – Federal)	2
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	
(MG) Universidade Federal de Juiz de Fora (Pública – Federal)	1
(RJ) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Particular)	1
(RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pública – Federal)	1*
(RJ) Universidade Federal Fluminense (Pública – Federal)	1*
(SP) Universidade de São Paulo (Pública – Estadual)	1
(SP) Universidade Estadual Paulista (Araraquara) (Pública – Estadual)	1
(SP) Universidade Estadual Paulista (Assis) (Pública – Estadual)	2
<b>REGIÃO SUL</b>	
(RS) Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Particular)	1
(RS) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Pública – Federal)	2
<b>INTERNACIONAIS</b>	
(PT) Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)	2
(UK) University of Manchester (Reino Unido)	1*

\*Correspondem à mesma publicação, com coautores de três universidades diferentes.

Fonte: o autor (2021)

Para a construção do quadro acima, observamos quais instituições de ensino os autores indicaram que estavam vinculados no texto integral da produção selecionada. Dessa maneira, entre as 17 publicações, 14 instituições diferentes foram mapeadas.

Dessas 14 instituições, 12 são brasileiras. Das 12, pouco mais da metade (n=7) se concentra apenas na região Sudeste. Se considerarmos o eixo sul-sudeste, temos a grande maioria da localização das universidades (n=9). A região Norte não apareceu nas produções selecionadas, enquanto a Nordeste (n=2) se limitou ao estado de Pernambuco. A outra universidade está localizada na região Centro-Oeste, no estado do Mato Grosso.

Dentre essas 12 universidades brasileiras, ainda, 9 são públicas (sendo 6 federais e 3 estaduais) e 3 são particulares. As 2 instituições de ensino estrangeiras, em uma busca rápida no Google, indicam que são públicas. Todavia, sabemos que existem sistemas diferenciados de financiamento e pagamentos em universidades estrangeiras, como esse não é o nosso foco, não nos aprofundamos acerca da existência de bolsas de estudo, bolsas para pesquisadores estrangeiros etc.

Marília Gabriella Torres de Andrade (2019), que teve seu capítulo de revisão de literatura citado no início desse texto como condutor dos nossos processos metodológicos, ao realizar sua revisão sistemática de literatura, pesquisando sobre as contribuições da Psicologia com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco, encontrou resultados similares aos que nós encontramos. Em seu estudo, ela observou que houve uma concentração extensiva de produções nas regiões Sul e Sudeste, quando comparadas com as outras três regiões brasileiras. A título de informações adicionais, um terço (1/3) das publicações que ela selecionou foram realizadas apenas em São Paulo. Pondera, então, que

não podemos afirmar que essas regiões cujos números são inferiores não vem dando atenção, ou não tem despertado o interesse nessa temática, mas sim, entender que existe uma maior concentração de programas de pós-graduação em determinados pontos, que, certamente, influenciam na quantidade de publicações (...). É importante perceber que essa concentração, também, em muito se dá por questões e influências políticas. Isso nos aponta que esse campo de disputas e investimentos acadêmicos ainda tem sua concentração nas regiões de maior concentração de renda (ANDRADE, 2019, p. 37).

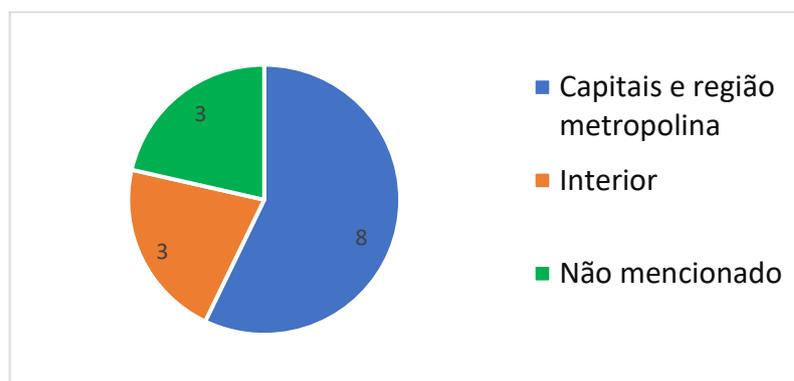
O argumento supracitado é corroborado por outros autores, mesmo que não falem, diretamente, da realidade brasileira. Fine e Turner (2004, p. 300) *apud* Walker (2015, p. 10) sugerem que as condições de segregação enfrentadas estão diretamente relacionadas à importância social que seu conhecimento vai receber, apontando que existe uma suposta hierarquia de saberes, onde ideias de pessoas com mais privilégios são mais difundidas e propagadas. Afirmam, também, que não é diferente com produções de pesquisa; ou seja, textos publicados por grandes estudiosos ou em grandes revistas são mais propensos a serem privilegiados numa revisão de literatura, quando comparados com outros textos (WALKER, 2015). Segundo Montuori (2005), essa rede de privilégios está ligada a fatores culturais historicamente construídos.

No que concerne ao contexto pesquisado, 4 estudos são de caráter unicamente teórico, ou seja, são revisão de literatura, quais sejam: Aragusuku & Lee, 2015; Cardoso, 2015; Cassal, Bello & Bicalho, 2019 e Toledo & Pinafi, 2012. Identificamos, portanto, 13 trabalhos de natureza empírica. Entre os 13 trabalhos, percebemos que 2 deles se referiam à mesma pesquisa empírica, sendo um deles a dissertação de mestrado de Daiane Marques (2010) e o outro um artigo publicado com resultados da mesma pesquisa empírica, com os mesmos sujeitos e mesma metodologia, com autoria de Daiane Marques e Henrique Nardi, seu orientador, no ano de 2011.

Por esse motivo, levaremos em consideração essas duas produções como apenas uma pesquisa de campo.

Assim, inicialmente, são 12 pesquisas empíricas para análise contextual. No entanto, a pesquisa de Gaspodini e Falcke (2018) empreendeu esforços, a partir de grupos focais, em 3 regiões diferentes do mesmo estado (RS), sendo 1 na capital, 1 na região metropolitana e 1 no interior. Por esses motivos, então, consideraremos 14 contextos situacionais de realização das pesquisas empíricas, que estão apresentados no gráfico abaixo.

**Gráfico 3** – contextos de realização das pesquisas empíricas



Fonte: o autor (2021)

As capitais mencionadas nos 6 trabalhos são: Recife (PE), em 3 pesquisas (CARVALHO, 2020), (PEREIRA, 2016) e (RIOS & NASCIMENTO, 2007); Fortaleza (CE), em 1 pesquisa (ZAKABI, 2014); Rio de Janeiro (RJ), em 1 pesquisa (SILVA, 2007) e Porto Alegre (RS), em 1 pesquisa (GASPODINI E FALCKE, 2018).

Com relação à região metropolitana, as 2 pesquisas de campo foram realizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre – RS (MARQUES & NARDI, 2010 e 2011) e (GASPODINI E FALCKE, 2018).

Os três trabalhos empíricos realizados no interior, foram feitos em contextos urbanos, quais sejam: Assis, interior de São Paulo (BESSA *et al.*, 2011); Juiz de Fora, interior de Minas Gerais (MESQUITA, 2018) e em uma cidade (não mencionada) do interior do Rio Grande do Sul (GASPODINI E FALCKE, 2018).

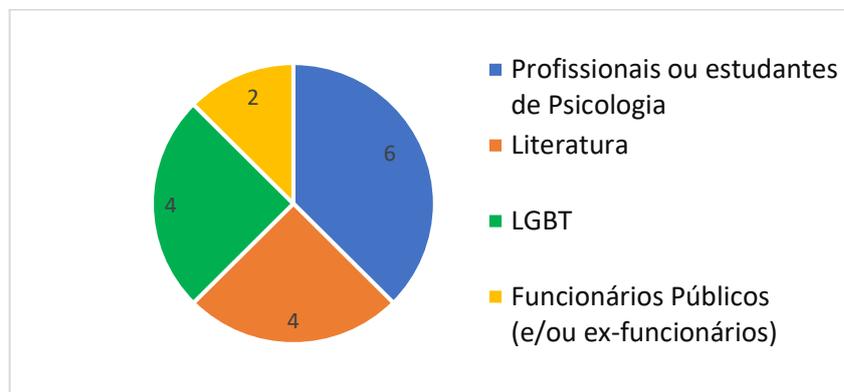
As três produções que não mencionaram o campo onde os interlocutores estavam inseridos foram: (MOLEIRO E PINTO, 2009); (MOLEIRO E PINTO, 2012) e (KNIEST, 2005). As duas primeiras foram realizadas em Portugal, no âmbito do Instituto Universitário de Lisboa, no entanto, não mencionaram, expressamente, se o campo foi desenvolvido neste local. Com relação ao trabalho de Kniest (2005), que tem vínculo institucional com a Universidade

Católica de Pernambuco, o autor deixa indícios que os interlocutores eram pernambucanos, mas não afirma expressamente, o que nos fez colocar o trabalho no âmbito do “não mencionado”.

É necessário pontuar, ainda, que todos os contextos empíricos correspondiam ao estado da universidade onde os autores estavam vinculados, exceto no caso do artigo de Zakabi (2014), que teve seu trabalho vinculado institucionalmente à Universidade de São Paulo (USP – SP) e, no entanto, menciona, como cenário, a cidade de Fortaleza (Ceará).

Na apresentação dos sujeitos da pesquisa, ou seja, quem foram os participantes, os interlocutores que possibilitaram as análises, também unificamos as duas produções, já mencionadas, que utilizaram o mesmo campo e, por isso, 16 contextos foram considerados para confecção do gráfico abaixo.

**Gráfico 4** – participantes da pesquisa



Fonte: o autor (2021)

Enquanto a literatura, exclusivamente, é utilizada para fundamentar as discussões em 4 trabalhos, ela também aparece, de forma robusta e bem desenvolvida em alguns outros estudos que realizaram pesquisa de campo. Percebemos, também, que os profissionais de psicologia foram a preferência desses autores para investigar a temática (n=5), no entanto, não apresenta diferença significativa se unificarmos as pesquisas que dialogaram com pessoas da população LGBT (n=4). Sugerindo, assim, a existência de um equilíbrio entre os participantes das pesquisas nas produções que foram selecionadas.

Constatamos, no entanto, que dentre esses 4 campos, um foi realizado com “cinco sujeitos (três homens e duas mulheres) que se autodefiniam como homossexuais” (MARQUES, 2010; MARQUES & NARDI, 2011), mais um com “quinze homossexuais do sexo masculino” (SILVA, 2007), outro com “quatro participantes: uma mulher lésbica, um homem gay, uma mulher bissexual e um homem transexual” (MOLEIRO & PINTO, 2009) e, por fim, “com 15

peessoas – 6 mulheres e 9 homens (...) a maioria identificou-se como gay (n=8) ou lésbica (n=5), com apenas alguns se identificando como bissexual (n=2)” (MOLEIRO & PINTO, 2012).

A partir das informações supracitadas, é necessário ratificar uma das limitações do nosso *corpus* de análise quando falamos em “população LGBT”. Isso porque, como demonstrado acima, os referidos trabalhos focaram em indivíduos homossexuais, tendo como imensa maioria de interlocutores os homens gays. Apenas um homem transexual e 3 bissexuais foram interlocutores. Não houve menção sobre travestis, intersexuais ou assexuais, por exemplo.

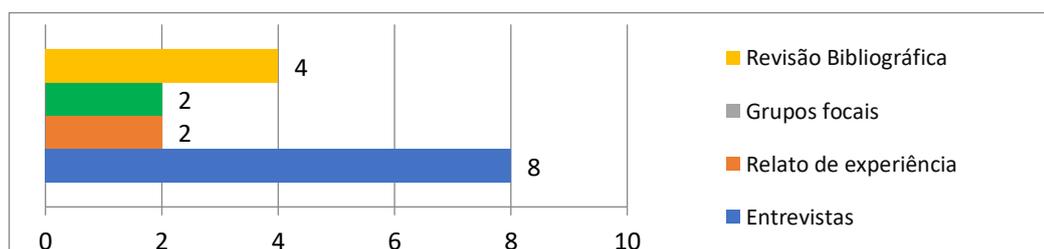
Relembramos, no entanto, que no início da pesquisa pensávamos sobre a produção de sentidos sobre homossexualidade (especialmente) e saúde no contexto das intervenções psicoterápicas relacionadas às orientações sexuais. Assim, mesmo tendo incluído, posteriormente, o termo “LGBT”, os outros descritores e termos de buscas foram direcionados, especificamente, à população homossexual, o que pode ter influência nesses resultados.

Torna-se relevante pontuar, ainda nessa situação, que apenas o trabalho de Marques (2010) e Marques e Nardi (2011) – que corresponde ao mesmo campo – colocou, desde o início, o critério de “ter passado por atendimento psicológico”. As demais pesquisas que tiveram como interlocutores indivíduos LGBT ou LGB (MOLEIRO & PINTO, 2009) e (MOLEIRO & PINTO, 2012), respectivamente, ou homossexuais do sexo masculino (SILVA, 2007), não afirmaram, taxativamente, essa necessidade. No entanto, durante o percurso de desenvolvimento do trabalho, estabelecem cruzamentos e correlações entre os/as participantes e a realização de intervenções ou acompanhamentos psicoterápicos.

Importante mencionar, também, que a pesquisa de Carvalho (2020) foi enquadrada na categoria “profissionais de psicologia”. No entanto, o autor menciona que, além das oito entrevistas, foram utilizados outros materiais discursivos (especificamente, 473 fotos, 199 áudios e 5 diários) para a construção dos argumentos e análises.

Os outros três estudos foram realizados com funcionários (e/ou ex-funcionários) do serviço público e com estudantes de uma clínica escola de Psicologia.

**Gráfico 5** – método empregado na pesquisa



Fonte: o autor (2021)

Por fim, considerando o delineamento metodológico empregado para o desenvolvimento dos trabalhos, foi possível constatar que das 4 pesquisas que envolveram exclusivamente revisão de literatura, 3 foram levantamentos assistemáticos (ARAGUSUKU & LEE, 2015); (CASSAL, BELLO & BICALHO, 2019) e (TOLEDO & PINAFI, 2012) e 1 revisão seguiu o método sistemático (CARDOSO, 2015).

Com relação à pesquisa de Luan Cassal, Héder Bello e Pedro Bicalho (2019), eles mencionam, na introdução, que se inspiraram no método cartográfico de pesquisa. No entanto, ao ler o trabalho, constatamos que se trata mais de uma revisão de literatura contextualizada com questões sociais atuais, não tendo um campo direto com coleta de dados primários, utilizando dados documentais secundários para fundamentar os argumentos bibliográficos. Por essas razões, optamos por classificá-la como revisão assistemática de literatura.

Novamente, de maneira repetitiva e redundante, mas necessária, relembramos que 2 produções advieram da mesma pesquisa de campo e, por isso, mais uma vez, pelos instrumentos e procedimentos metodológicos serem os mesmos, consideramos, para constatações analíticas, 12 pesquisas empíricas.

Dessas, todas apresentaram metodologia qualitativa de produção e análise dos dados, tendo sido a entrevista o instrumento mais utilizado para a realização das produções (n=8), sendo 1 entrevista baseada nas trajetórias de vida, 2 entrevistas narrativas e 5 com entrevistas semiestruturadas. Foram utilizados, também, nesse contexto, grupos focais (n=2) e relatos de experiências (n=2).

## **2.5 Dialogando com as produções**

Após a apresentação, caracterização e algumas discussões acerca das obras selecionadas para integrar o *corpus* da presente pesquisa e de alguns de seus elementos, neste tópico nossa proposta é discorrer sobre temáticas que emergiram enquanto fazia a leitura das produções.

É imprescindível ratificar, ainda, que essas discussões foram sendo construídos através das implicações que atravessam as minhas vivências e trajetória de vida com os debates em questão, bem como as instigações feitas nas reuniões de orientação e contínuo contato remoto. Certamente seria diferente se outra pessoa tivesse analisando as mesmas produções (ou até mesmo eu, em um momento diferente de vida). E é exatamente essa uma das propostas da revisão dialógica, quando Montuori (2005) afirma que:

Uma revisão de literatura, por si só, é muitas coisas; mas talvez seja, mais claramente, um levantamento acerca do campo em que **escolhemos** viajar e um **reconhecimento** de seus principais pontos de referência, como movimentos teóricos e personalidades importantes. (...) Ela fala ao leitor qual é **nossa** avaliação do discurso, **onde nos situamos** na comunidade e, até certo ponto, **quem somos**. (grifei) (MONTUORI, 2005, p. 375).

Ainda nesse sentido, Montuori (2005) pontua que o autor da revisão de literatura, baseado em critérios próprios de relevância, decide quais autores/as e posições teóricas vai se aprofundar, o tempo que será despendido para cada uma dessas análises e, ainda, o que será incluído ou excluído na construção do texto. Walker (2015), por sua vez, elenca que a proposta de conectar textos em uma revisão de literatura não é de preencher lacunas, não é de que um complemente o outro, mas que possibilidades sejam abertas para futuros diálogos mais aprofundados.

Apesar de não termos uma pergunta-orientadora fixa e estática, reconhecemos que, nesse momento, após ter lido todos os textos selecionados e considerando o cenário atual, já estamos nos aproximando de um possível problemática de pesquisa, que envolve os impactos da COVID-19 e do isolamento social na saúde mental de pessoas LGBT e a atenção psicológica em contextos remotos.

É a partir dos posicionamentos supracitados, então, que pretendemos colocar os textos selecionados e analisados em diálogo. No entanto, como já mencionado, não é (e não pode ser) uma revisão exaustiva (MONTUORI, 2005). As temáticas serão apresentadas para, a partir delas, delinear melhor o nosso objeto de pesquisa e, assim, aprofundarmos com a realização do nosso estudo empírico.

### 2.5.1 Explorando argumentos e temáticas

A relação entre orientação sexual e prática psicológica clínica foi abordada, diretamente, em grande parte dos estudos, como os de Daiane Marques (2010), Daiane Marques e Henrique Nardi (2011), Carla Moleiro e Nuno Pinto (2009), Carla Moleiro e Nuno Pinto (2012), Ícaro Gaspodini e Denise Falck (2018), Luis Rios e Ítala Nascimento (2007), Gustavo Kniest (2005), Livia Toledo e Tânia Pinafi (2009).

Os quatro primeiros citados, por sua vez, partem da perspectiva de compreensão deste fenômeno por parte dos indivíduos LGBT e, nesse contexto, utilizaram como embasamento teórico os dispositivos da sexualidade, tal como concebido por Foucault, a heteronormatividade

como parâmetros para analisar a prática clínica, bem como “as ações terapêuticas na clínica direcionadas ao público não-heterossexual” (TOLEDO; PINAFI, 2009, p. 137).

É importante mencionar, também, que estas quatro pesquisas observaram o posicionamento dos sujeitos LGBT frente a prática psicológica clínica, no que diz respeito as abordagens sobre questões de sexualidade (MARQUES, 2010; MARQUES; NARDI, 2011). No entanto, também buscaram compreender as expectativas dos clientes LGBT no cenário supracitado (MOLEIRO; PINTO, 2009) e como eles percebem as competências desses profissionais para lidar, na prática clínica, com questões que envolvem diversidade (MOLEIRO; PINTO, 2012).

Gaspodini e Falcke (2018), Rios e Nascimento (2007) e Kniest (2005) delinearão investigações sobre o mesmo campo de interação, todavia, a partir da pesquisa com profissionais de psicologia e suas implicações.

Apesar de Bruno Carvalho (2020) apresentar, em sua tese, uma crítica consistente à perspectiva reducionista da prática psicológica à psicoterapia, podemos dizer que os estudos supracitados levaram em consideração, estritamente, a prática psicológica clínica como psicoterapia individual. No entanto, parece existir uma linha tênue ou contradições, a partir de diferentes perspectivas teóricas, sobre o que seria uma escuta clínica. Nas palavras do autor,

considero urgente o enfraquecimento da sinonímia discursiva e prática entre clínica e psicoterapia. A clínica, a qual Gabriela nomeia de tradicional, é própria do modo de funcionamento da psicoterapia. Quando a profissional afirma não realizar uma escuta clínica, acredito haver uma confusão, onde, de fato, é a escuta nos moldes da psicoterapia que não se faz presente. Renunciar ao posicionamento tradicional de psicoterapeuta não é correlato a abdicar da clínica. Como coloca João Leite Ferreira Neto (2004), a clínica dos nossos tempos já não é mais definida pelo *setting* e vista como uma área de atuação, mas sim, como uma atitude, um *ethos*. Tendo esta perspectiva como lente, sou obrigado a discordar de Gabriela, enxergo nas narrativas uma prática clínica que almeja resistir aos modos engessados/clássicos/violentos de fazer-se psicóloga e psicologia. (CARVALHO, 2020, p. 92 e 93).

De encontro ao supracitado, Cleyton Pereira (2016), explorando os serviços realizados no Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH) em Pernambuco, afirma que “o psicólogo não pode clinicar ou a advogada defender causas individualmente, de modo que a equipe técnica orienta a população e a encaminha para outras instituições e setores responsáveis” (PEREIRA, 2016, p. 204). Carvalho (2020), por sua vez, nos provoca a pensar sobre a prática clínica nesse contexto da atuação profissional das políticas públicas, indicando fatores associados a marcadores de classe como preditores do que seria considerado o fazer clínico, questionando esse lugar na prática psicológica.

Pereira (2016), então, ao classificar as atividades desenvolvidas pelos/as profissionais do CECH, declara que

É específico dos/as profissionais de Psicologia o atendimento aos/às usuários/as que procuram o CECH e o seu monitoramento. Deste modo, mesmo que outro membro realize o atendimento, é o/a psicólogo/a que acompanha em que situação está o atendimento, se já foram realizados encaminhamentos, se o encaminhamento aconteceu com êxito, se a pessoa obteve sua demanda alcançada, etc. Além disso, também são estes/as profissionais que emitem parecer psicológico para as pessoas trans que queiram retificar seu nome civil. [...] Por fim, são os/as psicólogos/as que, na escuta, verificam graus de sofrimento psíquico, encaminhando as pessoas necessitadas para a rede de saúde adequada a cada caso. Com efeito, **no âmbito do CECH, estes/as profissionais não podem desempenhar atividades terapêuticas individuais**, tendo que encaminhar os/as usuários/as à rede pública de saúde. (grifamos) (PEREIRA, 2016, p. 110).

O excerto destacado acima ilustra de forma contundente a confusão anunciada por Carvalho (2020). Isso porque, no parágrafo anterior à citação, Pereira (2016) sustenta o argumento de que o profissional de psicologia não pode clinicar. Em suas análises, todavia, cita que o que não pode ser realizado são as atividades de terapia individual. Indica que são realizados atendimentos, acompanhamentos, emissão de pareceres para fins legais e, também, a escuta para verificar o grau de sofrimento psíquico de cada usuário/a. Essa última, por sua vez, com o objetivo de avaliar a necessidade de possíveis encaminhamentos para a rede pública de saúde.

Ainda nesse cenário, Denise Zakabi (2014), a partir de um relato de experiência acerca do atendimento psicológico no Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, órgão da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (Fortaleza – Ceará), descreve a utilização da terapia psicodramática breve focal como protagonista para os usuários do serviço lidarem com momentos de crise. A autora narra, então, os diversos benefícios que essa prática trouxe para a sua dinâmica de trabalho e para os/as usuários/as do serviço, afirmando que “facilitou a reflexão e ampliou as interações verbais, ao concretizar e transformar estruturas cristalizadas, inclusive, a trabalhar as próprias discriminações internalizadas” (ZAKABI, 2014, p. 6).

Relata, também, as ações desenvolvidas como atendimentos psicológicos que, inicialmente, seguiam o referencial da terapia breve focal e, após alguns limites serem percebidos, o Psicodrama passou a ser utilizado. A partir daí, a principal forma de atendimento psicológico passou a ocorrer através da terapia psicodramática breve focal, nas palavras da autora.

Após essas considerações, nos aproximamos, portanto, de uma perspectiva mais ampla do entender/fazer clínico, pensando a indissociabilidade entre abordagens clínicas e sociais

críticas, presentes em diferentes contextos e situações, como a atuação profissional na conjuntura de políticas públicas. A nosso ver, como demonstrado, a possibilidade de uma escuta clínica transcende os enquadres técnicos que envolvem o fazer psicoterápico, por exemplo.

A pesquisa de Adriana Silva (2007) se distancia do que foi, até agora, explorado. Isso porque, a autora investiga os efeitos do preconceito sexual internalizado no desenvolvimento de sintomas relacionados à episódios de depressão e suicídio, transtornos alimentares, uso abusivo de álcool e outras drogas, comportamentos sexuais de risco, violência doméstica e, por fim, na busca por terapias de conversão da homossexualidade. Retratando, também, que dos quinze homossexuais do sexo masculino entrevistados, treze “faziam ou haviam feito algum tipo de psicoterapia, alguns por mais de 15 anos” (SILVA, 2007, p. 324).

Juliana Bessa, Fernando Filho, Kwame Santos, Juliana Costantin, Juliana Lima e Thyfani Silva (2011) trazem as contribuições mais significativas, dentro do *corpus* apresentado, com relação ao contexto de cidades interioranas. As/os autoras/es propuseram uma reflexão sobre os jogos que envolvem a ética e o sigilo no atendimento de pacientes LGBT na clínica escola da universidade onde estudavam, ponderando as implicações da aproximação entre os sujeitos lá atendidos.

Isso porque, ser LGBT, no contexto de interior, pode gerar a formação de grupos de acolhimento e fortalecimento, possibilitando que fossem atendidos pelo mesmo programa de estágio. Além disso, trazem contribuições relevantes acerca dos encadeamentos provocados pela heteronormatividade compulsória tanto nos processos de formação de subjetividades, quanto nas dinâmicas que orientam experiências e vivências locais.

A revisão sistemática de Daniel Cardoso (2015) consiste em uma produção sobre como a psicologia científica percebe a questão da homossexualidade, tendo sido referência, durante o início do nosso processo de revisão de literatura, para a inclusão do termo “clínica psicológica”. O autor organizou as 64 publicações localizadas e selecionadas em cinco eixos: (1) Clínicas psicológicas, (2) Cultura e sociedade, (3) Construções sociais e pedagógicas, (4) Conjugalidade e família e (5) Políticas e direitos.

Com relação ao eixo “Clínicas psicológicas”, menciona que no amplo escopo do objetivo geral “psicologia científica”, este agrupa os textos que tratam da temática específica da “psicologia clínica” sobre a homossexualidade. Com isso, o autor constatou a predominância de artigos que propõem questionamentos à abordagem psicanalítica sobre essas questões. Para a realização dessas críticas, as produções citaram autores da psicanálise clássica e, em contraponto, utilizaram autores/as pós-estruturalistas para contra-argumentar e tentar

“desconstruir aquilo que historicamente algumas correntes teóricas parecem ter construído sobre a figura do/da homossexual anormal, desviante.” (CARDOSO, 2015, p. 44).

Em convergência com os achados de Cardoso (2015), Mesquita (2018) afirma, em sua revisão bibliográfica, que o referencial teórico mais recorrente e discutido foi o da psicanálise. No entanto, a perspectiva adotada foi de problematização entre as possibilidades e limitações teóricas e metodológicas do olhar clássico psicanalítico sobre as questões contemporâneas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero. Assim,

As/os autoras/es argumentam que a teorização clássica da psicanálise, que valoriza o modelo essencialista da diferença sexual, através da primazia da heterossexualidade e da dominação masculina impossibilita intervenções clínicas isentas de preconceitos por parte das/os analistas, visto que as configurações societárias relativas às questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero são outras na contemporaneidade, exigindo uma revisão teórica, ética e política. (MESQUITA, 2018, p. 64).

Atualmente, é possível observar um tímido movimento com o objetivo de trazer atualizações para os saberes psicanalíticos no debate supracitado. Podemos mencionar, por exemplo, as pesquisas e publicações de José Antonio Stona da Silva, psicólogo e psicanalista, mestre em Psicanálise (UFRGS) e doutorando em Psicanálise e Cultura Contemporânea (UFS). Organizou, em 2021, o livro “Relações de Gênero e Escutas Clínicas” e foi coautor do livro “O cis no divã”, também lançado em 2021. As mencionadas produções procuram articular as atuais demandas de gênero e sexualidade no contexto da psicanálise. Todavia, esse é um campo que ainda carece de estudos diversos e mais aprofundados.

Durante a leitura das 17 produções selecionadas por esta revisão dialógica, chamou bastante atenção a presença do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na construção argumentativa e/ou nas análises/discussões dos dados. Dentre os textos que compõem o *corpus*, apenas três não citaram e/ou desenvolveram essas articulações. É importante mencionar que o nosso critério para seleção dos textos perpassou o recorte temporal de publicação após a Resolução nº 01/1999 do CFP, o que pode ter ocasionado a presença significativa desse debate.

Necessário pontuar, então, que dos três textos que não incluíram a atuação do CFP, dois foram desenvolvidos no Instituto Universitário de Lisboa, ou seja, não analisam a realidade brasileira, quais sejam: os artigos de Carla Moleiro e Nuno Pinto (2009; 2012), localizados durante a busca com procedimentos sistemáticos. A terceira produção foi incluída na busca assistemática e versa sobre direitos humanos no Centro Estadual de Combate à Homofobia em Pernambuco, de Cleyton Pereira (2016).

Por outro lado, dentre as outras produções, três enfatizaram, diretamente, essa atuação. Eles foram incluídos ao *corpus* de maneira proposital. Henrique Aragusuku e Henrique Lee (2015), de maneira geral, apresentam um panorama histórico sobre as conexões entre a psicologia e as questões LGBT no Brasil, focando na análise das políticas impulsionadas pelo CFP.

Luan Cassal, Héder Bello e Pedro Bicalho (2019) também partem de uma perspectiva histórica, pensando as reverberações da citada Resolução do CFP durante esses 20 anos desde sua publicação. Esses autores explicitam, de maneira profunda e completa, os diversos e intensos ataques sofridos por essa Resolução ao longo desse recorte temporal.

Por fim, Daniele Mesquita (2018) explora a atuação de profissionais de psicologia, a partir de suas concepções e relatos sobre práticas profissionais, frente à Resolução, incluindo a nota técnica acerca do processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, elaborada pelo CFP e publicada em 2013.

A discussão sobre a sexualidade dos/as profissionais de saúde mental, no contexto aqui debatido, foi trazida em alguns artigos, o que nos surpreendeu. Não tinha pensado sobre essa relação antes de realizar as leituras. Moleiro e Pinto (2009) consideram que

Neste sentido, alguns e algumas autores/as têm procurado explorar que variáveis influenciam os processos e a interação terapeuta-cliente com pessoas LGBT. Alguns desses estudos têm-se focado na relação entre o sexo do cliente e do/a psicoterapeuta e a orientação sexual de ambos. Parece relativamente consensual que terapeutas do sexo feminino tendem a encarar os/as clientes LGBT de forma mais favorável, revelam atitudes mais positivas, e são mais tolerantes e apoiantes de um estilo de vida e de identidades LGBT (Liddle, 1996; Bowers e Bieschke, 2005; Barret e McWhirten, 2002; Twist, Murphy, Green et al., 2006), quando comparados com terapeutas do sexo masculino. Esta tendência acentua-se quando não há congruência entre a orientação sexual do/a cliente e do/a terapeuta, sendo que os terapeutas homossexuais do sexo masculino são considerados tão afirmativos e apoiantes como terapeutas mulheres (independentemente da sua orientação sexual), em contraste com terapeutas homens heterossexuais (Liddle, 1996). (MOLEIRO; PINTO, 2009, p. 163)

Complementando, Gaspodini e Falcke (2018) defendem que psicólogos/as que não sejam LGBT estão predispostos a não considerar as tramas que decorrem do preconceito sofrido em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Afirmam que esse afastamento, então, traria consequências diretas para as práticas psicológicas clínicas.

Apesar de compreender essas fundamentações e, em alguns pontos, concordar, pensamos nas práticas psicológicas e na citada relação profissional-cliente em situações que envolvem outras populações vulnerabilizadas. Também existiria um perfil profissional mais

compatível para atender, por exemplo, imigrantes, pessoas em situação de rua, pessoas negras, quilombolas, indígenas ou com deficiência?

Nos parece que muitas variáveis podem perpassar essa discussão. Inclusive, a teoria da interseccionalidade pode nos ajudar a pensar esses fatores. São mais provocações e questionamentos do que certezas. A literatura científica explorada, no entanto, apresenta um modelo baseado no trabalho com habilidades multiculturais.

Moleiro e Pinto (2012), antes de se debruçarem sobre as habilidades multiculturais, alertam para o fato de que as práticas psicológicas tradicionais possuem um aporte em teorias que não consideram essas diversidades como fatores significativos. Por esse motivo, apresentam um modelo tridimensional para operacionalizar o que Gaspodini e Falcke (2018) denominam como treinamento de habilidades multiculturais: (1) conhecimentos sobre as dinâmicas que envolvem as vivências da população LGBT; (2) atitudes de reconhecimento dos seus próprios preconceitos e conscientização a partir de treinamentos e supervisão para demonstrar sensibilidade à diversidade sexual e (3) habilidades para reconhecer quando a orientação sexual é o foco da atenção clínica para, assim, adaptar suas intervenções.

Essas três dimensões são apresentadas, de forma breve, por Moleiro e Pinto (2012), ao passo que Gaspodini e Falcke (2018) adicionam a necessidade de se incluir essas temáticas nos currículos obrigatórios da formação em psicologia e, ainda, possibilitar que alunos e professores LGBT ocupem espaços de debate, formação e prática profissional. Mesquita (2018), em sua dissertação, cita a importância dessas discussões e do modelo tridimensional para a formação da psicologia para lidar com o público LGBT.

Embora esses estudos demonstrem uma certa linearidade temporal no desenvolvimento da teoria debatida, não apresentam, no campo prático, orientações mínimas de como esse treinamento poderia acontecer. Dessa maneira, não foram citados trabalhos empíricos que comprovem possíveis resultados da aplicação das referidas diretrizes e, por isso, carecem de debates mais aprofundados sobre a relevância e efetiva aplicabilidade prática.

O ativismo jurídico e legislativo no âmbito das questões que envolvem a prática psicológica também se destacou, a nosso ver, na literatura científica. Diferentes situações no amplo campo dos direitos humanos e sexuais foram mencionadas, como a regulamentação da união civil e, posteriormente, do casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia, por exemplo. Optamos, todavia, por nos ater as que, de certa maneira, envolvem a Resolução 01/1999 do CFP que, de acordo com Carvalho (2020), habita as encruzilhadas entre psicologia, saúde mental e sexualidade.

Cassal, Bello e Bicalho (2019) afirmam que essa Resolução foi a primeira regulamentação do Conselho Federal de Psicologia com normas para a atuação profissional em relação à questão de orientação sexual e, também, a mais atacada do CFP. Diversas propostas legislativas com o objetivo de enfraquecer a essência da Resolução foram apresentadas ao longo desses 20 anos. Os autores fazem um levantamento detalhado de cada proposta debatida e, também, as produções de Aragusuku e Lee (2015), Mesquita (2018) e Carvalho (2020) trazem essa abordagem histórica de ataques.

No âmbito jurídico, o juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara de Justiça no Distrito Federal, deferiu uma liminar no Distrito Federal, em 2017, que, na prática, anulava os efeitos da Resolução, contrariando as orientações do CFP. Em teoria, o argumento utilizado pela impetrante, a psicóloga Rozângela Alves Justino, era por uma mudança de interpretação da Resolução.

Posteriormente, na Reclamação 31818, que teve sua decisão mais comemorada em 24 de abril de 2019, a ministra Cármen Lúcia determinou a suspensão do trâmite da citada ação popular na Justiça Federal do Distrito Federal, argumentando que a ação popular tinha o objetivo de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal (STF) de declarar a inconstitucionalidade de norma editada por conselho profissional federal.

Essa decisão, no entanto, continuou sendo movimentada no âmbito do judiciário quando, em 22 de agosto de 2019 foi interposto um agravo regimental que, posteriormente, não foi provido. Em 27 de abril de 2020 aconteceu a oposição de embargos de declaração, que só foram rejeitados, em sessão virtual, em 22 de maio de 2020. Essas insistências recursais demonstram o incansável interesse na judicialização de temas relacionados à orientação sexual, que perpassam dimensões normativas da moral, religião e sociedade.

Dessa maneira, mesmo que até hoje a Resolução do CFP não tenha sido anulada, percebemos que os diversos ataques legislativos/jurídicos também podem ser encarados como uma estratégia de dar contínua visibilidade para as questões que perpassam o que, comumente, chamamos de “cura gay”. Isso porque, a cada proposta apresentada no legislativo ou decisão tomada pelo judiciário, abre-se, mais uma vez, o debate sobre a patologização de orientações sexuais não normativas.

Esses debates são amplamente divulgados pela mídia, pela academia e pelos movimentos sociais, o que acaba sendo interesse de profissionais que defendem, de maneira

escancarada, as terapias de conversão, como a psicóloga Rozângela Justino<sup>11</sup> e Marisa Lobo, pois utilizam estratégias que destacam a possibilidade dessas terapias. Assim, ter esses temas sempre em pauta, acaba por fortificar ideias de retrocesso no campo das práticas psicológicas, principalmente no contexto atual que estamos inseridos, de retrocessos declarados e ataques aos direitos humanos.

Um exemplo concreto do que foi alegado é que, dentre as produções que compõem o *corpus* de análise, seis dão visibilidade expressa aos argumentos de Rozângela. Por mais que tenham a intenção de denunciar, também possibilitam a perpetuação desse debate no campo acadêmico. Contradizendo o que acabamos de criticar, também estamos reproduzindo essa lógica e, mais uma vez, citando esse debate.

Por outro lado, o Conselho Federal de Psicologia vem exercendo uma função combativa importantíssima, sendo reconhecido nas produções científicas, de maneira geral, como um órgão não apenas de regulamentação e organização profissional, mas posicionado ética e politicamente na garantia de direitos humanos fundamentais e defesa da democracia, por exemplo.

No Brasil, as políticas de promoção dos direitos sexuais vêm atravessando um momento extremamente crítico, principalmente por conta do fortalecimento de movimentos das direitas e do conservadorismo no cenário político nacional (VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). A postura do movimento cristão contra os direitos e a cidadania da comunidade LGBT é intensificada cotidianamente. Os últimos eventos políticos e a oficialização do governo Bolsonaro fortaleceram as ideias conservadoras e consolidaram retrocessos em políticas sexuais, assim como em todas as pautas de direitos humanos.

Na conjuntura atual, o Brasil tem sido considerado um dos lugares mais perigosos do mundo para a população LGBT, sendo Pernambuco um dos estados com maiores índices de crimes letais contra essa população (ANDRADE, 2019). O levantamento mais recente de homicídios e suicídios de LGBT, organizado por José Marcelo de Oliveira e Luiz Mott (publicado pelo Grupo Gay da Bahia, em 2020), demonstra a continuidade deste cenário, apontando o Nordeste como a região com maior recorrência de casos (35,56%), seguido do Sudeste (29,79%) e do Norte (17,02%). Além disso, Pernambuco aparece na terceira posição de mortes violentas de LGBT, com 7,9% dos casos, atrás apenas de São Paulo (15,2%) e da Bahia (9,73%) (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

---

<sup>11</sup> Recentemente, em 17 de fevereiro de 2022, o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – 1º Região (CRP 01/DF) cassou, finalmente, o registro profissional de Rozângela Justino, com fundamento na violação e descumprimento de normas estabelecidas no Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Dessa maneira, os sentimentos de medo, vulnerabilidade, abandono e violências podem gerar cicatrizes psicológicas profundas. Esses indicadores estão fundamentados não só em pesquisas científicas (MARQUES; NARDI, 2011; MESQUITA, 2018; TOLEDO; PINAFI, 2012), mas também em relatos da vivência cotidiana de pessoas vítimas desse processo de produção de morte.

Com isso, as ferramentas da psicologia, baseadas em uma ética dialógica e crítica, podem ajudar a diminuir as consequências nocivas do estigma e reduzir sofrimentos, bem como desenvolver resiliência, consolidar redes de apoio e favorecer o desenvolvimento psicológico. Por outro lado, “sob o véu da neutralidade e de um saber supostamente especializado, o terapeuta pode pensar e dizer quase qualquer coisa no campo da homossexualidade sem nunca ser questionado” (CASTAÑEDA, 2007, p. 167). Nesse contexto, julgamentos de cunho moral e/ou religioso, além de serem nocivos na prática profissional, sobretudo com a comunidade LGBT, provocam discriminação e estigmatização; constituindo, assim, mais uma forma de preconceito, camuflada como (pseudo) neutralidade científica (TOLEDO; PINAFI, 2012).

Daiane Marques (2010) observou que a cultura heteronormativa e a lógica do cristianismo agenciam as intervenções dos profissionais de psicologia, colocando os indivíduos homossexuais na posição de anormais. Além dela, outras produções mencionaram as ressonâncias das normas sociais nas práticas psicológicas, entendendo que o profissional de psicologia não age com neutralidade (TOLEDO; PINAFI, 2012; KNIEST, 2005; MESQUITA, 2018). Diante do supramencionado, pode-se perceber a existência de lacunas e entraves que envolvem as relações entre cuidados com a saúde mental por profissionais de psicologia e as pessoas gênero-sexo dissidentes.

### 3 PERCURSOS ENTRE ATRAVESSAMENTOS E ATROPELAMENTOS

Além das andanças, inquietações e provocações que emergiram durante o processo da revisão de literatura, também é necessário desenvolver uma breve explanação sobre o lugar de onde e porque eu falo<sup>12</sup>, situando as motivações que resultaram na construção do problema de pesquisa aqui trabalhado.

Nasci e cresci no interior de Pernambuco, em um distrito chamado Siriji (“água corrente” em Tupi), no município de São Vicente Férrer, a 120 km de Recife, com aproximadamente seis mil habitantes. Apesar da proximidade com a Região Metropolitana de Recife, a forte cultura tradicional e uma proximidade relativa entre os habitantes resulta numa dificuldade: fugir dos padrões hegemônicos de masculinidade e da ordem cisheteronormativa, impostos para a época (e até hoje), significa(va) um desvio de conduta considerado grave, implicando intervenções (mais – ou menos – discretas) que objetivavam a reversão de comportamentos.

Nesse sentido, ainda na infância, passei por um processo de intervenção psicoterápica com procedimentos similares ao que é descrito na literatura como “terapias de conversão sexual”. Assim, após duras sanções e privações, constituí-me no paradoxo de acreditar ser errado exercer certas vontades e desejos. Pelos motivos supracitados, após um longo, doloroso – e continuado – processo de autoaceitação, muito me incomoda e inquieta a possibilidade dessas regulações serem ainda exercidas com outras pessoas, em contextos análogos.

O interesse em ingressar no Mestrado em Psicologia foi motivado pelo desejo de estudar sexualidades dissidentes no contexto da psicoterapia, temática de pesquisa a partir da qual tracei meu projeto para o processo seletivo. Com os diversos atravessamentos e atropelamentos produzidos pelas necessárias medidas sanitárias face à pandemia de COVID-19 e as ressonâncias que isso trouxe para minha vida e para a vida de muitas pessoas que vivem na cidade onde estudam e que, em virtude da pandemia, regressaram para a casa dos pais, voltando a viver em sua cidade de origem, percebemos que arranjos seriam possíveis para acompanhar a minha nova realidade e, também, toda a modificação de contexto em várias esferas.

Nesse sentido, é válido contextualizar que, depois de anos morando no interior, me mudei para Recife, em 2010, com o objetivo de estudar. Morar na Capital trouxe a possibilidade de ter uma visão mais abrangente do mundo, o que me permitiu passar por um longo processo

---

<sup>12</sup> Fazemos referência aos ensinamentos de Djamila Ribeiro (2017), quando menciona que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (p. 37).

de libertação e, conseqüentemente, experienciar meus mais profundos desejos. Todo esse caminho começou a ser trilhado, na prática, nos últimos cinco anos, quando eu também estava sendo acompanhado por uma psicóloga que, diferentemente das anteriores, acreditava na autenticidade e potência do que eu enfrento, diariamente, resistindo a tantas experiências de aniquilação da minha subjetividade.

Após dez anos, em 2020, com a pandemia da COVID-19 e a suspensão das aulas presenciais, precisei voltar, repentinamente, para a casa dos meus pais, aqui no interior. De início, achando que passaria um mês, depois de três a seis meses... hoje são mais de dois anos.

Por consequência, no que diz respeito a discussão em tela, passei a vivenciar um cotidiano totalmente diferente: (1) minha psicoterapeuta não aderiu ao atendimento remoto e, por isso, fiquei sem acompanhamento psicológico; (2) me afastei, fisicamente, da minha rede de amigos/apoio (ou “família escolhida”), que esteve ao meu lado durante esses últimos quatro anos e (3) passei a existir em um ambiente explicitamente cisheteronormativo e assustadoramente LGBTfóbico, o que implicou em agravos à minha saúde mental, voltando a revisitar fantasmas do passado. Incompreendido, sofri violências (intencionais ou não, mas com efeitos indelévels) diárias, dirigidas a questões de gênero-sexo-dissidência que me atravessam.

Com isso, percebi que não poderia continuar sozinho. Aqui no interior (lembrando que vivo em um distrito com apenas seis mil habitantes) não se fala em pessoas LGBT. Apesar dos encontros e relações homossexuais serem uma realidade, tudo acontece sob manto do silêncio e longe dos olhos da sociedade, o que não deixa de ser uma forma de preconceito e discriminação, acarretando processos de produção de morte, seja ela subjetiva, social e/ou física (CATELAN, 2018).

A pandemia me fez voltar para casa, prendeu-me no quarto, no “armário”, na minha mente, lutando com as ideias mais dolorosas e difíceis sobre quem (ou o que) eu sou/estou. Aqui, não posso viver experiências que já estavam começando a fazer parte do meu cotidiano e práticas que me produziam prazer e identificação, compartilhando com meus pares (família escolhida), que não estão presencialmente comigo.

E, para completar, além do distanciamento físico necessário, por aqui não existem espaços, rede de pessoas que se autodeclarem LGBT e menos ainda um movimento social organizado. Assim, não consegui construir novos laços que pudessem somar com vivências parecidas.

Imerso nesse cenário catastrófico, precisei gritar por ajuda. Nesses gritos, encontrei outras pessoas, de maneira virtual, que também clamavam por socorro. Descobri, nesse intervalo, um grupo de apoio psicológico para pessoas LGBT, que aconteceria de maneira

virtual, com inscrições abertas para o seu primeiro ciclo. Comecei, então, a participar dos encontros semanais, facilitados por dois profissionais de psicologia, onde podíamos compartilhar dificuldades, estratégias de resistência e práticas de cuidado acionadas neste período. Nesses dois últimos anos, estive presente no grupo por aproximadamente um ano e meio.

Essa experiência, entre outras coisas, tem me mostrado a potência do dispositivo grupal para promoção de saúde mental e redução dos danos que nós, LGBT, estamos enfrentando. Parece ser possível resumir a fala das pessoas que integram/ram o grupo em uma frase: “um momento para respirar no meio de tudo isso, a oportunidade semanal para reenergizar e enfrentar os desafios diários”.

Ainda que saibamos que as experiências de atendimento online não surgiram com a pandemia, podemos reconhecer que elas foram radicalmente potencializadas. Além disso, esse período também acabou acionando outras formas de violência que atingem a saúde mental das pessoas (de diferentes maneiras, podendo ser pensados marcadores de gênero, sexualidade, etnia, geração, dentre outros) por causa do confinamento, por exemplo.

Um estudo recente indica que “em uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira, [...] definitivamente não é exagero pensar que as mulheres, crianças, adolescentes, idosos e LGBTQI+ estão, em período de confinamento, ainda mais vulneráveis, particularmente em contexto doméstico e familiar.” (MEDRADO; LYRA; NASCIMENTO; BEIRAS; CORREA *et. al*, 2021, p. 181).

É necessário ressaltar, ainda, que todo o meu processo de passagem pelo mestrado, até agora (já em período de prorrogação para defesa), desde as orientações, as reuniões do grupo de pesquisa, o cumprimento da carga horária das disciplinas e, por outro lado, a criação de vínculos com minhas colegas de classe, com meu próprio orientador e colegas do grupo de pesquisa está acontecendo no contexto da pandemia, do isolamento social e, portanto, de maneira remota. Tivemos apenas um encontro presencial. Todo esse texto, essas indagações, ambições e afetações foram atropeladas pelas implicações decorrentes da disseminação, contágio e (políticas de produção de) mortes pelo coronavírus.

Nesse sentido, como estudante da graduação em psicologia e, também, do mestrado, as vivências nesse grupo, em outros espaços de atenção psicológica e as ressonâncias que elas estão proporcionando fizeram emergir diversos questionamentos, tais quais: Como se produz a oferta de atenção em saúde mental no campo da sexualidade em momento de pandemia? Que estratégias as/os psicólogas/os têm operado para promover atividades dessa natureza? Como

construir e manter redes online de apoio psicológico? Como abordar questões particulares sobre gênero e sexualidade junto a LGBT em sofrimento psíquico através de encontros remotos?

Considerando as nossas limitações e aspirações para a realização de um estudo em uma dissertação de mestrado, reconhecemos que precisamos circunscrever a nossa problemática de maneira mais específica. Por essa razão, nossa pretensão é investigar as dinâmicas que envolvem a atenção psicológica para pessoas LGBT durante a pandemia, a partir de grupos online.

Inquietações similares também são compartilhadas pela literatura, como podemos ver:

Estas diversas mudanças na atuação da Psicologia e de outras profissões de saúde, por meio da ampliação do atendimento online, também produz uma demanda pelo aumento da quantidade de estudos científicos a respeito do impacto deste tipo de serviço, tanto para quem recebe o serviço quanto para os profissionais que prestam o serviço, em um contexto de pandemia. [...] Neste sentido, a ampliação do conhecimento científico de rigor sobre os impactos da pandemia na saúde mental da população e nos serviços de atendimento online, neste contexto, é uma tarefa estruturante que deverá estar na agenda do país nos próximos anos. (VIANA, p. 77, 2020).

Conforme citado acima, é extremamente necessário a realização de estudos sobre os serviços de atendimento psicológico durante a pandemia. Esses empreendimentos, por exemplo, podem ajudar a orientar ações do CFP<sup>13</sup>. Considerando as questões sociais, então, pensar alternativas para o cuidado psicológico da população LGBT implica compreender que essas pessoas sofrem processos particulares de invisibilização e sofrimentos. Dessa maneira, toda uma estrutura social é afetada, a partir da família, amigos, profissionais atuantes nesse cenário, dentre outros. Essa mudança social, que tem potência singular, não beneficia apenas as pessoas LGBT, como citado, ou seja, também permite menos exclusão e questiona padrões

---

<sup>13</sup> O CFP vem se posicionando sobre o assunto e, durante a pandemia, rapidamente precisou atualizar a resolução anterior (Resolução CFP nº 11/2018), que havia sido publicado para atualizar a Resolução CFP nº 11/2012. Atualmente, a Resolução nº 04/2020 está em vigência. Demonstrando, portanto, que a temática foi alvo de diversas polêmicas nos últimos anos. Algumas notícias: [1] “**CFP publica nova resolução sobre atendimento psicológico on-line:** Resolução CFP nº 11/2018, que atualiza norma anterior [Resolução CFP nº 11/2012] que regulava serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância”. Publicada em 23/05/2018 e disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-nova-resolucao-sobre-atendimento-psicologico-online/>. [2] “**Coronavírus: Comunicado sobre atendimento on-line:** Profissionais poderão fazer atendimento on-line sem necessidade de aguardar confirmação de cadastro no e-Psi”. Publicada em 16/03/2020 e disponível em: <https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-sobre-atendimento-on-line/> e [3] “**Nova Resolução do CFP orienta categoria sobre atendimento on-line durante pandemia da Covid-19:** Resolução CFP nº 04/2020 flexibiliza atuação de forma remota, mas reforça necessidade de cumprimento do Código de Ética e obrigatoriedade de cadastro no e-Psi”. Publicada em 30/03/2020 e disponível em: <https://site.cfp.org.br/nova-resolucao-do-cfp-orienta-categoria-sobre-atendimento-on-line-durante-pandemia-da-covid-19/>. Todas acessadas no dia 20 de fev. 2021.

impostos historicamente, como a cisheteronorma e, dessa maneira, apresenta também alternativas para mudanças culturais.

Além do supracitado, é importante ressaltar que o governo Bolsonaro possui um posicionamento explícito de exclusão a população gênero-sexo dissidente, reduzindo e aniquilando todo um sistema de proteção de políticas públicas de saúde e de assistência social. Assim sendo, as divulgações desta pesquisa podem acionar as três esferas (legislativa, executiva e judiciária) sobre a necessidade de se pensar/executar/proteger estratégias para promover saúde mental de grupos politicamente excluídos, baseado em legislações nacionais antidiscriminatórias e orientações do Conselho Federal de Psicologia.

O cenário da COVID-19 impactou, de maneira perceptível, a saúde mental da população em geral e, também, trouxe implicações específicas para populações historicamente vulnerabilizadas, como a LGBT. O isolamento social explícito e a necessidade de intervenções emergenciais em saúde mental ressoaram na busca desenfreada por serviços online que, apesar de não terem surgido durante a pandemia, voltaram ao foco de discussões sobre possíveis benefícios, desafios, riscos. No entanto, esses questionamentos foram atravessados pela concretização desses atendimentos, sem a possibilidade da realização de estudos mais aprofundados, testes de plataformas e treinamentos, por exemplo.

Nessa pesquisa definimos, então, como **objetivo geral**: analisar a produção de sentidos sobre atenção psicológica online a pessoas LGBT, no contexto da pandemia de COVID-19, a partir de narrativas construídas junto a profissionais de psicologia.

Como **objetivos específicos**, buscamos:

- mapear a produção científica sobre atendimento psicológico e população LGBT;
- identificar motivações dessas/es profissionais para o trabalho online com a população LGBT durante o período de isolamento;
- perscrutar as implicações do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na prática profissional em contextos remotos;
- analisar os grupos online de atenção psicológica como ferramenta para a construção de redes de apoio entre pessoas LGBT.

#### 4 OLHARES SOBRE O MUNDO E SOBRE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: POSICIONAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

No processo de produção dessa pesquisa, atravessado por diversos marcadores contingenciais, adotamos como marco teórico-epistemológico os estudos em Psicologia Social Crítica fundamentados no (pós)construcionismo social. De acordo com Mello *et al.* (2007), respaldados em Kenneth Gergen, Tomás Ibáñez, Lupicinio Íñiguez e Mary Jane Spink, “o construcionismo não se caracteriza como uma teoria, uma vez que não pretende postular verdades a partir de princípios pré-estabelecidos e inquestionáveis. Caracteriza-se, então, como um Movimento, uma postura crítica diante do mundo” (p. 27).

Para Íñiguez (2004), duas características preponderantes do construcionismo são: (1) sua postura crítica e (2) a construção sócio-histórica dos acontecimentos, portanto, podendo existir diferentes versões. Com isso, a produção de conhecimento também é uma ação política situada e os discursos operam como ações. Nesse sentido, ainda, quando pensamos o fazer científico, as críticas feministas, especialmente os ensinamentos de Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1996), convergem com essa ideia, entendendo a ciência como uma prática política e, por isso, compreendendo-a como produção situada e historicamente produzida.

A nossa pesquisa parece compactuar com o que está acima preceituado, na medida em que nossa temática está social e historicamente circunscrita, delimitada, como demonstrado e, ainda, buscamos romper com uma possível ideia positivista de neutralidade científica, a partir do momento que me “ouço”, inclusive, para determinar qual a pergunta, os objetivos, o escopo que orienta esta dissertação, implicando-nos diretamente.

Dessa maneira, reafirmamos, também, o posicionamento de Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005) quando pontuam que “uma análise reflexiva da investigação científica e social parte do princípio de que o conhecimento é sempre e forçosamente moldado por quadros de referência sócio-políticos” (p. 411), inspiradas na perspectiva feminista.

Nesse sentido, alicerçados na obra “Interseccionalidade e Psicologia Feminista”, de Conceição Nogueira (2017), corroboramos com o entendimento de que “o construcionismo social é uma alternativa que pode permitir dirigir a energia feminista para novas e mais válidas formas de pesquisa” (p. 94). Partimos, portanto, da perspectiva do feminismo interseccional, que

Pretende examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem a múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social. Acredita-se que os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão

dentro da sociedade, como os mais comuns baseados no sexo/gênero, na “raça”/etnicidade, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual ou na deficiência (as designações categorias *master*) não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão inter-relacionam-se criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação (Azzarito & Solomon, 2005; Browne & Misra, 2003; De Francisco & Palczewski, 2007; McCall, 2005; Nash, 2008; Staunaes, 2005). (NOGUEIRA, 2017, p. 142).

Os fenômenos, então, devem levar em consideração as relações entre múltiplos fatores, que não podem ser dissociados, pois assim perderiam a sua completude e complexidade. Nossas ambições com essa pesquisa convergem, também, com as ideias de Gergen (1985), quando afirma que “a pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas)” (p. 301). E, portanto, se alinha ao que colocamos como pretensões de todo o nosso estudo, incluindo nossa pergunta norteadora e objetivos delimitados.

Mary Jane Spink e Rose Frezza (2013) afirmam a necessidade da abdicção da visão representacionista, onde apenas apreende-se o que está posto, o que o mundo apresenta; em contraposição, sugerem que passemos a compreender que conhecimento é feito a partir de trocas e interações, de maneira conjunta, por meio de práticas sociais. Essas colocações ratificam os preceitos do fazer científico que nos apoiamos, considerando que nossa proposição não é apresentar algo que possa ser universalizado e/ou represente uma sociedade singularmente, mas que seja produzido a partir de diálogos com interlocutores diversos (textos, professores/as, estudantes, amigos/as, profissionais de psicologia), inquietações e posicionamentos contextualizados e demarcados.

A visão construcionista social critica a naturalização dos fenômenos, ou seja, princípios ou verdades que são tidos como absolutos e, com isso, busca a desconstrução de noções que estejam profundamente arraigadas em determinada cultura (IÑIGUEZ, 2004). Nesse sentido:

É um convite a aguçar a nossa imaginação e a participar ativamente dos processos de transformação social. Impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos (SPINK E FREZZA, 2013, p. 15).

Com isso, nos faz refletir sobre os deslocamentos acionados durante a pandemia, adoecimento mental, sobre dados acerca do aumento da demanda por atendimento psicológico online e discussões no cenário social e científico atualmente. E, assim, nos insere como personagens em contextos de transformação social, como supracitado.

No que diz respeito a produção de sentidos no cotidiano, nos pautamos na análise das práticas discursivas, conceituadas por Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013) como “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (p. 26).

Quando pensamos nas peculiaridades da pandemia e dos estudos em psicologia social, é possível compreender quando Gergen (1994) *apud* Neves & Nogueira (2005) afirma que a psicologia não deve se limitar (ou focar) nas teorias abstratas, mas em problemas intrínsecos a um determinado momento ou contexto. Assim, essas investigações teriam, de fato, potencialidades para transformações sociais.

Feitas essas considerações, fundamentamos esta pesquisa no referencial teórico-epistemológico do feminismo interseccional em articulação com a abordagem (pós)construcionista para debruçarmo-nos nos estudos das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.

Pelo viés metodológico, esta dissertação consiste em uma pesquisa do tipo exploratória, que é capaz de produzir conhecimentos mais aprofundados acerca de indivíduos, grupos ou fenômenos estudados (MARCONI & LAKATOS, 2003).

O desenho da pesquisa se orienta a partir da abordagem qualitativa, ou seja, buscamos trabalhar com as inúmeras possibilidades de análise de significados que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007). Dessa maneira, orientamo-nos por uma natureza socialmente construída da realidade e, ainda, pelas implicações da íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, entendendo que o ato de fazer pesquisa qualitativa não pode mais ser visto de dentro de uma perspectiva positivista neutra ou objetiva.

Minayo (2007) lembra que esse tipo de pesquisa não é generalizável, na medida em que a intenção de compreender determinadas questões está demarcada em um cenário espaço-temporal ou histórico-social. Ao mesmo tempo, o rigor metodológico é exercido de maneira particular. Segundo Mary Jane Spink e Helena Lima (2013), a maior preocupação deve ser na ideia de explicitar os processos e passos de produção e interpretação dos resultados, pois, assim será possível que outros/as pesquisadores/as possam dialogar com os materiais apresentados.

No escopo do método qualitativo, Camila Muylaert, Vicente Sarubbi Jr., Paulo Gallo, Modesto Rolim Neto e Alberto Reis (2014) afirmam que, por abordar idiossincrasias do campo e dos sujeitos, as entrevistas narrativas são um “método potente para uso dos investigadores que dele se apropriam” (p. 193). Nesse sentido, a pesquisa narrativa parece fornecer subsídios que possibilitam a ampliação das interconexões entre os dispositivos que envolvem o campo-tema e os/as pesquisadores/as, sendo condizentes com a intenção exploratória.

Em um viés mais conceitual, as entrevistas narrativas podem ser entendidas como “ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional.” (MUYLAERT; SARUBBI JR; GALLO; ROLIM NETO; REIS, 2014, p. 194).

Já na perspectiva epistemológica, a literatura científica concorda que o trabalho com entrevistas narrativas está assentado na ideia de “saberes localizados”, referindo-se aos ensinamentos de Haraway (1995), trazidos no desenvolvimento desta dissertação e, portanto, correspondente aos nossos argumentos.

Marcel Balash e Marisela Montenegro (2003) indicam que a consequência da afirmação supracitada é que

o conhecimento será produzido mediante a conexão parcial, localizada e encarnada com outras posições. O reconhecimento da parcialidade e limitação do próprio olhar levam a necessidade da conexão/articulação com outras posições mediante a possibilidade dos conhecimentos possíveis (p. 45).

Tiago Corrêa e Benedito Medrado (2016) também reiteram que o exercício com narrativas é coerente com essa perspectiva, acrescentando que possibilitam “as diversas intersecções do autor e suas implicações na formulação de sua pesquisa, não para isentá-lo do seu aspecto pessoal, mas justamente para implicá-lo em sua parcialidade ao longo desses processos” (p. 154).

No âmbito das produções do GEMA/UFPE, Tiago Corrêa (2020) e Daniel Coelho (2021) também escolheram a Produção de Narrativas (PN) como estratégia metodológica. Essa preferência foi fundamentada na convergência entre a forma de construção das informações e resultados com a perspectiva teórico-metodológica adotada. Nas palavras de Daniel Coelho,

Em consonância com a postura epistemológica embasada no feminismo em articulação com o construcionismo social, escolhemos pesquisar a partir de narrativas, tal como proposto por Marcel Balasch e Marisela Montenegro (2003). Essa proposta, de acordo com Tiago Corrêa (2020), se baseia no construcionismo social e tem sido desenvolvida, desde o final da década de 1990, no Grupo de Investigación FIC (Fractalidades en Investigación Crítica) – grupo com o qual o GEMA/UFPE mantém articulação –, do departamento de psicologia social da Universidade Autônoma de Barcelona (COELHO, 2021, p. 41).

Esta proposta evidencia, de acordo com Edclécia Moraes e Renata Aléssio (2021), “a construção de histórias sobre o cotidiano, a experiência, os contextos de vida e existência, tendo os(as) participantes da pesquisa como parceiros(as) de fato e de direito” (p. 8). Nesse sentido, Balash e Montenegro (2003) consideram que os textos são produtos de um fluxo de atividades motivado pela relação entre pesquisador e participante.

Assim, as entrevistas narrativas possuem um forte caráter colaborativo. Isso porque, a história (nesta dissertação, concretizada na forma de texto escrito), emerge a partir da interação, da troca, do diálogo (CRESWELL, 2014, p. 194). Especificamente, no nosso caso, dos diálogos com profissionais de psicologia, que serão adiante detalhados, buscando entender os sentidos, experiências e conexões compartilhadas; ou seja, não corresponde a ideia de representar algo que está interno ao sujeito e que diga respeito as suas experiências individuais.

De forma prática, elabora-se um texto híbrido, na perspectiva da coconstrução entre as pessoas que dialogam. Assim, existe uma articulação, negociação e/ou integração entre posicionamentos para essa construção. Com o objetivo de corporificar esse texto, Corrêa (2020) expõe três etapas necessárias. Por outro lado, Coelho (2021) divide esse procedimento em cinco momentos. No entanto, em uma leitura aprofundada, é possível observar que essas etapas seguem o mesmo percurso, mas foram divididas didaticamente de maneiras diferentes.

Inspirado nos procedimentos detalhados e já realizados pelos colegas do GEMA, organizei o percurso da minha pesquisa, de forma resumida, da seguinte maneira:

- (1) mapeamento dos grupos que divulgavam algum tipo de atenção psicológica online para pessoas LGBT;
- (2) contato com os profissionais responsáveis pelos grupos;
- (3) apresentação da proposta de pesquisa e, em caso de interesse, agendamento de uma conversa;
- (4) realização da entrevista;
- (5) escuta exaustiva do áudio e transcrição sequencial;
- (6) construção da primeira versão do texto narrativo;
- (7) devolução do texto para análise do/a interlocutor/a;
- (8) recebimento do texto com as observações, inclusão/exclusão de excertos, comentários, sugestões;
- (9) diálogos a respeito do texto coproduzido.

É importante explicitar que, na etapa 1, seis grupos foram encontrados e, dentre esses, obtive retorno e interesse de cinco deles, com os quais pude dialogar com oito profissionais de psicologia. A ferramenta de busca/localização foi, majoritariamente, o (algoritmo do) Instagram. Houve a utilização, nas oito entrevistas, da estratégia técnica “snowball” (“bola de neve”), mas nenhum/a dos/as profissionais conheciam outro grupo diferente do que atuavam.

O contato foi realizado diretamente com os/as psicólogos/as, quando possível. A maioria pela própria ferramenta de *Direct Message* (DM), as outras por e-mail ou WhatsApp. Os

detalhes de “recrutamento” dos/as participantes estão descritos nas partes introdutórias dos textos narrativos.

Após demonstrar interesse em participar da pesquisa, agendávamos um dia para a entrevista e, também, eu enviava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde constam várias informações, como objetivos, pergunta norteadora da entrevista e dinâmica da conversa, para que os/as participantes pudessem ter explicações mais detalhadas do que as explicitadas no momento do primeiro contato.

Necessário mencionar, também, que todas as entrevistas foram realizadas utilizando o “Google Meet”, tanto em razão do distanciamento físico necessário por conta da pandemia, quanto da própria proporção que a pesquisa tomou, tendo interlocutores/as de seis estados diferentes, alcançando quatro das cinco regiões do Brasil (ficando de fora o Centro-Oeste). As entrevistas tiveram duração média aproximada de 1h30min.

Compactuando com os preceitos teóricos da Produção de Narrativas, não realizamos transcrição literal dos áudios gravados. Em contrapartida, utilizamos a estratégia da transcrição sequencial, que consiste basicamente na sumarização das temáticas que foram emergindo a partir da pergunta condutora, possibilitando uma visualização ampliada da dinâmica e do conteúdo (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014).

Com isso e a partir da escuta exaustiva dos áudios, foi possível observar as dinâmicas que perpassaram as conversas e as diferentes abordagens das temáticas, possibilitando organizá-las e construir a primeira versão escrita do texto. Lembro, ainda, que ao final das entrevistas sempre expliquei aos/as psicólogos/as acerca dessa dinâmica de devolução da primeira versão do texto para que alterações livres pudessem ser realizadas e, também, como funcionaria a dinâmica da coconstrução, questionando se tinham interesse em continuar participando desse movimento.

Com as respostas positivas, os textos foram enviados para cada interlocutor/a, que ficaram livres e realizaram observações, comentários sobre o texto no geral, inserção de novos trechos etc. Balasch e Montenegro (2003) lembram essa continuação do processo é necessária para que possam corrigir, ampliar a visão do fenômeno, introduzir novas questões, em resumo, que os/as participantes ficam livres para falar e comentar os aspectos diversos do fenômeno estudado nesse momento de retorno e, com isso, utilizam o termo “reconstrução” das narrativas. Das oito produções, não obtive retorno de apenas uma das narrativas, em decorrência de problemas pessoais do/a interlocutor/a.

Por fim, após a alteração e com os textos finalizados, continuei o diálogo com os/as profissionais que se mostraram disponíveis e interessados no âmbito da pesquisa (e além dela),

mantendo contato até hoje com alguns. Não raro, recebo notícias sobre o andamento/finalização/mudança para modalidade presencial de alguns grupos, bem como músicas, poemas e publicações que atravessam, de alguma forma, outras esferas que foram compartilhadas durante essas andanças.

Detalhando a realização da entrevista, inicialmente eu pedia que os/as interlocutores/as se apresentassem da maneira que achassem pertinente, considerando o escopo da pesquisa, uma vez que já o conheciam. Sem roteiro prévio, utilizamos o seguinte questionamento condutor: “Como se deu o processo de criação do grupo e como ele funciona/ou?”. Algumas temáticas e questionamentos, além da referida pergunta, inevitavelmente, se repetiram, como a inserção (quase imposição e restrição) das TICs na prática *psi*, as motivações para o surgimento dos grupos, desafios enfrentados, mas também as potencialidades e até quem eles/as conseguiam chegar, por exemplo.

A nossa pretensão foi de nos aproximar mais de uma dinâmica de conversa do que uma entrevista formal, que nos permitisse explorar aspectos diversos. Optamos por essa estratégia metodológica pois ela considera as narrativas como produções imersas em um contexto sociocultural, ou seja, “se reproduzem, questionam, alimentam, transformam, ironizam o contexto sociocultural em que ocorrem” (PUJOL; MONTENEGRO, 2013, p. 16).

Ratificando o supracitado, partimos de uma perspectiva dialógica, no sentido literal da palavra, pensando realmente um diálogo propriamente dito, tentando não dar a ideia de que era uma pesquisa onde eu fazia perguntas e eles/as responderiam. Mas que pudéssemos conversar sobre o assunto, de forma implicada.

Em resumo, então, o *corpus* da nossa pesquisa empírica é composto por oito narrativas coproduzidas com profissionais de psicologia que facilitaram grupos de atenção psicológica para pessoas LGBT de maneira online durante a pandemia do coronavírus, a partir de diálogos. Dentre os cinco grupos mapeados e que participaram da pesquisa, como mencionado anteriormente, integrei ativamente um deles e, em outra oportunidade, participei de em um dos encontros de outro grupo. Sobre esse envolvimento Muylaert, Sarubbi Jr, Gallo, Rolim Neto e Reis (2014) apontam que

A construção da intimidade entre o entrevistador e entrevistado permite ao pesquisador desprender-se do papel de controlar o discurso do participante, se está adequado ou não ao material que o pesquisador almeja obter. Ao propor que o entrevistado discorra livremente a partir de uma questão aberta, a investigação possibilita o não condicionamento das respostas, o que propicia para o sujeito da pesquisa a construção gradativa de uma história com tendências próprias, em que os conteúdos implícitos e os não ditos, possam emergir com maior naturalidade e comprometimento com a realidade cotidiana (p. 197).

Formalmente, com relação aos cuidados éticos, o presente projeto segue as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde) e a Resolução nº 510/2016 (que orienta sobre especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas), também do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, foi cadastrado na Plataforma Brasil (CAAE: 46606621.7.0000.5208) e passou, antes de qualquer produção de dados empíricos, pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – da Universidade Federal de Pernambuco.

## 5 “TÚLIO CONVIDOU VOCÊ PARA PARTICIPAR DE UMA VIDEOCHAMADA”: A COCONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

Nesse percurso, como artesãs dedicadas, registramos o que fazemos. Nem sempre contamos sobre nosso trabalho como gostaríamos de fazê-lo. As narrativas acadêmicas costumam ser moduladas em conformidade com o que o mercado editorial prescreve. Preferencialmente, se deve higienizar o texto, adequando-o aos padrões da mercantilização da produção acadêmica, que já se fazem sentir nos periódicos brasileiros há algum tempo (KIND; CORDEIRO, 2016, p. 185)

Ao ler, pela primeira vez, a tese de Tiago Corrêa (2020), confesso que estranhei bastante a forma como a pesquisa foi sendo construída e como os resultados eram apresentados. Intitulada “Escuta psicológica a meninas e mulheres em situação de violência sexual: narrativas entre inteligibilidades, éticas e jogos de poder”, Tiago trouxe as narrativas coproduzidas no corpo do texto, na íntegra, como resultados. Desconfiei. Foi meu primeiro contato com esse tipo de pesquisa. Ao final da leitura, questionei-me: pensando bem, não seriam esses textos coproduzidos o próprio resultado do percurso narrativo?

Na verdade, Corrêa (2020) afirma que “essa opção, justificada pela metodologia utilizada, parte do pressuposto de que cada narrativa revisitada já é, por si só, um exercício crítico de análise” (p. 21). Minha adequação ao modelo do mercado editorial e da mercantilização da produção acadêmica, citados por Luciana Kind e Rosineide Cordeiro (2016) no excerto em destaque acima, me fez pensar sobre esse modo do fazer científico. As aulas do mestrado estavam suspensas, sem reuniões do grupo de pesquisa. Guardei essas inquietações.

Em seguida, como parte do processo de revisão bibliográfica que aqui apresentei, tive contato com a tese de Bruno Carvalho (2020), que me embrulhou o estômago. Fiz a leitura durante o período inicial da pandemia, ainda com as maiores incertezas possíveis. Cada capítulo finalizado (ou ainda que não) exigia que eu parasse para respirar, olhar pela janela e tentar me encontrar novamente naquele quarto. Como uma produção científica poderia me tocar tanto? Refleti: é preciso que as narrativas acadêmicas sejam tão engessadas quanto disseminam por aí? Não fazia sentido! Eu tinha lido inúmeras produções e nenhuma me fez refletir tanto.

Mais uma produção me tira do eixo, a dissertação de Daniel Coelho (2021), intitulada “Nada sobre a gente sem a gente’: narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências na formação em Psicologia”. Daniel se coloca no texto, escrevendo sobre si mesmo, sobre suas vivências e, a partir disso, constrói seu texto, sua narrativa acadêmica. Ele, como Tiago, também apresenta as narrativas coproduzidas na íntegra. E talvez esse seja o ponto que mais tivesse me perturbado: ler histórias. Refletir sobre elas e os gritos e ecos que elas produzem.

Para completar esse ciclo de quebras e novas formações, vem a disciplina de Colóquios II, com a temática “Políticas de Narrativas nas Pesquisas em Psicologia”. Cada aula, seja com Jaileila Araújo, Wanderson Vilton, Luciana Quixadá, Érika Oliveira, Virgínia Kastrup, Jáder Leite ou Marília Silveira, me mostrava que existiam inúmeras outras formas de produzir conhecimento científico. Com afeto, poesia, arte.

Durante o processo de escrita dessa dissertação, contínuo e cíclico, não consegui/deixei ser “contaminado” por essas outras possibilidades. Sei que elas também me habitam, mas, como ouvi na qualificação, talvez eu tenha uma escrita muito tradicional e engessada, por ora.

Nesse capítulo então, subverto – de forma ainda incipiente – a minha forma de trabalhar, como fui treinado desde o ensino médio, e tento colocar em prática um pouco do que aprendi com as experiências supracitadas.

Antes das coproduções, gostaria de apresentar os/as interlocutores/as. No quadro abaixo, consta os nomes e perfis informados no momento de realização das entrevistas.

**Quadro 10** – Interlocutores/as

GRUPO	INTERLOCUTOR/A	UF
LGBTEncontros+	Manô	RS
Grupo de Apoio LGBTQIA+	João	PA
Vozes e Cores	Mário	RJ
Grupo de Apoio LGBTI+	Tiago	PE
	Carol	PE
Vibe Colorida	Val	RJ
	Jul	SP
	Hiago	ES

Fonte: o autor (2022)

Como pode-se observar no quadro acima, são oito interlocutores/as (e, portanto, oito narrativas) de profissionais que participaram de cinco grupos diferentes. Nesse sentido, Moraes e Aléssio (2021) afirmam que “o uso da narrativa enquanto ferramenta de pesquisa permite identificar a autoria, interpretar COM os(as) participantes [...], de modo que as várias dimensões do vivido sejam ativadas na produção desses saberes” (p. 8).

Para organizar a forma de apresentação das narrativas, consideramos as colocações de Muylaert, Sarubbi Jr, Gallo, Rolim Neto e Reis (2014), quando afirmam que o/a pesquisador/a deve “estar atento a contextualizar pessoalmente, culturalmente e historicamente o sujeito de pesquisa, bem como reestoriar os relatos e outras informações obtidas de forma que se construa algum tipo de estrutura para posteriormente inserir a história em uma sequência cronológica” (p. 197). Nesse sentido, também, Moraes e Aléssio (2021) preceituam que

Reconhecer quem são nossos(as) interlocutores(as), de onde eles(as) partem, quais enredos atravessam seus caminhos, quais parcerias foram necessárias para acessá-los(as) e quais contextos situacionais presentes no momento específico das trocas de saberes, por exemplo, são passos importantes nesta produção de conhecimentos localizados. As narrativas nos revelam ganhos e perdas, progressos e rupturas, resistências. (p. 9)

Dessa forma, as narrativas coproduzidas serão apresentadas na íntegra, pois entendemos que o processo da construção dos resultados (e da própria análise) tem início desde quando formulamos a nossa pergunta condutora, entramos em contato com os/as interlocutores/as e iniciamos o processo de escrita do texto, por exemplo.

Elas foram organizadas de forma a contemplar o que foi supra indicado, ou seja, tentamos seguir uma lógica na apresentação dos textos para facilitar a compreensão dos múltiplos aspectos que atravessaram esse movimento de idas e vindas.

### 5.1 Manô – LGBTEncontros+

*O espaço do LGBTEncontros+ foi construído com muita dedicação e carinho. Pensávamos fazer a oferta de um local seguro de troca, encontro e afetuosidade e fomos experienciando e vendo surgir uma rede potente, que não apenas facilitávamos, Gabriela e eu, mas também nos incluíamos enquanto pessoas que fazem parte da comunidade e possuem vivências diversas sobre o ser LGBTI+. A cada encontro nos nutríamos e acolhíamos. Pessoalmente foi muito gratificante que tantas pessoas tenham acreditado e confiado no trabalho que propomos.*

Manô Medeiros, coordenadora do Núcleo de Saúde da ONG Somos  
Trecho extraído de publicação feita no Instagram @ongsomos

Eu e Manô nos conhecemos através de contato com a ONG Somos<sup>14</sup>. Como eu vinha pesquisando sobre grupos há muito tempo, provavelmente o algoritmo do Instagram me levou até o referido perfil, que estava divulgando o LGBTEncontros+, grupo que parecia se encaixar no que estávamos buscando para essa pesquisa.

Entrando em contato, utilizando a ferramenta de Direct Message do Instagram e explicando todas as questões da proposta da pesquisa, fui orientado a conversar com a Manô, coordenadora do Núcleo de Saúde da ONG Somos e psicóloga responsável por facilitar o LGBTEncontros+, junto com Gabriela, assistente social.

---

<sup>14</sup> Organização Não Governamental com base em Porto Alegre (RS), que realiza ações em Direitos Humanos com ênfase em direitos sexuais e reprodutivos de LGBTs.

Marcamos nossa conversa para o dia 27.10.2021, uma quarta-feira, às 17 horas, pelo Google Meet. Manô estava em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em um quarto com paredes brancas. Ao fundo, uma estante com livros e plantas, um cartaz colado atrás da parede com a frase “Aqui é lugar de Sapatão” e, à esquerda, mais uma estante com alguns livros. Ela estava com o cabelo curto, óculos, fones de ouvido preto. Além disso, com um piercing no nariz e uma tatuagem no pescoço. Vestia uma blusa preta com detalhes amarelados.

Manô se apresenta como sapatona, psicóloga, branca, ativista da ONG Somos, uma Organização Não Governamental que tem sede em Porto Alegre/RS. Atua, também, no Sistema Único de Saúde (SUS), no Serviço de Atendimento Especializado em HIV/AIDS. Valoriza um olhar mais ampliado das pessoas, das relações e da coletividade como um todo e, por isso, está se especializando em terapia sistêmica.

A graduação de Manô foi finalizada em março de 2020, quando a pandemia de COVID-19 já estava drasticamente se agravando no Brasil. Fez um atendimento presencial durante a especialização, mas sua atuação profissional tem se concentrado na modalidade online. Atende pessoas brasileiras, residentes no país e, também, está com pacientes no exterior e, com isso, afirma que “esse movimento online tem sido interessante”.

Com relação a facilitação de grupos, durante sua formação, Manô realizou dois estágios diferentes com grupos de adolescentes. No primeiro estágio, menciona que o grupo tinha uma proposta mais psicoterapêutica, sendo o segundo realizado em uma escola com o objetivo de trabalhar a prevenção de HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST).

A partir do trabalho no Núcleo de Saúde, a equipe da ONG começou a perceber a necessidade de criar alguma estratégia capaz de minimizar os impactos causados pela pandemia. Essa percepção se deu através das próprias vivências pessoais dos/as/es integrantes, que observaram o enfraquecimento das redes de afeto e de apoio, causado, dentre outros fatores, pelo distanciamento físico. Dessa maneira, maturaram a ideia de que a criação de um grupo online poderia ajudar nessa situação.

Nesse sentido, então, criaram o LGBTEncuentros+, com a seguinte chamada divulgada nas redes sociais: “grupo de convivência online para pessoas LGBTI+: venha trocar vivências, compartilhar saberes e construir redes e espaços de cuidado”. Um grupo aberto, gratuito, com encontros quinzenais nas quintas-feiras, das 19h30min às 21h (1h30min de duração). Manô conta que, apesar da alta rotatividade de participantes, o grupo funciona, em média, com cinco pessoas, além dela e da Gabriela, que facilitam conjuntamente.

A organização dos encontros, geralmente, ocorre com uma fala inicial sobre as combinações do grupo, justamente por conta da rotatividade de participantes e, assim, em todos

os encontros têm pelo menos uma pessoa nova. Esses acordos versam sobre o sigilo, a proposta de uma escuta e troca afetiva, bem como de um espaço de não julgamento do que as pessoas vão compartilhar. Após isso, falam sobre como estão chegando no grupo, como estão se sentindo e como foram os dias que passaram. Esse momento inicial serve para sentir a dinâmica dos/as/es participantes no dia do encontro. Depois, o espaço é livre e aberto para a proposição de temáticas.

Antes do encontro e pensando na última etapa supracitada, Manô e Gabriela conversam sobre como esse momento pode acontecer; ou seja, o que emergiu no encontro anterior e possíveis temáticas que podem surgir, a partir de questionamentos anteriores sobre interesses das pessoas que participam do grupo. No entanto, como a proposta é de ser um momento de autonomia grupal, qualquer dos presentes pode levantar uma temática ou inquietação. A ideia levantada pode ser acolhida ou não pelo grupo, servindo, na maioria das vezes, como um disparador para a conversa fluir.

Não existe um espaço de inscrição, a fala é livre e aberta e, assim, quem quiser falar, abre o microfone e traz as colocações. Perto do término do tempo pré-determinado, as pessoas são alertadas sobre o horário e o encontro vai sendo direcionado para uma finalização, tendo como discussão possíveis elaborações para serem abordadas nos encontros subsequentes.

Por acontecer no Google Meet, quando as câmeras estão fechadas, as facilitadoras solicitam que sejam abertas, nem que seja por um momento, para que se enxergue o rosto das pessoas e saibam quem está presente. Manô conta, ainda, que esse não tem sido um problema frequente.

Aprofundando no que é debatido durante os encontros, Manô relata que, apesar das temáticas não serem sempre explícitas sobre dissidências de gênero e/ou sexualidade, tudo que acaba sendo discutido é a partir da perspectiva do ser LGBT no contexto trazido. Ela observou, também, que o grupo vem construindo um espaço para falar das dores, dos anseios e das frustrações dos/as/es participantes em diversos campos, como a família, o ambiente laboral, a constituição (e, às vezes, reconstrução) como indivíduo, sendo LGBT. Diz, ainda, que muitas discussões trouxeram o contexto da pandemia, mas nem todas. Algumas delas, como mencionado, não tocam diretamente no cenário da COVID 19.

A já citada alta rotatividade entre os/as/es participantes trouxe reflexões sobre o porquê de algumas pessoas ficarem e outras participarem esporadicamente ou apenas uma vez dos encontros. Uma hipótese levantada como consequência desse movimento foi a não existência de um grupo fixo e, por isso, a não criação de uma identidade grupal. Nesse sentido, dificultando o planejamento de pensar assuntos que possam seguir um padrão de continuidade, já que os

encontros são frequentados por um público dinâmico. Além disso, o fator da disponibilidade de exposição às telas também foi considerado, pois depende do quanto as pessoas estão aderindo ao online e o quanto de atividades conseguem desempenhar cotidianamente neste cenário.

A proposta, portanto, nas palavras de Manô, é de que “seja um grupo de convivência, onde as pessoas possam se ver, se encontrar e trocar o que emergir de forma fluída”, pois essas foram as necessidades que identificaram no processo de idealização do grupo. O termo “convivência” foi escolhido por duas razões: (1) mesmo entendendo que o processo de fala acaba sendo terapêutico, era necessário deixar explícito que não se trata de um grupo psicoterapêutico e (2) a proposta do grupo é, realmente, possibilitar o encontro e a convivência, de maneira online. Isso porque, foi idealizado no final de 2020 e colocado em prática no início de 2021, quando a situação estava muito mais complexa do que atualmente, considerando o avanço da vacinação e a melhoria das condições sanitárias.

Ela percebe que essa ideia grupal traz potencialidades no que diz respeito, por exemplo, ao compartilhamento de estratégias para lidar com determinadas situações que são mais comuns e específicas de vivências da população LGBT, a partir de trocas e construção de repertórios. A convivência no grupo está possibilitando, também, a criação e manutenção de um vínculo de pertencimento, facilitando o desenvolvimento do sentimento de comunidade, ou seja, não mais se sentir sozinho/a/e, assim, sendo produtor de saúde.

Como exemplo prático do que foi supramencionado, Manô relata que, por ser um grupo livre e aberto, em algumas ocasiões houve uma disparidade significativa na faixa etária das pessoas que estavam participando. Com isso, o espaço se tornou um ambiente de trocas para pessoas que estavam recém saindo do armário e lidando com todas as implicações que esse processo pode causar e, de outro lado, sujeitos que estavam vivendo outras questões, como os aspectos de ser LGBT e idoso. No entanto, trocas de experiências aconteciam a partir do “eu vivi isso aí, tantos anos atrás e lidei dessa forma”, mas, também, da identificação de situações similares, que independem da questão geracional, ou seja, “o quanto muita coisa mudou, mas também muita coisa que não mudou, né?”.

Lembra, também, das trocas entre pessoas que estavam no interior e outras na capital, de indivíduos que passaram por esse processo de mudança entre o contexto interiorano e da região metropolitana. Manô conta que todos esses movimentos que o grupo vai criando possibilitam uma autonomia e, assim, ele vai se direcionando independentemente, “o caldo vai engrossando” e a dinâmica grupal flui.

No que diz respeito à facilitação em dupla, Manô menciona que, a princípio, não existe uma diferenciação de papéis. As negociações giram em torno da organização da dinâmica,

como quem vai começar falando. Identifica que, mesmo estando no lugar profissional de organização do grupo, elas também se colocam como participantes, considerando que estão nos encontros como pessoa LGBT e, com isso, suas vivências também são atravessadas pelo que é trazido no grupo, configurando uma espécie de “duplo papel”.

Na perspectiva de análise de práticas psicológicas, considerando a estrita função do/a profissional de psicologia, afirma que seria muito mais um lugar de quem fica por trás para dar um suporte ou direcionamento no grupo, caso necessário, se algum evento for identificado. Independente da proposta do grupo, se psicoterapêutica ou não, é necessário que o/a profissional esteja preparado/a/e para uma intervenção que, inclusive, pode ser necessária sua realização de maneira individual. Todavia, percebe que o protagonismo do direcionamento do processo é muito mais das pessoas que fazem parte do grupo e, nesse caso, podendo incluir o/a profissional de psicologia como integrante do grupo, no seu duplo papel, como mencionado anteriormente.

No processo psicoterapêutico individual, mesmo Manô considerando a visão dela, como psicóloga, de trazer propostas de construções coletivas, de diminuir as disparidades e posições de poder, problematizando em conjunto e colocando essa/e paciente da maneira mais ativa possível no processo, reconhece que a psicoterapia individual acaba demandando uma ação maior por parte do/a profissional de psicologia.

Manô recorda que os encontros já contaram com a participação de uma pessoa brasileira que estava no exterior e, ainda, de pessoas de outros estados. No entanto, a maior concentração é de participantes de Porto Alegre e região metropolitana. Ocasionalmente, pessoas de cidades interioranas também participam. Cogita que isso pode acontecer pelo alcance da divulgação do grupo através do Instagram da ONG, já que o trabalho é mais voltado para o referido estado.

Ainda assim, divulgações foram feitas em espaços de comunicação de regiões mais periféricas em Porto Alegre buscando chegar em diferentes públicos, para além dos que já acessam a instituição. O acesso à internet e a necessidade de um aparelho que tenha minimamente qualidade para baixar e executar a plataforma dos encontros foram citados como possíveis impasses para que o grupo alcance uma maior abrangência.

Nesse contexto, Manô envereda pelo caminho de pensar as questões raciais, apontando que a maioria das pessoas que tiveram acesso aos encontros foram pessoas brancas. Lembra, também, que praticamente não atingiram a população trans e, por isso, cita que existe “um recorte dentro do recorte do grupo” e, ainda, que “acabamos criando bolhas dentro da nossa bolha”. Avaliando a questão de gênero, alerta que se for considerar a partir da perspectiva binária de feminino e masculino, é possível inferir que houve um equilíbrio.

Por fim, Manô conta um pouco das falas que ouviu durante os encontros, do que as pessoas relatavam de maneira recorrente. Em geral, da importância e relevância de possibilitar a existência daquele espaço, com declarações como a seguinte: “Eu tenho uma rede legal, assim, de amigades LGBTs, que eu poderia estar trocando sobre certas questões, mas me chamou muita atenção conhecer pessoas para fora da minha bolha, né? E de trocar com pessoas LGBTs que possivelmente, no meu dia a dia, eu não iria conhecer.”.

Por outro lado, relata quão impactante foi ouvir que algumas pessoas não tem uma rede de amigades LGBT e que buscaram o grupo para conhecer e trocar com pares. Essa era uma realidade distante da vivida por Manô em sua vida íntima: a segregação e isolamento de algumas pessoas, dependendo das condições que vivem. Diante disso, reconhece novamente a importância de possibilitar esses espaços online para que essas pessoas se encontrem, se vejam, troquem e, mais que isso, que possam compartilhar as suas dores em um espaço seguro.

Pensando em aspectos psicológicos, ela pondera que essas situações ruins, que machucam e ferem, quando são ignoradas, geram uma sobrecarga significativa que, aparentemente, não percebemos. Seguimos afirmando que “ah, faz parte”, “mata no peito e vamos” e, muitas vezes, agimos assim por não ter possibilidade de falar sobre essas dores. Avalia que o grupo é um espaço que potencializa os benefícios no compartilhamento dessas experiências, tanto de dores, quanto de alegrias, felicidade.

Sobre as perspectivas futuras, comenta que os últimos encontros do atual ciclo acontecerão em novembro e, depois disso, no início de 2022, a equipe irá avaliar e repensar a manutenção do grupo, considerando as motivações iniciais e o desenvolvimento do grupo online e, ainda, se seria possível uma proposta presencial, por exemplo, observando as questões de segurança sanitária.

**Figuras 1 e 2** – Posts de divulgação do LGBTEncontros+



Fonte: @ongsomos

## 5.2 João – Grupo de Apoio LGBTQIA+

*Pensando em toda a situação que estamos vivendo em meio a pandemia, estou criando este grupo de apoio voltado para a população LGBTQIA+. Muites estão sobrevivendo em meio à violência, em meio à falta de apoio e em extremo isolamento/distanciamento físico. O grupo de apoio vem com o intuito de gerar encontros para que você se sinta acolhido e encontre uma forma de lidar com a situação que estamos vivendo.*

Trecho de legenda de um *post* no Instagram @psijvictor, em 22/03/2021

*Estou iniciando esse projeto por perceber a necessidade de ter um espaço acolhedor para as pessoas LGBTQIA+, principalmente com tudo o que estamos vivendo em meio a pandemia.*

Excerto de legenda de um *post* no Instagram @psijvictor, em 05/04/2021

Cheguei até o Instagram de João por meio de um *post* sugerido pela citada rede social. A publicação fazia referência a um grupo de apoio para pessoas LGBTQIA+ que aconteceria de maneira online. Entendendo que poderia ser um grupo que se encaixava nos meus critérios de inclusão, entrei em contato pelo *Direct Message*. Falei diretamente com João, contei um pouco da ideia da minha pesquisa e do meu interesse em dialogar com ele sobre a iniciativa. Sem empecilhos, ele se disponibilizou totalmente para contribuir.

Marcamos um encontro virtual para o dia 15 de outubro de 2021, uma sexta-feira, às 20 horas. João tem cabelos pretos grandes, olhos escuros, estava usando uma camisa cinza, unhas pintadas de preto e, também, com um fone de ouvido da mesma cor. O cenário da nossa conversa está marcado por uma parede branca, lisa, atrás dele.

João é psicólogo, trans não binário, formado há 3 anos e é de Belém, no Pará. Com relação à sexualidade, antes se identificava como homem gay, todavia, os atravessamentos da identificação na não binariedade o fazem questionar essa posição, ainda sem respostas fechadas. As vivências dele que o incentivaram a começar a pesquisar, assim que terminou a faculdade, sobre temáticas que envolvem dissidências de gênero e/ou sexualidade.

Já realizava atendimentos online antes da pandemia e, por isso, conta que já tinha precisado se preparar para as consequentes demandas, ou seja, ajustar a internet, um local adequado, iluminação, fones de ouvido. Por isso, quando a pandemia começou a se intensificar e, com isso, o aumento exponencial dos atendimentos online, os profissionais de psicologia precisaram começar a se adaptar e ele, pela experiência anterior, já estava, minimamente, com os equipamentos necessários.

O interesse por grupos surgiu ainda durante a faculdade e, assim, menciona que concluiu um curso no último ano da sua formação. Pouco antes da pandemia, iniciou outro curso, também

de grupos, mas pensando as interfaces entre casal e família, terminando no final de 2020. Anteriormente, tinha a intenção de iniciar uma intervenção com pessoas trans de Belém do Pará, todavia, se deparou com várias dificuldades para organizar um grupo de maneira presencial (espaço, materiais, deslocamento das pessoas, dentre outros) e, com isso, o online passou a ser uma possibilidade.

Surgiram, no entanto, outros questionamentos. João relembra que sua formação universitária foi voltada para o manejo de grupos presenciais e, também, os outros cursos sobre dinâmicas grupais que ele realizou, mesmo que um deles tenha finalizado durante a pandemia e de maneira remota, tencionavam apenas intervenções presenciais. Diante disso, se viu perante um grande desafio: “como pensar na realização de um grupo de maneira online?”.

Tudo precisou migrar, repentinamente e sem maiores treinamentos, para o online: aulas, reuniões, trabalho, terapia, consultas médicas. Conta que o grupo de casal e família, como ninguém tinha uma prática online, se tornou, de certa forma, um grande laboratório, tanto para os professores, quanto para as pessoas que estavam participando, que precisaram passar por esses grandes desafios, pois não tinham outra escolha.

Além disso, afirma que já tinha um certo manejo de grupo, mas de natureza totalmente diferente ao que ele queria propor. A experiência tinha sido realizada a partir da mediação de um grupo em uma empresa, com objetivos relacionados ao treinamento de pessoal e, assim, que utilizavam cartazes, quebra-cabeça, divisões em equipes. Não tinha como levar isso para o online e, também, identifica que era uma proposta totalmente distinta entre essa vivência e a proposta de um grupo online para pensar outras questões, como o apoio.

Com a intensificação da pandemia, João passa por uma série de mudanças na vida. A maioria dos pacientes presenciais não aderiu ao online e, dessa maneira, uma intensa perda financeira. Prejuízos no processo de identificação como pessoa não-binária, pois precisou se mudar, temporariamente e, com isso, deixou de experienciar algumas coisas que julgava importante. E, ainda, o intenso sentimento de solidão durante o período de *lockdown*.

Este último, por sua vez, foi mais um motivo para pensar a criação de um grupo online para pessoas LGBT. Isso porque, imaginou que muitas outras pessoas LGBT também estavam sentindo o mesmo. Por outro lado, nesse processo de se entender não-binário, João queria conversar com outras pessoas, compartilhar vivências, inquietações e anseios, mas estava em isolamento.

Menciona que leu diversos relatos de várias pessoas que sofreram extremas violências em razão da pandemia, pois tiveram que voltar para a casa dos pais, onde sofriam LGBTfobia, que não tinham com quem conversar, que estavam isolados, que não tinham uma rede de apoio.

Enxergando a necessidade de compartilhar essas questões, fez mais algumas pesquisas e convidou uma outra pessoa para fazer uma *live* no Instagram, que também citou o quanto a pandemia estava potencializando essas violências.

Diante de todo o cenário supracitado e das diversas motivações, João decidiu que precisava criar um grupo online de apoio para a comunidade LGBTQIA+. Buscou alguém para dividir a coordenação do grupo com ele, mas não encontrou ninguém, rapidamente, que pudesse exercer essa função. Mesmo assim, sentindo-se um pouco inseguro com todas essas variáveis, resolveu que seguiria com a proposta e a colocaria em prática.

Com o investimento nas publicações e realizações de *lives* durante esse período, o Instagram de João aumentou de maneira significativa o seu alcance. Dessa maneira, a massiva divulgação do grupo aconteceu através desta rede social e, também, em grupos de WhatsApp. A proposta era de um grupo com periodicidade quinzenal, utilizando a plataforma Google Meet, com um número mínimo de 4 participantes e máximo de 12 pessoas. O encontro dura 1h30min, pois ele pontua que, muitas vezes, os assuntos são densos, pesados e precisam de mais investimentos. Para não ter um desgaste ainda maior, esse planejamento foi elaborado. Trata-se de um grupo colaborativo, com valores simbólicos para quem puder pagar.

Conta que, de início, o grupo passou por um processo difícil para que todo mundo se acostumassem a manter as câmeras ligadas, com participação ativa. Atribui essa questão ao fato de que todo mundo estava muito cansado do online, das telas. No entanto, aproximadamente quatro encontros depois ele foi surpreendido com o quanto as pessoas já estavam se entregando ao funcionamento do grupo e, com isso, “o grupo fluiu muito rápido”.

Essa maior integração aconteceu em um dos encontros do mês de junho, quando a temática “orgulho” foi trabalhada, pensando na perspectiva de o que cada um se orgulhava em si mesmo e, ainda, no grupo. A discussão foi impulsionada pelo “mês do orgulho LGBTQIA+”. João menciona que várias publicações e divulgações são realizadas no referido mês, no entanto, é necessário instigar que cada pessoa possa fazer essa autorreflexão. Nas palavras dele: “foi nesse encontro que aconteceu a ‘virada de chave’ para todo mundo se sustentar no grupo e, assim, realmente virar um grupo de apoio”.

Já que estava falando de temas, relata que, no geral, a abordagem aconteceu de duas maneiras. Nos cinco/seis primeiros encontros, ele levou temas pré-estabelecidos para discussão, pois o grupo ainda não demonstrava uma intensa autonomia. Com a queda na quantidade de participantes e o sentimento de pertencimento em um grupo de apoio, uma nova estratégia foi praticada, ou seja, as pessoas passaram a levar temas, coisas que aconteceram durante a semana, como estavam se sentindo, situações que passaram e, assim, o encontro avançava.

João, como coordenador, analisando a segunda forma de funcionamento, começou a sentir que, algumas vezes, o grupo deixava de fluir, pois algumas questões eram muito relevantes, mas outras eram superficiais. Nesse período, o grupo recebeu um estagiário voluntário, que tomou a função de coordenador. Assim, a dinâmica de funcionamento com a proposição de temas voltou a acontecer, sendo o manejo compartilhado entre a equipe de coordenação. Avalia que dividir com alguém essa posição é um movimento importante, pois podem debater entre si as percepções de funcionamento dos encontros.

Como o desenrolar dos encontros é, em certa medida, imprevisível, João expõe que algumas questões são trabalhadas de forma tangenciada e, percebendo a relevância e necessidade de aprofundar os debates, ele e o estagiário propõem, no encontro seguinte, a discussão do que foi percebido para, assim, trabalhar melhor a questão identificada. Um exemplo prático aconteceu com as discussões sobre “aceitação”, que foi citada em um encontro e, após perceberem a importância daquele debate para as pessoas do grupo, foi sugerida no encontro posterior.

Ainda nesse escopo, ele cita situações que são levadas pelas pessoas do grupo e que atingem todos/as/es. Nesse contexto, propõe que as questões sejam trabalhadas, pois não apenas é importante para os/as/es integrantes, mas também o inquietam de maneira direta e ele quer ouvir o que o grupo tem a dizer, a compartilhar e gerar esse apoio mútuo. Acontecimentos como as violências domésticas contra pessoas LGBTQIA+, assassinatos, suicídios e transtornos mentais mobilizaram intensamente o grupo. Quando se trata de vivências, aponta que não poderia ser diferente.

João menciona que ouviu relatos afirmando que o grupo era o apoio deles/as, pois sentiam que estavam em um espaço onde não seriam julgados, onde outras pessoas falavam sobre o mesmo assunto, compartilhando trocas e vivências e, ainda, que era o único momento da semana que eles/as podiam falar de maneira livre, sem maiores preocupações. Manifesta, portanto, que a potência do grupo consiste, dentre outras coisas, na criação de vínculos e do sentimento de que não estão sozinhos/as/es. Se surpreendeu, também, com algumas narrativas de trocas de mensagens no individual, ou seja, vínculos e relações que extrapolam aquele momento grupal e são importantes no movimento de cuidado coletivo.

No que diz respeito aos participantes, o grupo é mais frequentado por pessoas do Norte, talvez por conta da divulgação. Com a disseminação das postagens, lembra que alcançou, pelo menos, duas pessoas do Nordeste e duas pessoas do Sudeste. Não teve a participação da região Sul e Centro-Oeste. Um fato que despertou admiração foi o alcance a pessoas do interior e a importância desse cuidado em contextos interioranos.

No primeiro encontro, participaram aproximadamente quatro bissexuais, um homem trans, três homossexuais e uma lésbica. O homem trans, no entanto, participou apenas desse encontro. Refletindo, João lembra que o seu Instagram alcança muitas pessoas trans e travestis e, no entanto, a procura foi baixa para participar. Atribui hipóteses como questões ligadas aos meios necessários para participação (internet, dispositivo), mas acredita que o grande fator está relacionado a (não) identificação. Isso porque, reconhece que trabalhar com um grupo LGBTQIA+ não significa que todas as letras serão alcançadas, pois cada uma tem suas idiossincrasias.

Notou, também, uma diferença geracional, tendo pessoas entre 20 e 36 anos, idades diferentes falando sobre um mesmo assunto, como cada um/a enfrenta/ou situações análogas. Essa convergência fortalecia o vínculo e a potência grupal, pois as pessoas percebiam formas diferentes de lidar com as situações, por exemplo.

A maioria das pessoas se autodeclararam brancas, duas pessoas negras participaram, mas apenas uma continua até hoje. Esse atravessamento também foi trazido, pois apesar de participar de um grupo LGBTQIA+, ela mencionou sentir falta de debates sobre a negritude, conta João. Inclusive, uma das falas dela foi sobre a vontade de participar de um grupo similar, mas que debatesse essa outra questão e, ainda, que se sentia mais amparada quando a outra pessoa negra estava no grupo, pois sabia que ela entendia, com maior propriedade, o que estava sendo problematizado.

Apesar da proposta ser de um grupo colaborativo, João trás que, na realidade, o marcador de classe pode ser pensado na concretude de que apenas duas pessoas podem contribuir financeiramente e, portanto, acaba sendo gratuito para a maioria das pessoas.

Ele relata situações de pessoas que, às vezes, não conseguem participar de algum encontro porque não se sentem à vontade no ambiente que estão. Para ilustrar o que foi citado, menciona o caso de um dos integrantes que precisa ficar na sala de casa e, nesses dias, o combinado com o grupo é que a pessoa poderá ficar com a câmera desligada e não participar verbalmente. Em outras oportunidades, já conseguiu ir para a área de lavar roupas, que é bem afastada e, portanto, participou ativamente, falando. Essa é uma realidade, pessoas que conseguem encontrar um local dentro de casa minimamente seguro para participar, seja apenas ouvindo, seja falando quando conseguem.

A presença de pessoas no ambiente familiar, local que a maioria dos indivíduos precisaram ficar em isolamento, construiu uma grande barreira em várias situações. João diz que esse não foi um fator apenas do grupo, mas que também aconteceu muito na clínica individual. Para tentar contornar essas circunstâncias, já chegou a oferecer horários noturnos

(na madrugada), quando supostamente seria mais fácil estar sozinho ou encontrar um ambiente seguro dentro de casa, para possibilitar a continuação do processo psicoterapêutico. Expõe que esse é um dos grandes desafios do online: não ter um ambiente que possibilite privacidade e/ou não se sentir seguro para falar sobre essas temáticas onde estão, uma vez que a família pode não saber da sexualidade; ou saber, mas não aceitar.

Ele enfatiza que se apaixonou por essa atividade, a partir da experiência de coordenar o grupo. Observa a relevância desse trabalho, ponderando que, mesmo tendo valor social na sua clínica, com o grupo na modalidade online consegue alcançar muito mais pessoas que não podem pagar por uma sessão individual (mesmo sendo o valor social). Isso o mobiliza fortemente para manter o grupo. Percebe, ainda, que essa também é uma forma de conseguir dar mais espaço para uma clínica mais no sentido social, nos moldes do online pois, por exemplo, em 1h30min consegue atingir aproximadamente oito pessoas.

Com todo o aporte desenvolvido, João afirma que aumentou ainda mais a necessidade que sente em organizar um grupo específico para pessoas trans e não-binárias, justamente por conta da citada questão da (não) identificação e da produção de violências na própria comunidade LGBTQIA+. Esse desejo surge não apenas das observações que ele faz em grupos do WhatsApp que participa, mas também das suas próprias questões pessoais, como mencionado.

**Figura 3** – Post de divulgação do Grupo de Apoio LGBTQIA+



Fonte: @psijvictor

### 5.3 Mário – Vozes e Cores

*O Projeto Vozes e Cores visa oferecer atenção à saúde mental de pessoas LGBTQIA+ através de grupos terapêuticos*

Descrição do @vozesecores no Instagram

Durante passeios pelas redes sociais fui redirecionado, no Instagram, para uma publicação de um projeto chamado “Vozes e Cores”. Entendendo que seria interessante o diálogo, entrei em contato utilizando a ferramenta *Direct Message* na tentativa de falar com Mário, psicólogo responsável, conforme foi possível extrair dos *posts* divulgados.

Após uma breve explicação do que se tratava a pesquisa e do envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com mais detalhes, marcamos uma conversa para às 16 horas do dia 22 de outubro de 2021, uma sexta-feira, através do Google Meet.

Mário estava em uma pequena cidade no interior do Rio de Janeiro. De maneira sucinta, em um ambiente que tinha uma janela de vidro no fundo, onde era possível visualizar o que aparentava ser um jardim. Ele estava usando óculos, com um fone de ouvido preto, tem barba e estava de camisa branca. Em um dado momento da nossa conversa, por interferência do sol, Mário trocou de ambiente, passando o fundo do cenário a ser composto pelo que parecia ser alguns móveis de madeira.

Mário é um homem cis, gay, não branco, com 39 anos de idade. Apesar de estar no Rio de Janeiro, ele é de São Paulo. Psicólogo formado pela USP (Universidade de São Paulo), tendo finalizado o curso em 2008. Enveredou pela carreira acadêmica, cursando mestrado e doutorado em Saúde Coletiva, pensando diálogos com as Ciências Sociais e pesquisando sobre o movimento trans no Brasil.

Após o doutorado, a relação com a clínica foi sendo cada vez mais estreitada. Isso porque, atendia em um projeto que seguia o esquema de plantão psicológico. Com a sua finalização, algumas pessoas que tiveram contato com o trabalho de Mário demonstraram interesse no acompanhamento em consultório. Com essa oportunidade e, também, pensando na complementação da renda, ele apostou nesse campo.

Uma de suas pacientes mudou de estado e, assim, Mário continuou atendendo-a, no entanto, de maneira online. Ressalta que isso ocorreu um ou dois meses antes da pandemia e, por isso, pouquíssimas sessões foram realizadas, mas que ele nunca teve receio com essa prática. Com o avanço da COVID-19 e considerando a necessidade do isolamento social e de seguir as medidas de prevenção, mudou rapidamente a agenda do consultório para atendimentos online.

Conta, ainda, que em 2018 atuava como professor substituto no Núcleo de Direitos Humanos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ministrando disciplinas eletivas, que estavam disponíveis para qualquer curso, sendo uma sobre Cultura Política e Direitos Humanos e a outra sobre Direitos Humanos e questões LGBT. Lembra que, logo após o segundo turno da eleição presidencial, quando Bolsonaro foi eleito, quase ninguém apareceu nas aulas que envolviam debates sobre a questão LGBT, sendo a maioria da turma de pessoas que se identificavam como tal.

Na semana seguinte, as pessoas voltaram a comparecer e, mesmo sem provocações, começaram a relatar, coletivamente, estados de sofrimento psíquico, ansiedade, medo de sair na rua. Algumas notícias sobre agressões começaram a se disseminar e os/as/es estudantes demonstravam expressamente intensa preocupação.

Inquieto com tudo que estava acontecendo, Mário convidou uma colega que estava fazendo doutorado em psicologia na UFRJ para organizar uma roda de escuta com esses estudantes que estavam em sofrimento psíquico por conta da eleição. Propuseram ao Centro Acadêmico a inserção de uma “Roda de escuta de sofrimento ético-político pós-eleição”, na Semana de Psicologia da UFRJ.

No entanto, o público que participou foi hegemonicamente composto por professores e alguns profissionais da saúde. Apesar de ter sido uma atividade muito importante e necessária, a ideia era, também, atingir o público juvenil, os estudantes que relataram as vivências depois da eleição de Bolsonaro.

Essa experiência disparou, então, uma ideia que foi sendo maturada ao longo do primeiro semestre do ano de 2019: a criação de uma pesquisa intervenção situada nas interfaces entre saúde mental e população LGBTI. O projeto foi submetido em um edital da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), atual financiadora, tendo natureza de pós-doutorado e é supervisionado pela professora Dra. Anna Paula Uziel.

Surge, portanto, o Projeto Vozes e Cores, que “visa oferecer atenção à saúde mental de pessoas LGBTI através de grupos terapêuticos”. O projeto foi pensado (em 2019) para acontecer na modalidade presencial, no entanto, com os atravessamentos da pandemia e a consequente determinação da UERJ, apenas um encontro foi realizado presencialmente, todos os outros foram online.

No presencial, os encontros aconteceriam semanalmente, com duração de 2 horas, no Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (SPA/IP/UERJ), sendo a participação voluntária e gratuita. Na transição pro online,

Mário percebeu que 2 horas seguidas de exposição a telas não seria saudável e proveitoso e, assim, o grupo passou a funcionar, em média, com 1h30min. Os encontros continuam acontecendo semanalmente, pelo Zoom, sendo divididos em dois grupos: o grupo A se reúne toda terça-feira, às 14 horas e o grupo B toda quarta-feira, às 18 horas, ambos conduzidos por Mário.

A divulgação dos encontros aconteceu por diversas vias. Houve a produção de cartazes e panfletos, que foram distribuídos em alguns serviços de saúde do Rio de Janeiro, como o ambulatório trans, Centro de Referência LGBT, serviços de psicologia aplicada de algumas universidades e, também, através das redes sociais. Fator que gerou, inicialmente, uma concentração maior de pessoas do RJ; posteriormente, com a transição pro online e o investimento nas redes sociais, o público foi se ramificando regionalmente.

Mário diz que a organização do grupo parte de alguns pressupostos, como o trabalho em formato aberto, ou seja, pessoas podem participar de qualquer encontro (desde que tenham preenchido um formulário prévio, por meio do qual ele faz um controle de quem participa/ou); que não há nenhum tipo de contrato terapêutico no sentido de número de faltas/presenças nos encontros, justamente por apostar em uma perspectiva de atenção à saúde mental que não crie mais uma obrigação, necessariamente, durante esse período que estamos vivenciando.

Sobre essa última colocação, afirma que, com quase dois anos de execução do projeto, definitivamente esse não é um problema. Isso porque, as pessoas tem apresentado uma disposição muito grande na produção do vínculo intragrupal, ou seja, durante esse processo de grupalização essa não obrigatoriedade da presença contínua não minimiza as potencialidades da realização dos encontros.

Pontua que houve uma maior fidelização ao projeto no primeiro ano da pandemia e atribui possíveis explicações, como a drástica mudança para o isolamento social e uma maior paciência e disposição para telas. Por serem dois grupos, como mencionado, estipula que, no da tarde, a média é de seis participantes por encontro, já o da noite teria um média de 10 a 15 pessoas.

Em linhas gerais, atualmente, a maior participação é de jovens universitários de classe média, entre 18 e 29 anos de idade, mas lembra que outras pessoas com mais de 40 anos já estiveram presentes, uma pessoa na faixa dos 50 anos e outra na faixa dos 70 anos. Mário declara que existe um equilíbrio na proporção entre as pessoas que se identificam como gays, lésbicas e bissexuais. Pensando na perspectiva de gênero, o que chamou a atenção dele foi a quantidade de declarações acerca da não binariedade. E, ainda, inicialmente tinha uma maior predominância de pretos e pardos, aumentando progressivamente a quantidade de pessoas

brancas e, atualmente, com proporções similares. O projeto já beneficiou pessoas das cinco regiões do Brasil, inclusive, uma pessoa se identificou como indígena.

A condução do grupo, como mencionado, é feita por Mário, que também supervisiona uma equipe de estagiários/as. Ele sempre teve essa intenção, pois queria possibilitar que as pessoas tivessem uma experiência parecida com a que ele teve no último estágio da graduação, quando trabalhou com perspectivas que envolvem a psicanálise de grupo e refugiados de guerra, lembrando que esse foi o estágio mais marcante da sua formação.

A equipe de estagiários/as é composta por pessoas que estão em diferentes níveis da graduação e, por isso, alguns/mas demonstram maior interesse/segurança para intervir e outros/as preferem observar, estando todos/as livres para falar e participar do grupo. Inclusive, relembra situações em que integrantes da equipe se colocaram de forma mais pessoal na dinâmica grupal, trazendo alguns exemplos, como o de um estagiário, que transicionou<sup>15</sup> durante esse processo. Esse estagiário, posteriormente, comentou com Mário que foi mobilizado por uma série de conversas que ocorreram no grupo e que despertaram nele algumas questões.

Outra situação foi de uma estagiária que, a partir das inquietações trazidas nas discussões por uma pessoa que estava passando por um processo de se reconhecer como não binária, se identificou com as questões e angústias apontadas e mencionou com Mário, durante a supervisão, esse acontecimento. Mário observa que essa também é uma possibilidade do grupo: atravessar as pessoas que estão na posição de condutor/a ou na equipe de estagiários/as.

Continuando nesse viés de pensar as temáticas, levando em conta a orientação teórica da psicanálise de grupo e outras influências, bem como a forma como ele escolheu conduzir os encontros, afirma que não existem temáticas pré-estabelecidas, acreditando que tem que emergir o sujeito do inconsciente. A dinâmica inicial, basicamente, é com uma fala padrão no sentido de “Oi gente, vamos começar. Quem quiser compartilhar alguma coisa é só abrir o microfone.”. E, assim, espera que o grupo vá se autorregulando.

Mário relembra que, no início da pandemia, muitos encontros não foram diretamente relacionados à gênero e sexualidade, tinham a ver com a pandemia e suas implicações, como as frustrações dos projetos que se iniciariam em 2020 e não puderam ser concretizados. Além disso, a organização do tempo, o medo do contágio, relacionamentos amorosos e conflitos

---

<sup>15</sup> Referência ao processo de transição de gênero, quando busca-se ir ao encontro de uma (des)representação de gênero que melhor o/a/e identifique. Pode contar, mas não necessariamente, com tratamentos hormonais, cirúrgicos, fonoaudiológicos, mudança de nome no registro civil em cartório, dentre outros. Ressaltamos, também, o nosso posicionamento a partir de um não binarismo e, portanto, múltiplas possibilidades.

familiares também foram debatidos de maneira recorrente. Estes últimos, muitas vezes vinham acompanhados de questões acerca de gênero e/ou sexualidade.

Ele conta, ainda, que algumas pessoas faziam psicoterapia individual além do grupo e, nesse contexto, chamou sua atenção o fato de algumas pessoas trazerem para o grupo questões que não levavam para a terapia individual, principalmente sobre sexualidade e relações amorosas. Considera como um fator interessante, pois existia a coragem de compartilhar no grupo, mesmo não conhecendo ninguém e algumas pessoas estarem com a câmera fechada, já que não era uma obrigatoriedade abrir a câmera.

Apontando que muitas vezes são usadas “terminologias que podem ser consideradas suavizadoras do trabalho *psi*”, Mário enfatiza que a melhor caracterização para o Vozes e Cores, em termo de técnica, seria “grupo terapêutico”. Considera que um grupo de acolhimento seria, por exemplo, os que estão vinculados a um serviço ou rede de saúde mais ampla, como os grupos de acolhimento para pessoas trans, tanto em algumas clínicas, como no próprio Sistema Único de Saúde (SUS).

Percebeu, na prática, que algumas questões levantadas nos encontros, mesmo que a própria pessoa nunca tenha pensado sobre, teve potencial para gerar incômodos e afetações. Como medida para minimizar esses possíveis riscos, o projeto também possibilitava atendimentos individuais para algumas pessoas, quando casos mais delicados/complexos eram percebidos. Ele já precisou, inclusive, ao identificar um sofrimento intenso, fazer um acompanhamento mais aprofundado e realizar encaminhamento para um CAPS.

Problemas com privacidade, no âmbito da realização dos grupos online, já eram esperados. Mário, todavia, reitera que não se deve impor a privacidade como uma condição para a participação nos encontros, mas que sejam exploradas as possibilidades do meio e de construir esse ambiente mais favorável. Em termos de desigualdade social em saúde, as pessoas não tem o acesso ao mesmo nível de privacidade e, por isso, é necessário pensar estratégias coletivamente. No Vozes e Cores, algumas pessoas experienciam/ram a vivência grupal na casa de uma vizinha, de um amigo ou, até mesmo, da praça pública.

Nesse escopo, especifica que algumas pessoas participavam enquanto estavam em casa, com os pais do lado e, por isso, enviavam no chat mensagens como: “Ah, gente, hoje não vou poder falar, eu só vou escutar, meus pais estão aqui”, ou pessoas que começavam a falar e, de repente, paravam, pois alguém estava passando em algum lugar próximo e poderia ouvir. A partir disso, Mário percebeu que é possível intervir de diferentes maneiras e, quando se trata de comunicações na modalidade online, não precisa ser só no discurso falado, escutado, o chat

pode ter uma função muito potente, lembrando intervenções de sucesso realizadas exclusivamente por mensagens de texto.

Avalia que essa experiência, pessoalmente e de maneira geral, tem sido muito interessante por vários motivos, sendo mais satisfatória do que ele esperava. Do ponto de vista clínico, se deparou com desafios que ele precisou exercitar questões que não previa e, com isso, tomou mais segurança de algumas de suas capacidades. Na perspectiva acadêmica, pondera que a formação dos/as estagiários/as trouxe uma satisfação pessoal imensa, principalmente pelos *feedbacks* que ele recebeu/e desses/as estudantes.

As perspectivas futuras ainda são nebulosas, mas Mário conta que tem a pretensão de manter, até pelo menos o final do pós-doutorado, um grupo online. Essa motivação também se dá pelo fato de que mais da metade da clientela de consultório dele não quer voltar ao presencial, pois teve uma boa adaptação ao online.

Dessa maneira, seria possível organizar a carga horária semanal para passar um tempo trabalhando de maneira remota e conciliar com outros compromissos. A volta de algum grupo presencial depende de um posicionamento concreto da UERJ e da disponibilidade do espaço para encontros em grupo, mas esse também é um grande desejo. No entanto, essas são apenas hipóteses, como Mário falou: “não sei... não tenho ideia do que pode acontecer”.

**Figura 4** – *Post* de divulgação do Projeto Vozes e Cores



Fonte: @vozesecores

## 5.4 Carol e Tiago – Grupo de Apoio LGBTI+

*Diante das dificuldades vivenciadas por jovens LGBTQ+ devido à pandemia de COVID-19 e suas estratégias de contenção, eu e o maravilhoso @tiagocorre nos juntamos para propor um grupo de apoio psicológico on-line, apostando na colaboração, na construção de vínculos solidários e de afeto como estratégia para o enfrentamento desse período e como prática potente de promoção de saúde. O grupo ocorrerá inicialmente com oito encontros de periodicidade semanal e duração em torno de 1h30, começando sempre às 17h das quartas-feiras. Poderá ter a participação de no máximo 10 pessoas LGBTQ+ de 18 a 29 anos de qualquer lugar do país. Exige-se, além do compromisso com o horário e a participação no grupo, conexão à internet com possibilidade de realizar videochamada em ambiente privativo necessário ao respeito do sigilo da atividade. A inscrição para o grupo pode ser feita através do preenchimento do formulário no link a seguir: [...].*

Trecho extraído de publicação feita no Instagram @carolbarros0112, em maio de 2020, divulgando a 1º edição do grupo.

*Serão dez encontros semanais, com duração em torno de 1h30, sempre às 18h das quartas-feiras, a partir do dia 02 de setembro. O grupo terá inicialmente de 10 a 12 participantes, além dos facilitadores. Após a inscrição, realizada pelo formulário disponível no link abaixo, iremos realizar um acolhimento inicial com candidatas, para dialogar sobre expectativas, acordos, valores e a pertinência da participação no grupo.*

Excerto extraído de publicação feita no Instagram @carolbarros0112, em agosto de 2020, divulgando a 2º edição do grupo.

*Voltado a jovens LGBTI+ de qualquer localidade e com acesso a reunião por videochamada durante as quartas-feiras, das 18h às 19h30 (horário em Brasília), o grupo de apoio busca oferecer um espaço seguro e acolhedor para compartilhar sentimentos e experiências. Se você tem interesse em dialogar sobre gênero e sexualidade, estratégias de enfrentamento a LGBTIfobia e construir vínculos afetivos de cuidado, faça a inscrição pelo formulário no link na bio, que entraremos em contato com você.*

Trecho extraído de publicação feita no Instagram @tiagocorre, em janeiro de 2021, divulgando a 3º edição do grupo.

*Grupo de Apoio LGBTI+: grupo on-line, formado por 6 a 10 participantes, com a finalidade de promover cuidado entre LGBTQIA+ a partir do compartilhamento de experiências, enfrentamento de sofrimentos e violências e construção de vínculos solidários. Os encontros são semanais [...]. Essa é uma atividade remunerada. O valor não pode ser divulgado diretamente na publicidade por determinação do CFP. Este e outros aspectos poderão ser abordados em um primeiro encontro sem custos a ser agendado com o/a facilitador/a [...].*

Excerto extraído de publicações feitas no Instagram @tiagocorre, em junho de 2021 e janeiro de 2022, divulgando, respectivamente, a 4º e a 5º edição do grupo.

#### 5.4.1 Tiago

Meu primeiro contato com Tiago, muito antes de pensar na presente pesquisa, aconteceu na disciplina de processos psicossociais, no semestre 2018.2. Ele, como doutorando, foi estagiário à docência na minha turma de graduação em psicologia na Universidade Federal de Pernambuco. Não construímos, no entanto, um tipo de relação com maior profundidade e, assim, não mais nos falamos.

Em 2019.2, quando terminei o curso de graduação em direito, tentei o processo seletivo para o mestrado em psicologia, tendo sido aprovado e passando a integrar o mesmo laboratório de pesquisa que Tiago, o GEMA. Iniciei meu curso de mestrado em 2020, todavia, com o advento da pandemia, tivemos apenas um encontro presencial. Dessa maneira, mais uma vez, não mais tive contato com Tiago, mas já o “conhecia”.

Nossa aproximação aconteceu, justamente, em função da minha participação no Grupo de Apoio LGBTI+, facilitado por ele e Carol. Como integrante, participei desde a primeira edição, no início de junho de 2020. Toda a mediação até a minha entrada no grupo foi feita diretamente com Carol.

Como já tínhamos contato, marcamos a nossa conversa, através do WhatsApp, para uma terça-feira, dia 26 de outubro de 2021, às 16 horas. Tiago em Recife, eu em Siriji, conectados através de uma chamada do Google Meet (que, por sinal, caiu umas três vezes). No cenário da nossa conversa, atrás dele e à esquerda, tinha uma estante marrom, com algumas divisórias e diversos livros; sobre essa estante, quatro porta-retratos. No centro, uma parede que parece ser na tonalidade branco-gelo, com uma porta branca à direita. Tiago veste uma camisa de cor clara, usa um fone de ouvido com microfone preto, tem cabelos escuros e um bigode discreto.

Para contextualizar e apresentar Tiago a vocês, ele é psicólogo, viado, doutor em psicologia pelo PPGPsi da UFPE. Trabalha como psicólogo na Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, especificamente com pessoas em situação de violência sexual e doméstica, no Hospital Agamenon Magalhães, zona norte de Recife. Finalizou o doutorado no início de 2020, quando a pandemia também se intensificou no Brasil e começou a potencializar diversas situações. Nesse momento, passou também a atuar em sua clínica privada, oferecendo atendimento individual e em grupo, ambos na modalidade remota.

No início da graduação em psicologia, acreditava que o trabalho na clínica seria o seu foco. Mas acabou se envolvendo em algumas atividades do GEMA, apaixonando-se por psicologia social e pela pesquisa científica, e, assim, a carreira acadêmica começou a emergir como uma possibilidade. Hoje, no entanto, o empenho maior de Tiago é nos atendimentos

clínicos que, pelo seu ganho financeiro e pela escassez de oportunidades nas universidades públicas, retornaram a ser seu plano prioritário.

Seu retorno à clínica se deu já a partir da migração online dos atendimentos no período inicial da pandemia. Salaria, na verdade, que só conseguiu enveredar por esse caminho justamente porque isso permitiu que ele trabalhasse com os recursos que já tinha, considerando os diversos investimentos e desdobramentos necessários para montar (ou compartilhar) consultório em um imóvel.

Com a intensificação da pandemia, as vivências pessoais de Tiago, o término do doutorado sobre atendimento a pessoas em situação de violência e sua experiência nos plantões psicológicos em um hospital estadual, apostou que o isolamento social seria um grande problema para jovens LGBTI+, tanto por forçar uma maior convivência em contextos familiares discriminatórios, quanto por apartá-los de sua rede de apoio (amizades, professores etc.). Nesse sentido, resolveu disponibilizar plantões virtuais gratuitos para LGBTI+ que tivessem acesso à internet e desejassem um acolhimento.

A partir dessa experiência, tendo atendido tanto pessoas de Pernambuco, quanto de outros estados, percebeu que os sofrimentos e dificuldades que escutava possuíam singularidades significativas: a opressão familiar, o afastamento de amigos/as e namorados/as, a falta de perspectiva de futuro, etc. Assim, por ter ouvido repetidas vezes essas problemáticas, sendo vividas sobretudo como experiências de fracasso pessoais, pensou sobre a potência de unir essas pessoas em um ambiente que permitisse coletivizá-los através da partilha de experiências.

Nessas andanças e nos diálogos que já estava estabelecendo com Carol, que desejava também oferecer plantão virtual para LGBTI+, pensaram na possibilidade de criar um grupo virtual. Após maturar um pouco a ideia, lançaram a primeira edição do grupo, com a proposta inicial delimitada em oito encontros gratuitos, que coincidiu com o momento da pandemia em que os governos estaduais foram mais rígidos em relação às medidas de isolamento. No entanto, após o término desse período delimitado, como o grupo demandava pela sua continuidade, se pactuou a manutenção dos encontros e seu caráter de atividade remunerada.

Trabalhar a partir de uma perspectiva mais coletiva em processos terapêuticos sempre foi um dos desejos de Tiago, sendo essa a primeira experiência efetiva de grupo que ele teve na clínica. Avalia que a partir do aumento exponencial do acesso a práticas terapêuticas online oportunizado pela migração digital, houve uma maior possibilidade de compor, de fato, um grupo. Do contrário, trabalhando de maneira presencial em instituições privadas ou na clínica particular, acredita que teria maior dificuldade, seja pela própria lógica de mercado ser voltada

a uma atenção individual, seja pela necessidade de concentração de pessoas numa mesma região geográfica, como pela necessidade de um espaço físico mais amplo e, também, conseguir atingir e concretizar a participação do público alvo determinado.

Nesse sentido, organizando a divulgação pelo Instagram e, ainda, considerando a conjuntura que estávamos inseridos/as quando o grupo foi criado, reflete que teve uma adesão significativa, o que possibilitou a concretização do grupo.

Em uma visão geral, a organização do grupo se deu em ciclos, da seguinte maneira: o primeiro, com delimitação prévia de oito encontros; o segundo, com dez encontros e, a partir do terceiro, sem delimitação de encontros, mas com intervalos acordados para entrada e saída de participantes. Entre o terceiro e o quarto, foi negociado com o grupo a possibilidade de expandir a abrangência do grupo, que antes era delimitada para jovens LGBTI+. Assim, o quarto e quinto ciclos também não tiveram uma faixa etária definida, ainda que a maioria dos/as participantes fossem jovens.

O grupo foi planejado, inicialmente, para jovens, pois em razão da maior dificuldade de oportunidades de emprego/renda e maior convivência em lares preconceituosos, haveria mais condições favoráveis ao sofrimento psíquico e ao adoecimento junto a essa população. Todavia, com a divulgação no Instagram, receberam diversas mensagens de pessoas que também queriam participar do grupo e tinham mais de 30 anos. Após algumas discussões com Carol, sua coterapeuta, levaram a proposta ao grupo, que aderiu a mudança.

Para conhecer as pessoas que queriam participar, de início foi proposto o preenchimento de um formulário. Depois, tendo avaliado que esse instrumento era muito impessoal e burocrático, optaram por realizar conversas diretamente com as pessoas que demonstravam interesse em integrar o grupo, tanto para alinhar as expectativas e falar um pouco do funcionamento, quanto para garantir o cuidado com a segurança e dinâmica grupal. Assim, o grupo foi progressivamente se (auto)organizando, de acordo com as demandas que surgiam e eventos que aconteciam.

Tiago pondera que a forma como o grupo foi pensado e como ele foi funcionando desde o início, contribuiu para a adesão e permanência dos/as integrantes. Acordo para manutenção de câmeras abertas, por exemplo, foi citado como um desses fatores. Para ele, não faria sentido as câmeras desligadas, exceto em situações pontuais, pois a troca não acontece apenas na linguagem verbal, sendo o acesso as expressões de uma situação necessária para a dinâmica grupal e a criação de vínculos, uma das preocupações e objetivos do que eles propuseram. Para isso, também pensaram no limite aproximado de dez integrantes, sendo o ideal entre quatro e oito.

Modificações foram acontecendo ao longo da composição do grupo, como as discussões e temáticas. Tiago resalta que o que chamou muita atenção dele foi que durante as primeiras edições, pouco se debateu sobre gênero e sexualidade propriamente ditos. Na verdade, preponderavam as implicações da dificuldade na convivência familiar, relatos sobre o sofrimento do isolamento e a importância das redes de apoio. Atualmente, no entanto, isso vem se transformando e as questões de gênero-sexo dissidência estão aparecendo com maior volume, talvez também pela redução das medidas inicialmente impostas e das incertezas.

Além do âmbito das temáticas, a própria forma de funcionamento do grupo também foi se adaptando. No início, o padrão era uma rodada inicial para que os/as integrantes falassem como estavam chegando e, a partir dessa rodada, Tiago (ou outra pessoa) sugeria a discussão de uma questão que parecia ter sido convergente com o que foi falado inicialmente ou, até mesmo, que tenha chamado atenção, mesmo sendo divergente. Geralmente, o grupo acolhia essa sugestão. Poucas vezes temas foram levantados em encontros anteriores para discussões na semana seguinte, como aconteceu com o conteúdo acerca da não monogamia e dos pronomes neutros.

Com o passar do tempo, notou relatos de uma superficialidade nas discussões da terapia em grupo, comparando com a terapia individual e, por isso, resolveu sugerir que houvesse a imersão em uma experiência particular de um/a dos/as integrantes. Dessa maneira, as outras pessoas se tornavam coterapeutas nesse processo de aprofundamento. Isso serviu, também, de acordo com Tiago, para inverter o processo habitual e, assim, demonstrar que aquele espaço poderia ser usado de várias formas, sendo um ambiente livre para a proposta e experimentação de mudanças.

Discussões e estudos entre Tiago e colegas que tem interesse no campo da terapia de grupo eram realizados para pensar essas proposições. Com um pé no construcionismo social e outro na “psicanálise relacional”, menciona que investimentos adicionais foram necessários, exemplificando que a psicanálise, na prática, não tem uma proposta para o fechamento de grupo, por exemplo.

Diante disso, ao refletir sobre a natureza do grupo, afirma que não pensa um enquadramento técnico antes da dinâmica grupal. Como aconteceu com ele e Carol, existia uma disponibilidade e interesse para a organização e promoção do grupo, assim, conseguiram compor e realizar os encontros orientados por alguns estudos. Por outro lado, com as discussões ao final de cada encontro, adentravam um processo contínuo de idas e voltas, analisando que “não é necessariamente da teoria para o processo; era, pelo contrário, do processo para a teoria”.

Acerca do grupo ser intitulado como “de apoio LGBTI+”, Tiago conta que, realmente, a ideia inicial era essa, onde as pessoas podiam se colocar de forma mais livre, sem preocupações excessivas com aqueles moldes do terapeuta abstinente, mas que esse próprio grupo de apoio já começou como um grupo terapêutico. Daí por diante, optaram por manter a nomenclatura “de apoio” por uma questão de marketing, pois “a gente entendeu que parece que o apoio é mais acolhedor do que colocar terapêutico”. Ressalta, no entanto, que essas análises são feitas com base na atuação dele nesse grupo de apoio e em um outro grupo que denominou como terapêutico e, comparando, acredita que as pessoas apresentam uma percepção de que o terapêutico seria um lugar onde o profissional de psicologia faria um diagnóstico e todos os estigmas que isso carrega.

Enxerga que a dinâmica grupal possibilita uma maior horizontalização das relações entre os/as participantes, quando comparada com a terapia individual. Além disso, a prática do grupo, como supramencionado, também permitiu que os sujeitos se colocassem na posição de coterapeutas, talvez potencializando a construção de vínculos para além de todo o processo vivenciado. Acaba sendo, também, mais acessível, pois o valor é menor, oportunizando que pessoas com diferentes experiências de vida, mesmo com algumas identificações, possam agregar nos processos de troca.

Tiago percebeu, ainda, que um movimento interessante foi acontecendo a partir do momento que algumas pessoas tiveram esse primeiro contato com o grupo e, conseqüentemente, com uma atenção psicológica, o interesse em buscar um processo mais particular, uma psicoterapia individual, passou a ser uma possibilidade, deixando de ter um caráter aversivo.

Por outro lado, verificou que as vezes foi mais difícil se apoderar do ambiente grupal como um espaço terapêutico, sendo este encarado, muitas vezes, como um espaço menos aprofundado. Nesse contexto, ainda, a privacidade emerge como uma grande dificuldade, pois nem todos/as que participavam do grupo tinham um ambiente privativo. Em algumas situações, por exemplo, foi necessário acionar o grupo para lembrar a importância de estar no lugar mais privado possível, utilizando fones de ouvido, em uma perspectiva de cuidado coletivo.

A questão da remuneração foi citada por Tiago como um possível entrave para a expansão do grupo, após o primeiro ciclo. Das pessoas que já participavam e continuaram, cada situação foi analisada cuidadosamente e algumas pessoas seguiram integrando o grupo sem contribuir financeiramente.

Todavia, quando novas divulgações foram feitas no Instagram, muitas pessoas achavam que se tratava de uma atividade gratuita e, quando percebiam que precisavam contribuir

financeiramente, desistiam. Ele acredita que, no geral, como existem regras do CFP que restringem a divulgação do preço na publicação, isso contribui para a concepção de que as atividades de psicologia são, majoritariamente, solidárias, quando nem sempre são. Para contornar essa situação e poupar tempo de ambas as partes, passaram a divulgar explicitamente que se tratava de uma atividade remunerada, respeitando as limitações impostas pelo CFP.

O grupo acabou tendo uma abrangência regional considerável, atingindo pessoas de todas as regiões brasileiras – exceto do Sul –, sendo a maioria de capitais ou região metropolitana. Tiago estabelece a hipótese para a prevalência de pessoas de classe média à divulgação no Instagram e na rede de amigos e pessoas que seguem os perfis responsáveis pela divulgação.

Pensando na questão geracional, como já mencionado, o grupo foi idealizado para jovens e, posteriormente, teve sua abrangência ampliada.

Poucas pessoas que se autodeclararam pretas participaram. Lembra que um incômodo compartilhado entre ele e Carol, também, foi a ausência de pessoas trans, “porque o grupo, né? LGBT... e cadê o ‘T’?”, que também foi uma população que não chegou, expressivamente, no grupo. As participações dessas pessoas podem ser contadas nos dedos.

Conta, ainda, que ficou muito feliz com a possibilidade dessa “migração da clínica para o espaço digital, para o online”. Isso permitiu que ele tivesse tanto a oportunidade de “construir a clínica do zero, quanto a organização desses grupos” que, em certa medida, dificilmente aconteceriam na modalidade presencial.

Sobre essa última questão e ponderando as perspectivas futuras, afirma que apesar de ouvir relatos sobre exaustão do online e entusiasmo para a volta presencial, não seria possível operacionalizar o grupo, na configuração que ele está organizado hoje, em formato diferente do online, considerando que existem pessoas de diferentes partes do Brasil. Além disso, também não é um interesse pessoal de Tiago, por ora, organizar um espaço físico.

Ele manifesta, ainda, que preferiria apostar mais nesse formato, com a facilitação de mais grupos, e ter menos pacientes individuais, reconhecendo a potência do trabalho que vem sendo realizado. Entretanto, aponta que não investe massivamente nesse projeto por algumas razões, como a necessidade de conciliar horários que, geralmente, estão concentrados no turno da noite. Gostando e estando satisfeito com o trabalho que vem desenvolvendo, Tiago pretende fazer mais formações nesse campo, com o objetivo de continuar construindo esses e outros espaços.

#### 5.4.2 Carol

Meu primeiro contato com Carol foi no dia 21 de maio de 2020. Na ocasião, Carol divulgava no grupo do GEMA – no WhatsApp – a iniciativa que ela e Tiago estavam propondo: o “Grupo de Apoio Psicológico para Jovens LGBTQ+”. Utilizando a ferramenta de “responder em particular”, logo acionei Carol e mencionei o meu interesse em participar do grupo. Após os procedimentos burocráticos, com a minha inserção no grupo como integrante, nossos vínculos foram sendo criados e cultivados.

Após uma longa trajetória como integrante do grupo (aproximadamente 1 ano e 6 meses) e, concomitantemente, desenvolvendo o meu projeto de mestrado, resolvi me aprofundar no assunto e, não podendo ser diferente, convidei Carol para uma conversa mais detalhada sobre o grupo em si e outras coisas mais.

Marcamos o nosso encontro virtual, pelo Google Meet, para uma sexta-feira, dia 29 de outubro de 2021, às 17 horas. Carol estava em um cenário que parecia ter, mais ao fundo, uma estante de madeira com alguns livros e plantas e, do outro lado, uma cortina cinza, com paredes brancas. Ela usa óculos redondo, brincos em formato de argolas, uma discreta corrente no pescoço e está com uma roupa na tonalidade azul escuro.

Carol é uma mulher negra, feminista, antirracista, antimanicomial e antiproibicionista. É ativista no campo das diversidades e educadora social. Desenvolve pesquisas e atividades voltadas para o campo de gênero e sexualidades. Formou-se em psicologia em 2012, mas trabalha com grupos, na modalidade presencial, desde 2011. Seu trabalho na clínica teve início em 2016.

Conta que, em virtude da pandemia adaptações foram necessárias e, assim, passou a realizar atendimentos online, bem como desenvolver atividades de grupo no formato virtual. Lembra que logo no início da pandemia, por ocupar espaços de ativismo e ser atravessada por questões LGBT, estava sendo bombardeada com notícias sobre a intensificação do sofrimento psíquico de pessoas dessa comunidade.

Considerando que a maior parte das violências são sofridas no ambiente familiar e que a pandemia de COVID-19 impôs o isolamento social, quando muitas pessoas precisaram voltar para suas casas, Carol percebeu que os espaços de cuidado para pessoas LGBT foram bruscamente retirados. Além de toda a complexidade que a própria pandemia já trazia, por si só, ela atingiu pessoas de formas muito diferentes.

Diante de tudo isso, resolveu realizar plantões psicológicos para populações vulnerabilizadas e observou que as questões supracitadas estavam aparecendo de maneira

recorrente, não apenas nos espaços acadêmicos e de militância, mas também nos relatos das pessoas que atendia. Partindo de lugares diferentes, mas com princípios semelhantes, ela e Tiago estavam desenvolvendo essa atividade com natureza de plantão.

A partir de diálogos e trocas entre eles, com o objetivo de maximizar o cuidado que estavam realizando, surgiu a ideia da criação de um grupo de apoio a jovens LGBTI+. Cogitando que o público jovem poderia estar sendo ainda mais atingido, pois teriam menos condições, inclusive financeiras, de garantir a sua autonomia, estabeleceram esse público alvo para o grupo.

Carol menciona, ainda, que os espaços de acolhimento começaram a ficar sobrecarregados. Nesse sentido, as clínicas sociais voltadas para o cuidado em saúde mental de LGBT estavam ficando saturadas, não tendo como receber mais pessoas. Sendo uma das preocupações da psicologia clínica possibilitar esse acesso e entendendo que não dava mais para continuar apenas com uma escuta pontual, o grupo mostrou-se como uma possível ferramenta de auxílio.

Além disso, ela e Tiago, que facilitam o grupo conjuntamente, partem de uma perspectiva que compreende os fenômenos a partir da comunidade, pensando a educação popular e o coletivo como um eixo central da subjetividade. Nesse sentido, emerge mais uma potencialidade para o trabalho com grupos. Sobre essa cofacilitação, menciona que estão alinhados nas referências teóricas que perpassam o construcionismo social e, assim, essa harmonia permite uma maior fluidez nos processos.

Com o lançamento e divulgação no Instagram e outras plataformas, lembra que se surpreendeu com a grande procura para participar. Naquela época, um formulário de inscrição foi disponibilizado e tiveram um grande número de respostas. Fecharam, assim, o grupo com dez pessoas. Todavia, Carol pontua que existe um processo de equilíbrio, que nem todo mundo que começa, permanece. E isso se dá por várias questões, sendo necessário reconhecer que o grupo não é um espaço que todas as pessoas vão se identificar e/ou ser um ambiente terapêutico.

Em um segundo momento, perceberam que era preciso conversar com as pessoas que queriam participar, pois a ficha de inscrição era bastante limitada. A justificativa para essa conversa era entender se essas pessoas se beneficiariam com esse espaço ou se seria necessário realizar algum outro tipo de encaminhamento.

Lembra, também, que o grupo foi passando por outras modificações durante o seu desenrolar, como a mudança da natureza gratuita para a cobrança de um valor social. No entanto, adverte que essa não era uma questão para promover restrições ao grupo, ou seja, os/as integrantes que, porventura, não pudessem contribuir financeiramente, após uma avaliação dela

e de Tiago, podiam continuar participando. O custo acaba sendo fracionado, menor que o valor de uma sessão individual.

Conforme mencionado, Carol já tinha um trabalho consolidado com a facilitação de grupos antes da pandemia, de maneira presencial. Nesse ínterim, sobre as mudanças do presencial para o online, conta que foi uma grande surpresa porque nunca tinha pensado na possibilidade de ir para o ambiente virtual, sempre notabilizando a importância do “grupo corporificado”, corpo a corpo, os movimentos, contato.

A abrupta migração para o virtual trouxe elementos que antes não existiam, como o chat. Presencialmente, as pessoas precisavam pedir a fala, esperar o outro terminar. O virtual permite que se “fale” sem que passe pelo grupo, todavia Carol afirma que também é necessário trazer essa comunicação durante a dinâmica grupal, entendendo que aquilo precisava ser “vorificado”, ou seja, falado verbalmente. Quando esses eventos aconteciam durante os encontros, as pessoas eram convidadas a compartilhar o que tinha sido escrito com os/as outros/as integrantes.

A utilização das câmeras também foi colocada como uma dessas diferenças, comparando a formação em círculo, geralmente utilizada no presencial, com uma planificação das pessoas, onde “todo mundo fica espelhado”. Ampliando as dificuldades, ainda, quando alguém fecha a câmera, pois isso impede o acesso a outros tipos de expressão. Nesse sentido, reitera a importância de duas pessoas facilitando o grupo para manejar essas situações.

Por outro lado, Carol se surpreendeu com o quanto as pessoas foram se vinculando, trocando entre si, avaliando que “elementos que estão inscritos no processo grupal presencial estão inscritos no processo grupal virtual”. Ainda que aconteça de maneira online, identifica que as trocas, a profundidade, o envolvimento e o investimento ocorreram de maneira impressionante.

Além disso, também existe o benefício de possibilitar o encontro de pessoas de territórios geograficamente distintos, apontando este como um grande ganho do espaço virtual e recordando as diversas localidades das pessoas que passaram e estão no grupo, desde o interior de Pernambuco até outros estados, como Goiás e Espírito Santo. Pensando nessa perspectiva, reflete que seria difícil organizar um grupo presencial com esse teor que compreendesse a região metropolitana de Recife, por exemplo, pelas diversas implicações que isso acarreta.

No que diz respeito ao funcionamento, Carol elenca que seu lugar tanto como terapeuta de base analítica, quanto da experiência enquanto facilitadora de grupos presenciais, perpassa questões como o cuidado com o “setting”, pois isso ressoa, por exemplo, em tentar garantir que apenas membros possam ouvir o que está sendo compartilhado. Isso porque, esses cuidados são

necessários quando se trata de um grupo de apoio psicológico, onde as pessoas dividem questões muito pessoais, como histórias de violência. Garantir um ambiente sigiloso é, dentre outras coisas, produzir conforto. Nesse sentido, sempre pensa sobre o que ela apreendeu que funciona presencialmente e que pode ser preservado nesse espaço virtual.

Sobre a consideração de ser um “apoio psicológico”, refere que é um espaço onde as pessoas vão entrar em contato com as suas questões, pois sabem que tem um espaço de fala e, por isso, também vão poder se escutar e possibilitar que outros também ouçam. Esse suporte tem uma finalidade terapêutica, porque além dos processos citados, proporciona que os integrantes repensem, transformem ideias, se recoloquem, configurando-se como um suporte necessário.

No entanto, a autorregulação do grupo também impõe limites, na medida em que as pessoas relatam situações que não levam para o grupo, pois precisam de aprofundamentos e, também, pela própria facilitação de Tiago e Carol. Essa compreensão sobre questões que precisam de maiores investimentos (que advieram de reflexões no grupo) fizeram várias pessoas procurar acompanhamento individual, o que foi interpretado como um ganho do processo grupal.

Dessa maneira, várias discussões foram e estão presentes no percurso que o grupo vem construindo. No geral, a temática parte do que os/as participantes levam e dividem com todo mundo e, assim, é considerado aquilo que se repete, o que é falado e que movimenta o grupo. Carol confessa que o espaço de apoio foi criado pensando nas situações de violência, todavia, se admirou com a diversidade do que é discutido, pois frequentemente aparecem outras questões que perpassam a vida de maneira geral, como convivência, conciliar trabalho e faculdade nesse contexto remoto, demandas familiares. Reitera, ainda assim, que sempre são pensadas a partir das interlocuções entre esses assuntos com a identidade de gênero e a orientação sexual.

Comentando sobre os ciclos (ou *seasons* da nossa série pandêmica), relembra a organização de cada um deles, quando os primeiros tiveram uma quantidade pré-estabelecida de encontros e, posteriormente, isso também foi modificado, passando o grupo a funcionar a partir da demanda do apoio, mas, também, das pausas e descansos necessários.

Pontua que a configuração não é entendida como de um grupo aberto, onde as pessoas entram e saem a qualquer tempo, porque avalia que isso interfere consideravelmente na dinâmica de funcionamento e no propósito do grupo em específico, ressaltando que pode funcionar para outros. Esse, na verdade, é um grupo que se abre entre os ciclos supracitados, quando existe uma nova rodada de divulgação e novos participantes podem ser integrados, sempre em negociação com os/as antigos/as integrantes.

Um exemplo concreto dessas negociações e aberturas foi a alteração do público alvo, que antes era restrito para jovens e que passou a não ter delimitação de faixa etária, proporcionando a inserção de diferentes gerações. Carol analisa que esse foi um movimento importante, pois suscitou trocas de experiências de maneira diferente a que vinha acontecendo.

Essas possibilidades foram acontecendo com o passar do tempo que, inevitavelmente, vai produzindo mudanças. Destaca, nesse contexto, a importância da cofacilitação entre todos os integrantes do grupo, além da que ela e Tiago realizavam, pois o grupo ia pensando junto sobre o que o outro trazia e possíveis intervenções. Sobre isso, afirma que “é um lugar fácil e, ao mesmo tempo, complexo; essas mudanças vêm um pouco com a maturidade”.

A disponibilidade do grupo, a partir de uma relação de confiança que foi criada entre todos/as, oportuniza que Carol e Tiago levem sugestões diversas e o grupo, em si, fica responsável por acolher ou não. Lembra que a ideia era criar um grupo que possibilitasse, dentre outras coisas, que as pessoas se autogerissem, construindo suas próprias redes de cuidado.

Sobre essas pessoas e essas redes de cuidado, reflete sobre como o grupo foi se formando e pondera que o espaço de divulgação pode ser, dentre outros, um grande determinante. Isso porque, esse ambiente representa, muitas vezes, os lugares que ocupamos, nossas identidades, nossas orientações e isso acaba limitando e restringindo. Mesmo que a divulgação tenha chegado a vários espaços e diferentes territórios, Carol acredita que, ainda assim, é um grupo “guetificado”.

Ao pensar sobre outras intersecções, ela vai além de quem acessa o grupo, problematizando o próprio acesso ao cuidado em saúde mental, considerando de grande elitização. No caso concreto do grupo de apoio, atenta aos seus (na verdade, nossos) próprios atravessamentos, pois, por exemplo, a maioria é de pessoas escolarizadas que, no geral, estão em universidades públicas. Além disso, percebe que existe um recorte de classe que condiz com a elitização supracitada. Algumas pessoas se autodeclaram negras, mas com uma acessibilidade que não é a realidade da maior parte desta população.

Acerca das perspectivas futuras, Carol afirma que o grupo está seguindo e estão entendendo que vai continuar. Ressalta que para aquilo que foi proposto, o virtual está sendo suficiente, inclusive trazendo todos os seus ganhos, como os mencionados. Finaliza reiterando que um grupo presencial não seria necessariamente melhor ou pior do que o que estão facilitando, seria diferente.

Figuras 5, 6, 7, 8 e 9 – Posts de divulgação do Grupo de Apoio LGBTQIA+



Fonte: @carolbarros0112 @tiagocorre

## 5.5 Val, Jul e Hiago – Vibe Colorida

### 5.5.1 Val

*Nos encontros há muita troca de experiências, com pessoas que estão passando por situações semelhantes; os encontros tendem a fortalecer relações, à medida que você fala sobre seus problemas em um ambiente acolhedor e seguro; o encontro em grupo abre espaço para que você fale sobre a sua história de vida, suas angústias, medos e ansiedades, nesse momento de distanciamento social.*

Trecho extraído de publicação do Instagram @psivalfaccin

Ouvi falar de Val quando estava procurando mais detalhes sobre o Vibe Colorida. Ela facilitava os encontros junto com Jul, que eu já conhecia. Dessa maneira, ele foi a ponte para estabelecermos o nosso contato inicial. Conversando com Val, contei um pouco da minha história, do que eu estava vivenciando e do meu interesse em dialogar sobre o grupo.

Nesse sentido, marcamos de conversar com mais calma para o dia 18.10.2021, uma segunda-feira, às 15 horas. Utilizamos a plataforma de reuniões do Google Meet, respeitando as questões sanitárias, a necessidade de isolamento social e o próprio distanciamento físico, pois Val estava no Rio de Janeiro e eu em Siriji.

Atrás dela tinha uma parede meio bege, com uma grande janela no meio, que estava coberta com uma persiana vertical branca. Do lado esquerdo, uma tela pintada com o que parece ser uma flor colorida. No direito, acredito que seja um móvel marrom. Val está mais próxima da câmera, ela tem cabelos curtos preto, está usando um par de brincos redondos e vestida com uma roupa cinza escuro com detalhes preto.

Val é psicóloga clínica, desde que entrou na faculdade já sabia que queria focar nesse ramo de atuação, também é pós-graduada em psicologia hospitalar, sua segunda paixão. Tem formação anterior em Serviço Social.

Conta que já atendia de maneira online antes da pandemia, era o caso de alguns pacientes que estavam fora do Brasil. A maioria dos atendimentos, no entanto, era na modalidade presencial e, por isso, tinha um consultório físico para atendê-los. Com a chegada da pandemia e suas implicações, ela precisou fechar o consultório e suspender, temporariamente, os atendimentos presenciais. De pronto, ofereceu a possibilidade de atender online, mas todo mundo resolveu esperar, acreditando que tudo passaria logo.

Com o passar do tempo e entendendo melhor o que estava acontecendo, poucos pacientes aderiram ao atendimento online. Val acredita que isso não ocorreu por falta de

vontade, mas por muitos não terem privacidade em suas próprias casas. Dessa maneira, lembra que ficou com horários livre e, em isolamento, queria fazer alguma coisa que pudesse ajudar a população e, também, preenchesse seu tempo. Pensou, então, em continuar praticando o que mais ama e, assim, se voluntariou em alguns programas que objetivavam oferecer atendimento psicológico online durante a pandemia de COVID-19.

Ela queria atender de maneira gratuita, todavia, menciona que valoriza muito iniciativas que sejam sérias, seguras e comprometidas com a nossa realidade e, assim, precisava filtrar bem onde se voluntariar. Dentre as possibilidades, Val iniciou trabalhando em um projeto do estado do Rio de Janeiro que tinha o objetivo de dar suporte psicológico para pessoas que estavam em sofrimento em decorrência da COVID. Percebeu, então, a potência do trabalho voluntário.

Após essa experiência, conheceu pessoas que trabalham com a população LGBT e, também, passou a ser bombardeada com notícias que traziam o sofrimento psíquico das pessoas dessa comunidade que estavam confinadas com suas famílias. Foi quando Val conheceu a Rainbow Psicologia, uma iniciativa que reúne profissionais de psicologia para atender pessoas LGBTQI+. Ela se voluntariou e passou a integrar esse projeto na forma de plantão psicológico.

Percebendo que a pandemia e o isolamento social agravaram situações e sofrimentos que já existiam, ela resolveu montar pacotes de dez sessões gratuitas (com algumas exceções, a partir da avaliação dela) para pessoas LGBT. Foi se aproximando cada vez mais do universo e das interfaces entre a psicologia clínica e questões LGBT e, dessa maneira, buscou se integrar cada vez mais nessas discussões. Nesse sentido, conheceu o pessoal do “Projeto Maria” da UNEB (Universidade do estado da Bahia).

O “Projeto Maria” é cadastrado como projeto de extensão do Departamento de Ciências Humanas da universidade supracitada, tendo como principal objetivo acolher a comunidade LGBTQI+. Inicialmente, tratava-se de um grupo de estudos sobre questões LGBT, a partir de um livro de psicologia, sendo cada capítulo estudado em uma semana diferente.

Levando em consideração as discussões teóricas e o que estava acontecendo aqui no Brasil, uma parceria entre o “Projeto Maria” e o “Mães pela Diversidade” dá origem ao Vibe Colorida, um grupo de apoio com o objetivo de acolher pessoas LGBTQIA+ em sofrimento psíquico. Especificamente, buscavam atingir o público que estava trancado em casa, muitos deles com familiares, sem poder sair para seguir sua rotina cotidiana, para o trabalho. Val, então, foi convidada pela coordenadora do projeto de extensão para dirigir um desses grupos.

Preocupada com o sigilo e com o cuidado de quem poderia participar, ela pontua que “para fazer um grupo de escuta, um grupo terapêutico, é necessário garantir segurança para que as pessoas sintam que podem falar sobre as suas vidas”. Por isso, a ideia de ter uma inscrição,

o preenchimento de um formulário e, depois, a formação de um grupo no WhatsApp, onde os links eram disponibilizados, tranquilizavam-na.

O grupo funcionou com dois encontros semanais, um na terça e um na quinta, respectivamente. Val e Jul compartilhavam o encontro da terça-feira. Eram encontros gratuitos e ela considera que teve uma boa aderência do público-alvo, com uma média variando entre 10 e 15 pessoas. Foram organizadas três rodadas, entre julho e outubro de 2021.

De fato, um ambiente tranquilo e seguro foi construído. Val percebeu isso a partir das falas das pessoas e, também, lembra que nem todo mundo podia utilizar do recurso verbal, algumas pessoas participavam usando o chat, principalmente quando estavam em casa com a família. Isso também implicou alguns eventos de pessoas com câmeras fechadas, no entanto, a maioria dos/as participantes ficava com a câmera aberta, gerando um maior sentimento de confiança para o grupo. Apesar de algumas câmeras fechadas, ela recorda que conhecia todo mundo que participava com mais assiduidade.

Com relação aos temas trabalhados nos encontros, afirma que ela e Jul deixavam aberto para o grupo contar o que quisesse. Muitas vezes, os eventos da semana eram levantados, bem como casos concretos do que tinha acontecido na vida de algum/a integrante. Atribui essa organização ao fato de que, geralmente, quem participava do grupo eram as mesmas pessoas, com raríssimas exceções, o que possibilitou esse compartilhamento de temas pessoais. Por outro lado, Val e Jul, que revezavam a coordenação do grupo, ficando o/a outro/a como apoio, sempre buscavam ter um tema secundário, uma “carta na manga”, pois caso a discussão não acontecesse, poderiam suscitá-la.

Sobre exemplos práticos, conta que apesar de temáticas diversas, os atravessamentos de ser LGBT sempre se faziam presentes. Isso porque, as situações de violência, preconceito e, até mesmo, histórias inspiradoras, perpassam as questões de gênero e/ou sexualidade. Um tema marcante foi a “saída do armário”, muitas pessoas confinadas sentiam vontade de contar sobre quem são e não tinham coragem, então o grupo e as pessoas que já tinham passado por esse processo compartilhavam as diversas experiências e vivências. Dessa maneira, encorajava não necessariamente a “sair do armário”, mas a ser quem são.

Val caracteriza o grupo com uma dinâmica bem variada e diversificada, sem ter tido nenhuma intercorrência que precisasse de maior intervenção. Foram muitas histórias engraçadas, tristes – histórias reais –, o que potencializava o grupo como um apoio, onde a interação e o cuidado geravam esse “se sentir apoiado”. Um ambiente, também, de indicações de filmes, músicas, livros.

Pontua que o maior desafio foi fazer que as pessoas entendessem que aquele era um espaço seguro. Tudo muito novo para todo mundo, todas as pessoas passando por esse tipo de experiência pela primeira vez, inclusive ela, então o movimento de estranhamento era uma prática comum, com questionamentos como: “será que é mesmo seguro, será que eu posso falar de tudo?”. No entanto, com o andamento da dinâmica grupal e as pessoas colocando as suas questões, desabafando, trazendo incômodos e desafios diários, tudo foi fluindo.

Recordando a variedade de idades, Val afirma que tinham integrantes entre dezoito e cinquenta anos. Todavia, mesmo com toda essa disparidade, lembra que os sofrimentos eram análogos, por exemplo, as questões que advinham do amor, da intensidade, da solidão. Nesse sentido, perceberam que não fazia sentido separar por idade ou limitar a faixa etária, pois os desafios eram os mesmos e isso gerava um movimento “onde um consolava o outro”, compartilhando que “ah, isso também aconteceu comigo” e, “então as pessoas foram contando no grupo as suas histórias. Isso também tem um poder curador, de você olhar para o outro”. Com esse movimento coletivo, em alguns encontros ela e Jul nem entrevistavam, o grupo circulava sem precisar de interferências deles, como profissionais.

Por conta do alcance do Instagram e da divulgação não apenas no perfil do projeto, mas também dos profissionais, de maneira individual, tiveram a participação de pessoas do Brasil inteiro.

Apesar de toda uma trajetória buscando democratizar o acesso a psicoterapia e, por exemplo, oferecendo atendimento psicológico gratuito no seu consultório, Val reconhece que esse acesso ainda é muito limitado e seletivo. Enxerga nos grupos mais uma possibilidade de tentar expandir essa prática, de alcançar mais pessoas durante o momento tão delicado da pandemia e do isolamento social.

A partir de tudo que foi vivenciando nessa intensa trajetória de atendimentos online e de isolamento social, relata situações de dificuldades de acesso a redes móveis e, conseqüentemente, a necessidade de precisar pedir ao vizinho, se expor na rua para utilizar o Wi-Fi de locais públicos e, ainda, de precisar interromper sessões em decorrência do início de tiroteios na comunidade onde o/a paciente estava. No grupo, algumas situações similares, como a de uma pessoa que, por estar sempre voltando do trabalho no horário do grupo, já chegou a participar de dentro do metrô, com todas as interferências que isso pode causar, como instabilidades de sinal.

O Vibe também conseguiu chegar em pessoas que nunca tinham tido contato com profissionais de psicologia, no âmbito da psicoterapia, seja por não terem condições financeiras, seja por não terem pensado nisso. Ela acredita que o grupo também pode ter contribuído na

desmistificação do atendimento psicoterápico. Além disso, uma das premissas do projeto era que, a partir da observação nos dois grupos – de terça e da quinta –, fosse possível perceber integrantes que estivessem necessitando de um atendimento individual. Dessa maneira, ofereciam a possibilidade de um atendimento no esquema de três/quatro sessões para entender melhor o que estava acontecendo e traçar estratégias para ajudar. Algumas pessoas demonstravam interesse em continuar o processo psicoterapêutico e Val conta que tem pacientes desde aquela época, que chegaram através do grupo.

Lembra que, durante os encontros, sempre realizavam uma escuta atenciosa do que era trazido, para que essa própria prática de ouvir também pudesse gerar um acolhimento momentâneo, e que as pessoas que precisassem desse acompanhamento mais próximo, poderiam se enquadrar no que foi explicado no parágrafo anterior. Por essas razões, acredita que, tecnicamente, o Vibe Colorida foi um grupo de escuta terapêutica.

Em razão de ser, inicialmente, circunscrito a um projeto de extensão universitária, o grupo teve data para finalização. No entanto, ela demonstra interesse em continuar ou criar novas iniciativas, mas por questões da flexibilização sanitária e da necessidade de uma organização mais estrutural, por ora, ainda não foi pensada a volta de um grupo online.

Identificar a diferença das pessoas durante o processo, o caminho que estava sendo percorrido semanalmente e ouvir o que os/as integrantes falavam sobre o grupo, cultivavam em Val um sentimento revitalizante e uma vontade de continuar fazendo, por perceber o quanto aquele momento era importante para todos/as/es. Avalia o Vibe, então, como uma experiência de muito sucesso e que a faz se sentir muito bem em falar e por ter feito parte.

Durante toda a conversa, Val citava a importância dos *feedbacks* trazidos pelos/as integrantes do grupo e o quanto é necessário deixar isso registrado, pois esses depoimentos realmente traduzem o quanto o grupo mudou a vida de algumas pessoas. Por esse motivo, segue a transcrição de três trechos que foram lidos na conversa:

Conheci o Vibe em um momento importante da minha vida, pois saía de um relacionamento de quase 15 anos com outro homem, onde estava me recompondo, e foi justamente no Vibe que me dei conta que tinha sido um relacionamento abusivo. Isso me fez abrir os olhos, resgatar meu amor próprio e estar atento para fugir dos relacionamentos tóxicos. Além disso, conheci pessoas maravilhosas, como a Val e muitas outras do Brasil todo, que traziam histórias diferentes, mas todos nós no mesmo barco, buscando dar a volta por cima. Sou só elogios e agradecimentos por esse grupo fantástico.

Participante, 48 anos, homem cis, gay.

O Vibe Colorida chegou em minha vida sem eu nem perceber, e de repente entendi o porquê de ser colorida, pois encheu minha vida de cores. Mais do que isso, fez com que eu conhecesse uma parte de mim que sempre esteve aqui, mas eu ainda não havia encontrado. Por isso, afirmo com todas as letras que sou um antes e outro depois do Vibe. Esse último pretende um dia ser um psicólogo voltado a entender principalmente pessoas LGBTQ+. Com a ajuda do grupo, enfim, encontrei um motivo de eu estar nesse mundo. Gratidão eterna.

Participante, 32 anos, homem gay e cisgênero.

Participar do Vibe foi começar uma jornada de autoconhecimento e, ao mesmo tempo, enxergar o quanto as emocionalidades necessitam ser cuidadas. Foi uma oportunidade ímpar de dialogar sobre questões que me afetavam e pessoas que também viviam isso. Uma rede de apoio fundamental.

Participante, mulher lésbica.

Val, muito emocionada, reitera a importância de ouvir, também, as pessoas que passaram por essa intervenção, “porque senão fica parecendo que a gente tá puxando brasa para nossa sardinha, né?”.

### 5.5.2 Jul

*O Grupo de Apoio “Vibe Colorida” é uma ação do Projeto Maria e da coordenação do Oeste da Bahia e da Associação Mães pela Diversidade. Nosso objetivo é o acolhimento de pessoas LGBTQIA+ que estejam em sofrimento psíquico, para tanto serão oferecidas 30 vagas nessa primeira fase da ação e as pessoas interessadas terão de 05 à 15 de junho para fazer inscrição através do link [...]. Você não está sozinho. Faça sua inscrição e/ou divulgue.*

Trecho extraído de publicação do Instagram @julcostang.psi, 11.06.20

Jul apareceu na minha vida em 24 de setembro de 2020, através do Acolhe LGBTQ+, um projeto que conecta pessoas LGBTQ+ com profissionais de psicologia, que atuam de maneira voluntária. A partir daí, iniciamos um processo psicoterapêutico. Nossos laços foram se estreitando cada vez mais e, durante nossas sessões, eu também falava sobre as minhas vivências no mestrado, as temáticas que surgiam, inseguranças e os diversos caminhos que eu poderia trilhar.

Quando comecei a ser acompanhado por Jul, eu já fazia parte do grupo de apoio com Carol e Tiago, assunto que também era debatido nos nossos encontros semanais. Assim,

comentei sobre a possibilidade de estudar o funcionamento desses grupos online e minha aflição por não conhecer nenhum outro, Jul foi o responsável por me tranquilizar, pois ele era um dos responsáveis por mediar o Vibe Colorida, citando, ainda, a Val e o Hiago, que também faziam parte do projeto e poderiam ser potenciais interlocutores.

Daí em diante, comecei a pesquisar mais sobre a possível temática e consegui fazer um mapeamento com alguns grupos que se encaixariam nos meus critérios de inclusão. Após a aprovação na banca de qualificação, Jul já sabia que seria um dos meus interlocutores e fez a ponte para o meu contato com Val e Hiago. Assim, sem maiores cerimônias, combinamos de conversar no dia 04 de outubro de 2021, uma segunda-feira, às 20 horas.

Como de costume, utilizamos o Google Meet para o nosso diálogo. Jul estava em São Paulo e já era nossa rotina semanal os encontros online. No cenário, um fundo branco com uma luz disfarçada, ele estava mais próximo da câmera, com cabelos curtos preto, uma barba discreta, vestindo uma camisa preta e utilizando um fone de ouvido branco.

Jul é psicólogo, formou-se no final de 2012 e tem seu atendimento clínico voltado para a população LGBTQIAPN+, atuando com esse recorte desde 2009, antes de se formar. Na universidade que ele estudou, cursou disciplinas de gênero e sexualidade, que estavam incluídas na Base Comum Curricular e, também, realizou estágios voltados para essa temática, sendo um deles o estágio específico teórico-prático em clínica e sexualidades. Também atuava na prática dentro da psicologia social junto ao terceiro setor. Além de trabalhar com essa população, faz parte dela, identificando-se como pessoa trans masculina não-binária.

No que diz respeito ao atendimento virtual, conta que fez uma capacitação no Instituto de Terapia Online antes da pandemia, em 2019, pois já tinha interesse nessa possibilidade de atuação. No início de 2020, então, começou a ofertar esse tipo de atendimento, mas ressalta que a procura não era muito alta. Isso porque, “ainda não se pensava muito em terapia na modalidade virtual, poucas pessoas tinham esse conhecimento, embora fora do país já fosse uma prática bem comum e aqui já tivesse uma regulamentação do Conselho Federal de Psicologia”.

Conta que ingressou nessa modalidade de atendimento por questões pessoais, que envolvem desde a gestão de tempo, até as considerações sobre locomoção, espaço para atender e promoção de facilidade para seus clientes. Jul considera que a pandemia trouxe essa modalidade como única alternativa e, assim, houve uma mudança na opinião das pessoas, que passaram a ser mais flexíveis sobre esse modelo.

Relatos sobre diversos benefícios são trazidos, como não precisar se deslocar até o consultório, reduzindo custos e economizando tempo. Menciona que atende da casa dele, então

não tem custos adicionais, utilizando a internet que já pagaria (apesar de ter contratado um plano melhor). Investimentos pontuais foram necessários em acessórios para aprimorar a qualidade das sessões, como fones de ouvido, iluminação e preparação de um ambiente que garanta a privacidade. Avalia que foram mudanças que valeram a pena, pois o espaço virtual para atendimento psicológico está em crescimento e se popularizando, especialmente em decorrência da pandemia de COVID 19 e do isolamento social.

Partindo para a perspectiva do grupo, destaca que ele fazia parte de um projeto de extensão universitária, mas que não tem muito conhecimento sobre a parte de organização institucional, que era responsabilidade da coordenadora do projeto de extensão. Todavia, expõe a importância de contextualizar como se deu a formação orgânica.

Inicia advertindo que por mais que aconteça com frequência ideias e tentativas de suicídio entre integrantes da população LGBTQIAPN+, poucas vezes tomamos conhecimento. O suicídio de Demétrio, homem trans e negro, em 2020, no entanto, foi bastante veiculado pelas redes sociais, principalmente por ter acontecido no dia internacional de combate a LGBTfobia.

Afirma que esses acontecimentos acabaram se tornando mais expressivos por conta das precariedades resultantes da pandemia, quando grupos que já eram historicamente vulneráveis, ficaram ainda mais vulnerabilizados.

Jul diz que as discriminações aumentaram exponencialmente e, com isso, a saúde mental desses grupos ficou ainda mais fragilizada. O referido suicídio, então, mobilizou fortemente as pessoas que faziam parte do grupo de estudos que integrava o projeto de extensão e, com isso, uma parceria entre o Projeto Maria (o projeto de extensão supracitado, da UNEB) e o Mães pela Diversidade, deu origem ao Vibe Colorida.

A maior justificativa partiu dos relatos sobre a necessidade de criação de redes de acolhimento, pois os integrantes do grupo de estudos perceberam que muitas pessoas estavam experienciando momentos de solidão, e vários deles/as também se sentiam assim. Era preciso criar possibilidades para gerar identificação entre pares, um espaço seguro para compartilhamento de vivências, pois alguns estavam sobrevivendo em casa com famílias que produziam violências diárias. Essa questão estava ainda mais potencializada com o isolamento social e o afastamento das redes de apoio.

No grupo de estudos existiam profissionais de diversas áreas e, para facilitar o Vibe Colorida, psicólogos/as foram acionados/as sobre disponibilidade e interesse para atuar de maneira voluntária, considerando que o grupo foi totalmente gratuito. Nesse sentido, passou a ser facilitado por Val, Jul e Hiago, como psicólogos e mais um estagiário de psicologia, todos tendo se conhecido no grupo de estudos.

A organização era dividida entre Val e Jul nas terças e Hiago com o estagiário nas quintas. O primeiro ciclo aconteceu nos dois dias da semana, todas as semanas, tendo duração de duas horas. O segundo, por sua vez, aconteceu com reuniões apenas nas sextas, o terceiro ciclo nas quintas e depois, no quarto ciclo, os encontros voltaram para as terças.

Cada ciclo teve duração aproximada de um mês, sendo que o primeiro teve uma maior extensão temporal. Surgiu a ideia de um quinto ciclo, mas perceberam que o grupo já tinha cumprido a função pensada inicialmente e, também, estava chegando o final do ano, o que impediria uma continuidade linear. Com isso, o grupo foi encerrado.

A forma como Jul e Val facilitavam o grupo não partia de um roteiro prévio, não existia a determinação de um tema anterior. No início, perguntavam sobre o que os/as integrantes queriam debater e, assim, o encontro ia fluindo. Caso não existisse essa predisposição de um tema pelo grupo, eles poderiam trazer algum disparador, mas essa não era a regra. Com isso, o grupo ia organicamente funcionando.

Geralmente, no primeiro encontro de cada ciclo existia uma conversa sobre as expectativas acerca do grupo, Jul menciona que os/as participantes sempre tratavam sobre a questão do acolhimento, de poder conversar com outras pessoas que estivessem passando pela mesma situação, frequentar um ambiente sem julgamento e se sentir pertencente a uma rede de acolhimento e afeto.

A compreensão não era de um “grupo terapêutico” ou “atendimento em grupo”, a ideia central era de um espaço de acolhimento, onde todo mundo poderia falar e (se) ouvir, respeitando suas limitações. O termo “acolhimento”, conta Jul, parece ser mais agradável/aceitável do que o rótulo que perpassa as duas outras expressões inicialmente citadas.

Nesse sentido, percebendo que muitas pessoas estavam em casa, sem privacidade, pretendiam propiciar um espaço seguro e de acolhimento para a expressão dos sofrimentos e do cotidiano em isolamento. Como profissionais de psicologia, ele e Val mediavam os encontros, direcionando para o poder terapêutico do grupo de acolhimento. Explica que as pessoas compartilhavam o que estavam sentindo entre pares, se sentiam acolhidas, percebendo que não estavam sozinhas e, conseqüentemente, “não tem como dizer que não era um grupo terapêutico, embora não funcionasse nos moldes clássicos da terapia em grupo”.

O grupo acabou sendo construído totalmente no ambiente virtual, então o acesso ficou restrito a pessoas que tivessem, pelo menos, possibilidades de conexão. Algumas situações chamaram atenção, como a de um garoto que não tinha nenhum tipo de privacidade em casa e, assim, participava dos encontros dentro de uma salinha da igreja que frequentava, onde podia ficar à vontade. Outro integrante que chegou a participar de alguns encontros enquanto percorria

o seu trajeto para casa, no transporte público. Com isso, Jul foi percebendo que as pessoas iam construindo possibilidades de participação, a partir das limitações que estavam vivenciando.

O número de participantes oscilava entre seis e dez pessoas, sendo todos/as/es pertencentes às transidentidades e/ou heterodissidências. Pela supracitada questão do acesso à internet, arrisca dizer que não tinham participantes pobres, mas também não eram de classe média alta, eram de classe média/média baixa. Em sua maioria, estudantes de universidades públicas, existindo um certo equilíbrio, pensando de maneira binária, entre gênero masculino e feminino. Pelo viés da cisdissidência, lembra que apenas uma pessoa participou, mas não continuou por muito tempo.

Cita que não existia obrigatoriedade de as câmeras estarem ligadas ou do microfone; na verdade, algumas pessoas utilizavam a ferramenta do chat, permitida pela plataforma utilizada, que também era o Google Meet. Por esse motivo, em questão de cor e raça, sente que não é possível dar uma resposta assertiva.

Todavia, destaca que as reuniões aconteciam de forma segura, pois sempre precisavam autorizar a entrada de alguém na chamada e, no geral, eram as mesmas pessoas que participavam. Quando tinha alguém diferente, sem foto ou com nome aleatório, que eles não reconheciam, logo se comunicavam entre si e convocavam a pessoa para se apresentar, falar um pouco.

Jul lembra que no processo de formação do grupo, especificamente no preenchimento do formulário de inscrição para participantes, existia um campo para manifestar interesse em atendimento individual e justificar o porquê a pessoa gostaria de participar do grupo. A partir disso, era possível fazer uma triagem e ofereciam um acompanhamento terapêutico de quatro sessões gratuitas para essas pessoas e, depois, pensavam possíveis encaminhamentos, se necessário. Ressalta que sempre houve um olhar de cuidado em saúde mental.

A observação supramencionada também era feita na dinâmica grupal e, quando percebiam alguma situação mais delicada, entravam em contato direto com a pessoa, lembrando da possibilidade de uma atenção mais individualizada. Esse atendimento também era realizado por ele, Val e Hiago e, assim, existia uma certa limitação por questões de tempo e disponibilidade de horários, já que se também se tratava de um trabalho voluntário, como ocorria com a facilitação dos encontros.

As temáticas debatidas eram bastante variadas, situações cotidianas sobre um machismo opressor, que incomodava as mulheres que faziam parte do grupo, independente da orientação sexual e as percepções dos homens sobre essas práticas, bem como as violências sofridas no

âmbito familiar e as ressonâncias que isso estava trazendo para a saúde mental daquelas pessoas.

Uma das discussões que chamou bastante atenção de Jul foi sobre relações abusivas, mas não apenas em relações afetivo-amorosas, expandindo os debates para as relações familiares e entre amizades. Portanto, eram questões que emergiam no grupo, que estavam afligindo e impactando os/as participantes.

Facilitar o Vibe Colorida trouxe ganhos não apenas na perspectiva profissional, já que esse foi o primeiro grupo que Jul facilitou de maneira virtual. Mas também contribuiu muito com a forma como ele está passando pela pandemia, pois os encontros acionavam diversas questões nele, que não considera essa facilitação como uma relação neutra, mas que o atravessa de formas muito potentes e, por isso, ajudou/inquietou/movimentou bastante.

Ele e Val não mantinham um contato distante, na perspectiva de estar no grupo apenas como profissionais de psicologia, mas se implicavam em todo o processo. Na opinião de Jul, não teria como ser diferente, especialmente quando se trabalha com pessoas que são vulnerabilizadas, ou seja, colocadas nesse espaço de vulnerabilidade por normas sociais. Compreende que a potência causada por esse suporte, através do grupo, gera um impacto que não é possível descrever.

Além disso, o feedback que recebia das pessoas também o marcou bastante, uma vez que mencionavam sobre o quanto o grupo as fazia repensarem nos autocuidados durante a pandemia, tanto em relação à saúde mental, quanto no que diz respeito a forma como se relacionavam com outras pessoas; o sentimento de pertencimento em tempos de isolamento social e contextos familiares violentos.

Falando um pouco sobre o legado, por fim, narra que fica uma grande vontade de continuar trabalhando com grupos, inclusive, pensa em organizar um específico para pessoas cisdissidentes, pois percebe uma necessidade de criação do sentimento de comunidade entre esses indivíduos. A experiência pessoal de Jul e as observações de longas datas na clínica o fazem enxergar a vivência cisdissidente como muito solitária e, por isso, pensa na criação de um grupo de trocas. Mas relembra que atender pacientes individualmente é sua maior paixão.

### 5.5.3 Hiago

Eu e Hiago nos conhecemos através de Jul, psicólogo que também participou do projeto “Vibe Colorida”. Conversando com Jul sobre a minha pesquisa de mestrado e a minha intenção de dialogar com profissionais de psicologia, ele logo me indicou Hiago. Entrei em contato com Hiago através do Instagram e, prontamente, ele manifestou interesse e disponibilidade para conversarmos.

Combinamos, então, para o dia 20 de outubro de 2021, uma quarta-feira, às 17h30min. Ele estava no Espírito Santo e eu em Pernambuco, por isso e por conta das medidas sanitárias, nossa conversa aconteceu pelo Google Meet. Hiago estava em um ambiente com uma parede branca de fundo. Estava posicionado mais próximo da câmera, ele é negro com tonalidade de pele parda, tem cabelos curtos preto, um pequeno brinco na orelha esquerda e estava vestindo uma camisa verde.

Hiago é psicólogo relacional sistêmico, vinculado ao CRP do Espírito Santo, atua em instituições de aprendizagem profissional, com uma clínica mais voltada para inclusão da diversidade. Nesse contexto, geralmente trabalha com questões de negritude, de diversidade sexual e de gênero e, também, pessoas com deficiência. Para isso, percebe que é necessário pensar as demandas psicológicas, sociais e de classe que atravessam esses recortes e suas implicações no adoecimento psíquico.

Menciona que terminou o curso no final de 2019 e colou grau no início de 2020, quando também deu entrada no CRP, pois já queria começar a atuar profissionalmente. Em fevereiro sublocou um espaço e estava com alguns clientes, no entanto, em março a pandemia assolou o Brasil de maneira drástica, impondo o isolamento social e, assim, precisou parar todos os atendimentos presenciais. Lembra da frustração que sentiu e, também, que até o momento da nossa conversa não tinha conseguido retomar presencialmente.

A ideia inicial de Hiago era atender apenas presencialmente, todavia, encontrava-se em uma imersão no cenário remoto e, assim, também começou a realizar atendimentos online. Conta que, atualmente, se tiver demanda para atendimento presencial e observando as condições sanitárias, ele sublocaria novamente um espaço. Todavia, não vê problemas em continuar apenas no online, confessando que é até um pouco mais confortável, por ora.

Durante esse processo de tornar todas as atividades online, ele participou de um grupo de estudos sobre diversidade sexual, organizado pela UNEB, cadastrado institucionalmente como projeto de extensão. O material utilizado para as discussões foi produzido pelo Conselho

Regional de Psicologia de Minas Gerais, em 2019, intitulado “PSICOLOGIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: saberes em diálogo”, com 296 páginas.

Afirma que essa foi uma experiência que agregou bastante, pois ele realizou uma releitura do texto com a presença de pessoas com formações diversas e, também, com estudantes. Vivências eram compartilhadas pelas pessoas da própria comunidade, o que ampliava as potencialidades de um texto teórico. Pontua que uma de suas preocupações durante toda essa trajetória sempre foi pensar além do técnico, da teoria, mas nas demandas e manejos práticos, nas intervenções, o que foi possibilitado pelo projeto.

A partir das inquietações e ressonâncias desse grupo de estudos, bem como dos relatos levados pelos/as participantes, surgiu a ideia da criação do Vibe Colorida, justamente para levar esses conhecimentos construídos para uma prática vivencial. A ideia foi da Luciana, a coordenadora do projeto de extensão.

O suicídio de um homem trans negro, que ocorreu no dia internacional de combate a LGBTfobia, abalou todas as pessoas que estavam envolvidas naquele projeto, criando um movimento de muita dor nos encontros, pois as temáticas tratavam diretamente sobre esses possíveis atravessamentos.

Esse acontecimento foi disparador para a criação do Vibe Colorida, que tinha o objetivo de acolhimento terapêutico e atendimento ao público LGBTQIA+. Dentre as pessoas que participavam do projeto de extensão, as que tinham formação em psicologia foram acionadas para conduzir o Vibe Colorida. Pontua que havia um trabalho de divulgação, de levantamento de dados do formulário de inscrição, de organização do logotipo, dentre outros, que eram realizados por profissionais de outras áreas.

O Vibe Colorida se dividia em dois dias por semana, terças e quintas, no horário noturno. As terças eram conduzidas por Val e Jul e as quintas por Hiago, que compartilhou com um estudante de psicologia o primeiro ciclo (foram dois).

Detalhando um pouco mais, aponta que a proposta do grupo de acolhimento terapêutico estava baseada no princípio não apenas de acolher, mas de emancipar as pessoas que faziam parte do grupo para que elas pudessem retomar as vivências, dentro do possível, lidar com os conflitos em tempos (e por conta) da pandemia. Arrisca generalizar que, em 2020, todo mundo passou por pelo menos algum tipo de perda, seja ela simbólica ou real e lidar com tudo isso pode ser algo muito difícil, então utilizando a estratégia de compartilhar vivências promove trocas e, por conseguinte, essas trocas fortalecem os/as participantes.

Recorda que estava em um grupo muito heterogêneo e, por isso, as situações e lugares de experiências eram muito distintas. Teve essa percepção desde o primeiro encontro e atribui

isso ao fato de ser psicólogo relacional sistêmico, ou seja, desde o início ele buscou fazer um levantamento para conhecer quem estava participando e possíveis padrões de funcionamento. O objetivo deste exercício, ele explica, é “trazer a consciência para promover aprendizagens e despertar os integrantes que, assim, podem desenvolver a autonomia necessária para gerar mudanças”. Ter o olhar aguçado e realizar esse exercício deve ser um ato contínuo.

Analisando a supracitada diversidade de situações e de lugares de experiências, Hiago percebeu que seria interessante levar para o grupo algo que pudesse ser um disparador nos encontros e, a partir disso, “pensar as discussões, conduzir o grupo e manejar aquilo que eles estavam trazendo”. Esses disparadores poderiam ser poesias, músicas, recortes de notícias que estavam em alta.

Outra forma de funcionar, como uma alternativa a utilização de temas disparadores, era quando os desdobramentos/demandas de um encontro eram muito complexos. Nesses casos, no encontro seguinte era dada continuidade ao que estava sendo trabalhado, sem precisar de um novo disparador. A técnica de trazer algum artifício para iniciar o encontro acontecia quando não existiam pontos de desdobramentos do anterior.

Independentemente de como o encontro começava, as conversas fluíam, as angústias começavam a ser levadas e, com isso, também promoviam acolhimento para outras pessoas. Hiago acredita que a dinâmica grupal também tem essa potencialidade, na medida que “quando você escuta o outro e você acolhe o que está ouvindo, você tá retroalimentando nesse grupo essa possibilidade de se auto apoiar, de se alavancar”. Então ele sempre levava essa preocupação com tratar sobre as angústias, mas mais do que isso, acerca do compartilhamento de quais estratégias cada um/a está usando e como o grupo pode aprender com isso.

Afirma que essa prática ampliou um leque de possibilidades dentro da abordagem teórica que ele segue. Isso porque, reconhecer padrões de funcionamento de diferentes contextos dentro de um grupo terapêutico foi uma oportunidade bastante desafiadora, mas muito gratificante e enriquecedora, pessoal e profissionalmente.

Confessa, também, que facilitar o Vibe Colorida o encorajou para que continuasse com o atendimento online. Adverte, por outro lado, que esse tipo de preparação para trabalhar no contexto remoto não é (ou pelo menos não era) realizado no contexto universitário da graduação em psicologia e, portanto, a prática e o grupo de estudos foram de extrema importância, pois através desses movimentos ele foi “encorajando, tomando mais profissionalismo para fazer o atendimento online, porque às vezes a gente não tem esse conhecimento”.

Sobre as temáticas, ressalta que nem sempre tratavam diretamente sobre gênero e/ou sexualidade, mas os desdobramentos iam por esse caminho. Exemplifica que um dos temas

disparadores foi “A coragem de ser imperfeito”. A partir da proposição, cada um compartilhava aquilo que tivesse vontade. No final, Hiago avalia que esse movimento de se mostrar vulnerável demonstra um imenso nível de coragem, tudo isso em um grupo com pessoas de fora de seu contexto de realidade.

Ainda sobre a situação supracitada, pondera que a nossa sociedade cobra essa explanação da perfeição, então ouvir sobre as imperfeições de outros/as e aceita-las, também pode gerar um movimento de autoaceitação, implicando no reconhecimento da sua humanidade e de permitir que outras pessoas também o/a enxerguem assim, como realmente você é.

Por outro lado, trouxe também “A coragem de ser único” como último tema do ciclo. Com isso, muitas histórias sobre como aquilo que, inicialmente, tinham colocado como “imperfeição”, também apareceu como elemento no que os/as tornavam únicos, rompendo com vários apagamentos e ressignificando algumas questões. Esses movimentos dentro da dinâmica grupal foram avaliados por Hiago como muito potentes para possibilitar esse acolhimento terapêutico.

Acerca do papel que ele exercia no grupo, sinaliza que, institucionalmente, eram chamados de coordenadores. Contudo, prefere o termo “facilitador de grupos”. Isso porque, enxerga que alguns dos movimentos do grupo também o atravessaram, como as discussões citadas nos parágrafos acima. Dessa maneira, considera que não exerce a função de coordenador, mas de alguém que facilita o processo com as pessoas que estão naquele movimento junto com ele. As estratégias de tomada de consciência não acontecem apenas com os/as integrantes, mas também com quem está facilitando.

Por se identificar como facilitador e se envolver nas discussões e dinâmicas, relata que passou por algumas situações de temas que o tocaram profundamente, sendo inquietante trabalhá-los. Mas aprendeu que, no contexto de grupo, o falar dele também era terapêutico não apenas para os/as outros/as, mas para ele mesmo. Assim como a fala das outras pessoas também o atravessavam e, nesse sentido, ele acredita que essa troca foi responsável por fazer o grupo funcionar da maneira que aconteceu.

Essas trocas e processos de reconhecimento no/a outro/a (apesar de todas as idiosincrasias, considerando diferentes histórias de vida e marcadores pessoais/sociais), promovem um efeito de identificação e fortalecimento. Esses, por sua vez, perpassavam os objetivos do projeto, pois além de acolher, também existia a preocupação com esse fortalecimento individual para lidar com as particularidades de cada um/a. Uma vez que quando o momento síncrono do grupo acabava, todo mundo voltava para a sua própria realidade, para

as vivências com suas famílias, então esse fortalecimento estava no âmbito de amparar os/as integrantes para lidar com os sistemas fora do grupo.

Como o grupo era muito heterogêneo, Hiago lembra de participantes que já eram casados e tinham maior liberdade para participar, mas também de outros/as que as famílias não sabiam ou sabiam e criavam conflitos e resistência. Exemplifica com três casos que o marcaram: o primeiro, para resguardar sua própria energia e integridade física, pois estava imerso no contexto de uma família bastante conservadora e homofóbica, participava dos encontros no quintal de casa; o segundo, uma menina que ficava no quarto, mas a família não sabia que ela participava do grupo, então ela sempre utilizava fones de ouvido e evitava falar muito e, por fim, o terceiro, era de uma pessoa que precisou voltar a morar na casa dos pais e, para além dos desafios na participação dos encontros, “escolheu” não investir sua energia em conflitos dentro do próprio contexto familiar, onde estava em isolamento e, para isso, deixou de pintar as unhas, passou a utilizar um corte de cabelo com uma expressão de gênero masculino, coisas que expressou ter grande relevância no seu cotidiano.

No último caso, Hiago cita que algumas falas o marcaram muito, pois a pessoa afirmava que iria focar em coisas que pudessem fazê-la bem, mesmo naquele contexto adoecedor, então citou a expressão “criar rasgos”, que seria basicamente pensar e praticar transgressões em ambientes que não nos fazem bem, mas que obrigatoriamente estamos habitando. Hiago afirma que essa fala o mobilizou de diversas maneiras e o fez pensar não apenas no contexto familiar, mas também nas demandas que aparecem nas instituições que ele trabalha e acerca da importância de conversar com essas pessoas sobre “criar rasgos”.

Acredita veementemente na potência do trabalho de escuta e fala que o Vibe Colorida promoveu. O fato de a pandemia ter assolado significativamente muitas pessoas, gerando situações de insegurança e medo e, de maneiras específicas, pessoas LGBT, o fez perceber a relevância deste trabalho de acolhimento. Destaca a importância da criação de espaços análogos, onde pessoas possam compartilhar vivências e construir relações, pois ouviu diversas vezes que o grupo funcionava como um fator de proteção. E, ainda, experienciou a criação de redes de apoio composta por pessoas que não se conheciam antes do grupo, mas que passaram a ser amigos/as e se relacionar no cenário exterior do promovido de maneira síncrona.

Caracteriza que as pessoas que participavam faziam parte de um “público flutuante”, ou seja, apesar de geralmente ter os mesmos integrantes, algumas pessoas apareciam e outras surgiam esporadicamente. Como não existia um requisito com relação a frequência, as pessoas que integravam o grupo poderiam participar quando quisessem. Dessa maneira, alguns apareciam em um encontro e, posteriormente, voltavam depois de dois encontros. Como na

maioria das vezes o desenrolar da dinâmica grupal partia do disparador, Hiago avalia que essa questão não prejudicava a proposta do projeto.

Relata que no primeiro ciclo teve uma adesão maior, atingindo entre 8 e 14 pessoas. O segundo, por sua vez, teve um intervalo aproximado de 5 a 9 pessoas. A maioria ficava com a câmera desligada e essa não era uma exigência pré-estabelecida, mas Hiago sempre ficava com a dele ligada e deixava a tela no modelo de ver todas as pessoas que estivessem na chamada. Ressalta que o contexto onde a pessoa está inserida pode ser uma variável importante para estabelecer essa dinâmica de câmeras, sendo mais confortável para manter aberta quando está em um ambiente seguro e/ou convivendo com sua rede de apoio, o que não era o caso de grande parte daqueles/as que frequentavam o grupo.

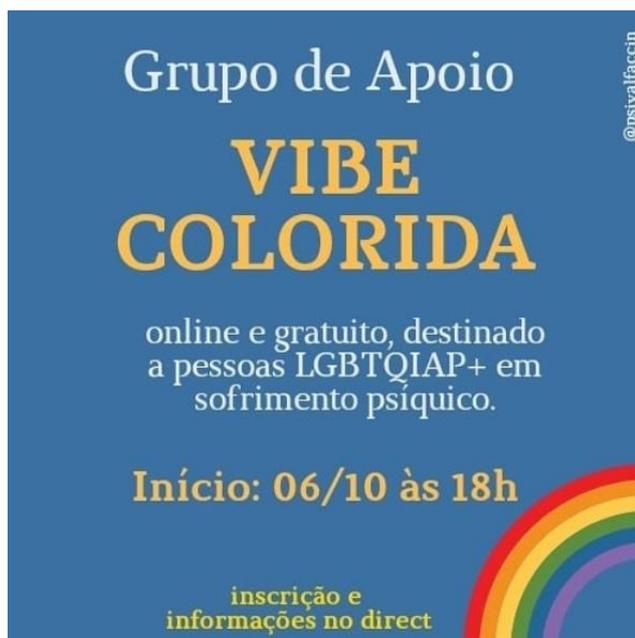
Lembra de um participante do grupo que estava passando por um intenso conflito existencial e, por isso, realizou quatro atendimentos com ele e depois continuaram na perspectiva da psicoterapia individual. Esse era um cuidado já previamente pensado durante a elaboração do projeto. A partir do formulário de inscrição, existia um campo “para que você está buscando o acolhimento em grupo” e, a partir disso, já conseguiam ter uma visualização inicial sobre quem potencialmente precisaria de atendimento individual. Por outro lado, essa necessidade também poderia ser identificada durante o grupo.

Hiago diz que se sentiu muito contemplado com o trabalho realizado. Durante a graduação, participou de projetos de extensão na área de inclusão e diversidade, sempre se considerou uma pessoa que buscava acolher, prestar escuta, zelar por um espaço coletivo. Participar da execução do Vibe Colorida, então, foi de extrema importância para que ele percebesse que, de fato, sua atuação deve enveredar por esse caminho, alinhando seus anseios pessoais e profissionais.

Esses movimentos do Vibe Colorida fizeram Hiago perceber a necessidade dele de se preparar para promover o atendimento que preconiza. Por isso, resolveu fazer aulas de libras, pois entende que pode ser necessário para realizar um atendimento inclusivo. Conta que, atualmente, se o psicólogo não sabe se comunicar através de Libras, é necessário a presença de um intérprete, o que pode gerar uma situação desconfortável. Percebendo essa demanda, já começou a trabalhar nela.

Sobre o grupo, narra que os dois ciclos terminaram no final do ano 2020. Nesse cenário, ficou uma incerteza sobre a possível volta. Com novos projetos e demandas surgindo, além do caráter institucional do grupo (vinculado à UNEB), não viram tanta oportunidade em dar continuidade, então após a finalização do segundo ciclo, o grupo não foi retomado.

**Figura 10** – *Post* de divulgação do Vibe Colorida



Fonte: @psivalfaccin

**Figura 11** – *Post* de divulgação do Vibe Colorida



Fonte: @julcostang.psi

## **6 LINHAS, CURVAS E SOMBRAS: VIAGENS E CAMINHOS PARA UMA DIMENSÃO REFLEXIVA**

Neste capítulo, nossa intenção não é trazer conclusões e ideias acabadas, mas abrir caminhos para novas (ou simplesmente outras) viagens acerca das múltiplas possibilidades constantes nos elementos das narrativas, a partir de exercícios reflexivos, ou seja, sobre os processos de deslocamentos causados pelos diálogos durante essa trajetória inicial. Isso porque, conforme assumimos na parte metodológica, trata-se de uma pesquisa de abordagem exploratória, ou seja, o fazer pesquisa enquanto os fenômenos acontecem e continuam em constantes atualizações.

Dessa maneira, buscamos alinhar as aproximações e distanciamentos presentes nas narrativas coproduzidas, bem como estabelecer diálogos com as produções científicas sobre as temáticas escolhidas para aprofundamento. Nesse sentido, novos estudos foram incorporados, considerando que suas publicações foram acontecendo progressivamente, após o nosso exercício da revisão de literatura como caminho para a construção da problemática ora debatida. Por entendermos as narrativas como textos híbridos, também estamos dialogando diretamente.

De acordo com Muylaert, Sarubbi Jr., Rolim Neto e Reis (2014),

o estudo qualitativo por meio das narrativas permite capturar as tensões do campo, de maneira que as ressonâncias e dissonâncias de sentidos que emergem pelas falas, sejam problematizadas a partir do encadeamento das falas que constitui a trama em que relatos biográficos e fatos vivenciados se entrelaçam. As narrativas permitem ir além da transmissão de informações ou conteúdo, fazendo com que a experiência seja revelada, o que envolve aspectos fundamentais para compreensão tanto do sujeito entrevistado individualmente, como do contexto em que está inserido (p. 198).

Nessa perspectiva, as nossas tentativas de estabelecer conexões entre os textos híbridos e os deslocamentos produzidos a partir deles estão ancoradas nos objetivos anteriormente apresentados, que também foram reconstruídos após o reconhecimento e vivência prática de todas essas movimentações.

Balash e Montenegro (2003) coadunam com essa visão, entendendo que as narrativas coproduzidas se conectam com os outros textos, principalmente desde onde os/as pesquisadores/as estão situados, corroborando o sentido epistemológico dessa abordagem. Acrescentam, ainda, que mediante a elaboração das produções narrativas é possível produzir diferentes efeitos em múltiplos campos, principalmente a partir da identificação de contrastes e semelhanças dos diferentes relatos sobre o fenômeno estudado.

Entendemos, também, que ao dar luz a determinados aspectos, outros não são evidenciados, ou seja, tornam-se sombras. Isso não significa dizer que não estão ou estariam presentes em outras possibilidades dialógicas, mas que talvez não tenham aparecido com tanta evidência nos textos híbridos que foram produzidos. Nessa direção, Muylaert, Sarubbi Jr., Rolim Neto e Reis (2014) afirmam que “nas entrevistas narrativas se considera que nossa memória é seletiva, lembramos daquilo que ‘podemos’ e alguns eventos são esquecidos deliberadamente ou inconscientemente” (p. 195).

Para tornar possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças e inquietações, optamos por explorar “linhas, curvas e sombras”, na tentativa de, respectivamente, encontrar nos entrelaçamentos (1) aspectos comuns, conexões, alinhamentos; (2) caminhos distintos, desvios, diferenças e (3) não ditos, espaços de tensionamento.

Após inúmeros movimentos e leituras dos textos narrativos, considerando as nossas possibilidades e limitações, optamos por tecer considerações acerca da produção de sentidos sobre saúde mental da população LGBT em tempos de pandemia e a expansão dos atendimentos online, bem como acerca da atenção psicológica em rede, considerando os grupos online como categoria de análise.

Reafirmamos, assim como colocado na revisão de literatura, que aqui não objetivamos colocar pontos finais. Não seria possível (e nem a nossa intenção) esgotar as possibilidades de discussão, mas apresentar indícios iniciais de como essa trajetória nos impactou. Além disso, incentivar e abrir espaços para novas discussões.

## **6.1 Produção de sentidos sobre saúde mental da população LGBT em tempos de pandemia**

Considerando que mesmo antes da pandemia as pessoas LGBT sofriam violações de direitos, violências e mortes (DUARTE, 2020) e, também, eram mais propensas ao desenvolvimento de depressão, ansiedade, suicídio e uso de substâncias psicoativas (RUSSELL; FISH, 2016), nos preocupa os possíveis impactos dessa crise sanitária na saúde mental desses indivíduos. Isso porque, diversas medidas foram impostas (inclusive, algumas, legalmente), como o distanciamento social, suspensão das aulas presenciais em escolas e universidades, a volta para a casa de familiares ou mudanças de casa/lar, questões econômicas, afastamento das redes de pares/apoio, dentre outras.

Elementos análogos aos supracitados foram trazidos e explorados nas coproduções. As oito narrativas foram costuradas a partir de uma linha comum que fazia alusão, como Jul afirmou, ao processo de acentuar as desigualdades já existentes, ou seja, a pandemia tornou

mais expressiva as precariedades resultantes de vidas em condições de vulnerabilidade, como ocorre com a população LGBT.

No que diz respeito à saúde mental, não poderia ser diferente. Alinhamentos são traçados, nesse escopo, para apontar que a complexidade da pandemia não atingiu as pessoas da mesma forma. Identificamos nas narrativas repetitivas conexões nas preocupações em razão do agravamento que o isolamento social potencializou nessas diferentes dinâmicas de vida, especialmente com pessoas dissidentes de gênero e/ou sexualidade. As incertezas e a falta de perspectiva de futuro são apontadas dentro desse cenário, revelando fatores estressores específicos.

Estudos recentes indicam que os jovens LGBT podem sofrer mais impactos negativos na saúde mental quando inseridos nesse contexto (GREEN; PRICE-FEENEY; DORISON, 2020). Jessica Fish *et al.* (2020) explicam que essa população experiencia, simultaneamente, fatores estressores universais e fatores estressores específicos, que são os decorrentes unicamente da identificação como LGBT.

Marco Duarte (2020) alerta que, nesse cenário, “a LGBTQfobia, por ser socialmente construída, vem se expressando radicalmente nas suas mais diversas formas de preconceito, discriminação, estigmatização, intolerância, segregação, isolamento, abandono e desproteção.” (p. 4). A pandemia da COVID-19 escancarou, ainda mais, as desigualdades sociais e de saúde na sociedade, introduzindo novas preocupações e violências (FISH *et al.*, 2020; GREEN; PRICE-FEENEY; DORISON, 2020).

As inquietações iniciais sobre essas temáticas parecem partir da dimensão pessoal, pois os/as interlocutores/as, em sua maioria, se identificam como LGBT. Aquela que diretamente não se identificou, tem uma significativa jornada de ativismo e estudos no campo da psicologia sobre essas temáticas, contando o quanto isso também a afetou.

Dessa maneira, os atravessamentos de passar pela pandemia sendo LGBT e sentir os impactos na própria saúde mental mobilizaram esses/as profissionais a atuar com foco na promoção de cuidados psicológicos para essa população, em uma perspectiva ampla. Essa linha se desenrola na medida em que Tiago, João, Carol, Manô e Hiago, por exemplo, descrevem a hipótese de que outras pessoas poderiam estar passando pelos mesmos sofrimentos. Essa hipótese é ratificada a partir do relato de terceiros, pessoas que eles/as conheciam.

As publicações midiáticas são responsáveis por fundamentar essas ideias nas narrativas. Assim como no quadro 10 que nós elaboramos, os/as interlocutores/as citam o quanto essas matérias e reportagens trouxeram inquietações e vontade de agir de alguma forma, especialmente as notícias sobre a intensificação do sofrimento psíquico de pessoas LGBT e,

para Val, o bombardeio sobre as relações em contextos familiares. Nesse traçado, curvas são identificadas na dualidade entre o sentimento de insegurança para atuação daqueles que nunca tinham se aventurado no contexto remoto e a atuação anterior de outros/as profissionais.

Acerca das questões midiáticas, Hiago e Jul referem o quanto o suicídio de Demétrio, homem trans negro, impactou na saúde mental da comunidade, em geral. Além de todos os dispositivos acionados pelo fato em si e por ter sido bastante veiculado pela mídia, ocorreu no dia internacional de combate à LGBTfobia, acarretando um simbolismo muito forte nesse dia de luta. Os impactos desse acontecimento repercutiram bastante no grupo de estudos que eles frequentavam, gerando um movimento de muita dor.

Detalhando a convivência em contextos familiares e considerando que a pandemia de COVID-19 impôs o isolamento social que, para muitos, significou a volta para casa, compartilhamos com Carol a ideia de que grande parte das violências são sofridas nesse ambiente. Com essa necessidade, situações de opressão familiar foram relatadas de maneira bastante recorrente nos plantões psicológicos que Tiago ofertou. A partir dessas mesmas observações, Val conta que iniciou um movimento de oferecer sessões gratuitas, buscando atingir esse público LGBT que estava trancado em casa e sem poder voltar a sua rotina e suas redes de apoio.

O enfraquecimento das redes supracitadas, inclusive, não foi uma linha coadjuvante. Tomou protagonismo quando se falava nas condições do parágrafo anterior. Manô amplia a ideia do apoio para, também, as redes de afeto, levando em consideração o distanciamento físico dos/as amigos/as, da família escolhida e também das pessoas com quem eram mantidas relações amorosas, afetivas e sexuais, por exemplo. Tiago relembra as potencialidades do acolhimento nas teias acadêmicas, ou seja, o quanto professores/as também podem apoiar pessoas LGBT em seus múltiplos processos.

Nesse sentido, ainda, Jul contou relatos que ouvia sobre a necessidade de criação de redes de acolhimento para tentar promover saúde mental. Isso porque, alguns/mas integrantes do grupo de estudos que ele fazia parte traziam situações de experiências de solidão, que rapidamente fazia com que outras pessoas se identificassem.

Um aspecto importante que tangencia essa argumentação, na nossa ideia de curva, está presente na narrativa com João. Ele, por sua vez, não aborda relatos de terceiros, mas conta sua própria experiência, sua trajetória no processo de se entender como não binário e o sentimento de não pertencimento, de não identificação e de se sentir sozinho. Todos esses, acionados pelo afastamento da sua rede de apoio, causando um intenso sofrimento mental.

É inegável que as narrativas dialogam bastante sobre esses fatores que impactaram negativamente a saúde mental da população LGBT, especificamente no contexto da pandemia de COVID-19, desde as vivências e experiências pessoais com o isolamento social, as opressões familiares, o afastamento da rede de apoio. Enfim, a exponencial potencialização de todos os processos de marginalização que perpassam a existência LGBT no Brasil.

Para entender melhor a realidade específica do Brasil, o coletivo #VoteLGBT lançou uma pesquisa quantitativa e nacional, que foi posteriormente somada a um estudo qualitativo da agência de pesquisa Box1824. A pesquisa foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020 e contou com uma amostra composta por 9.521 indivíduos das 5 regiões brasileiras.

O relatório de divulgação aponta que o maior impacto indicado pelos participantes está relacionado às questões que envolvem a saúde mental (42,72%), as novas regras de convívio (16,58% - que, mesmo estando em segundo lugar, quantitativamente representa menos da metade dos impactos relatados na saúde mental), seguidos da solidão (11,74%), convívio familiar (10,91%), falta de dinheiro (10,62%), falta de trabalho (7,0%) e terapia hormonal (0,30%) (VOTE LGBT & BOX 1824, 2020). Sendo esses últimos fatores também considerados estressores e vinculados à saúde mental. Indicadores esses que apareceram como aspectos de conexão construídos nas narrativas com os/as profissionais de psicologia.

A pesquisa citada elencou como os três maiores impactos da pandemia na população LGBT a (1) piora na saúde mental; (2) afastamento da rede de apoio e (3) falta de fonte de renda. Dentre as pessoas LGBT pesquisadas, 54% afirmaram precisar de apoio psicológico (VOTE LGBT & BOX 1824, 2020).

Ainda no cenário brasileiro, o relatório de dados preliminares da pesquisa sobre “redes de apoio social e saúde psicológica em jovens LGBT+ durante a pandemia de COVID-19”, organizada por Elder Cerqueira-Santos, Mozer Ramos & Jorge Gato (2020), ratifica os dados já expostos. Essa, por sua vez, foi realizado com 926 pessoas LGBT+, entre os 18 e os 32 anos. Os resultados preliminares indicam que mais de 85% dessa amostra foram bastante afetados emocionalmente.

Preocupada com essa situação, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 17 de abril de 2020, expediu orientações para alertar os países dos riscos específicos da crise do novo coronavírus para esta comunidade, a partir da seção especial intitulada “COVID-19 e os Direitos Humanos das Pessoas LGBTI”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup>[https://www.ohchr.org/Documents/Issues/LGBT/LGBTIpeople.pdf?fbclid=IwAR3te1zcuUJK62n5u\\_tzyYzwwvGPrdeNxbu9\\_pL1K6huA0bLrapdWjntQUg](https://www.ohchr.org/Documents/Issues/LGBT/LGBTIpeople.pdf?fbclid=IwAR3te1zcuUJK62n5u_tzyYzwwvGPrdeNxbu9_pL1K6huA0bLrapdWjntQUg) (Acesso em 25 nov. 2020)

O cenário político que o Brasil está imerso passando pela pandemia, não apareceu em evidência nos textos narrativos. Notoriamente sabemos o quanto o governo Bolsonaro contribuiu para que todas essas situações fossem potencializadas. O descaso com a saúde, desde as (não) políticas de prevenção e combate ao coronavírus, mas também as de assistência social, econômica e educacional, por exemplo. As *Fake News* e os movimentos antivacinas, presentes nas falas públicas de Bolsonaro e nos seus posicionamentos nas redes sociais, só ratificavam a negligência no cuidado com o povo brasileiro.

Esse aspecto, de fato, não se tornou uma sombra apenas nas narrativas, mas em todo o escopo dessa dissertação. Reconhecemos que, apesar de crucial, não exploramos os desdobramentos do governo Bolsonaro e do bolsonarismo no Brasil no manejo das políticas de saúde mental, por exemplo, durante a pandemia.

Mário, todavia, teve a percepção dos impactos do governo Bolsonaro na saúde mental da população LGBT, mesmo antes da pandemia, desde sua eleição. Esse foi o motivo pelo qual ele investiu na criação do “Vozes e Cores”, reconhecendo que a eleição já afetou significativamente a nossa saúde mental e, em adicional, concomitante com a pandemia, a gravidade dessa problemática só cresceu.

Apesar do grupo ter surgido a partir de relatos coletivos de seus alunos LGBT sobre os estados de sofrimento psíquico, quadros de ansiedade, medo de sair de casa e também das notícias na mídia sobre agressões motivadas por LGBTfobia, consolidadas pela eleição de Bolsonaro, ele afirma que após a pandemia essa realidade de caos na saúde mental teve maior evidência no campo da psicologia.

## **6.2 Demandas contínuas e cenários desordenados: a expansão dos atendimentos online**

Neste subtópico, pretendemos dialogar com as questões que envolvem a atenção psicológica online a partir das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Isso porque, as demandas em saúde mental para a população LGBT não apenas continuaram, mas cresceram e tomaram novas formas, como debatemos no subtópico anterior. Sendo necessário, portanto, atualizações no campo da psicologia, considerando o massivo crescimento dos atendimentos na modalidade remota.

Como fator de convergência nas narrativas apresentadas, foi possível enxergar linearidades com relação ao reconhecimento das facilidades que o atendimento online pode acarretar para a população em geral, inclusive a LGBT. Nesse sentido, Jul menciona as questões que envolvem a gestão de tempo, locomoção para o ambiente do consultório por parte do/a

paciente e do/a profissional de psicologia, assim como a própria existência de um local físico para atendimento.

Tudo isso contribui para uma significativa redução de custos, apontada por Tiago como fator que viabilizou a sua volta para a atuação no contexto clínico. A utilização de recursos que foram necessários no contexto de adaptação para a vida em isolamento, como fones de ouvido, máquinas mais eficientes e câmeras proporcionou a expansão dos atendimentos online.

Essa linha também foi relatada por João, que já atendia de maneira remota antes da pandemia e, por isso, apesar das amplas perdas no consultório presencial, não precisou de grandes investimentos financeiros para reconstruir seu campo de atuação. Essa diminuição exponencial também está presente em vários outros relatos.

Na perspectiva mencionada, inclusive, chama atenção a quantidade de profissionais que, em certa medida, já atendiam de maneira remota antes da pandemia: João, Mário, Val e Jul. Hiago e Manô, por outro lado, concluíram a graduação no início da pandemia e, assim, não tiveram muitas escolhas. Esse é um fator importante, pois Hiago conta que tinha uma grande expectativa para o atendimento presencial, já tendo organizado o seu espaço e agenda; com a pandemia, no entanto, precisou se adaptar.

Todavia, apesar de Val realizar atendimentos online, ela menciona que a maioria desses pacientes vivem fora do Brasil. No contexto nacional, a maioria dos pacientes eram atendidos presencialmente. Com as implicações da COVID-19, conta que poucos pacientes aderiram ao online, acreditando que não foi por falta de vontade, mas pelas próprias condições do isolamento e da falta de privacidade.

Em outro sentido, Jul argumenta que o atendimento remoto sempre teve baixíssima adesão, mas que a pandemia e todas as suas ressonâncias que ajudaram a disseminar essa possibilidade de cuidado. Na verdade, como única alternativa. Assim, tanto a população em geral, como os/as próprios/as psicólogos/as começaram a perceber as diversas potencialidades.

Dessa maneira, apesar da identificação de alguns percalços, os/as/es oito profissionais, durante os diálogos, reconheceram benefícios no trabalho remoto. Mário declara que nunca teve receio com essa modalidade. Manô afirma que o movimento online tem sido bastante interessante. Ela e Val, além do mais, atendem pacientes que não estão no Brasil, justamente pelas possibilidades que as TICs forneceram.

Jul parece que já vislumbrava a probabilidade de expansão dessa forma de atuação e, com isso, antes da pandemia, buscou realizar capacitações para o atendimento online. Esse aspecto não foi evidenciado em outras narrativas. Pouco foi explorado sobre questões técnicas de treinamento e capacitação para essa brusca mudança. Além disso, apesar da ampla atuação

e atualização de normas do Conselho Federal de Psicologia, nenhum desses aspectos foi evidenciado.

O Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP nº 04/2020, que “dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TICs) durante a pandemia do COVID-19”, flexibilizando a atuação de forma remota, mas reforçando a necessidade de observação do Código de Ética profissional e, também, o cadastro no *e-Psi*.

A Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) reforçou, na seção de “Enfrentamento COVID-19<sup>17</sup>”, que:

A pandemia parece ter sido um catalisador da revolução digital no campo da Psicologia, impondo a muitos profissionais a necessidade imediata de atuação por meio das TICs. [...] Os psicólogos devem priorizar ao máximo os atendimentos na modalidade on-line, resguardando as condições de sigilo, privacidade e segurança das informações. Deve-se suspender os atendimentos presenciais em casos eletivos, uma vez que o trânsito de profissionais e pacientes/clientes pode ser um vetor de proliferação do vírus. As consultas on-line, principalmente por meio de vídeo, oferecem uma alternativa viável para oferecer serviços psicológicos à distância. A maioria dos psicólogos ainda prefere o contato pessoal com seus clientes. Contudo, para proteger não apenas sua própria saúde, mas também a de quem busca sua assistência e a sociedade como um todo, as alternativas remotas devem ser exploradas o máximo possível. (SBP, 2020, p. 3 e 4).

A partir desse cenário, Diego Viana (2020) aponta que a busca por atendimentos online cresceu tanto na esfera pública quanto na dimensão dos serviços privados. No escopo mais circunscrito da pesquisa, Carol trouxe essa preocupação, afirmando que os espaços de cuidado para pessoas LGBT foram bruscamente retirados, pois além de já existir uma grande vulnerabilidade, são precárias as formas de acesso, potencializados com a escassez geral dos serviços públicos disponíveis.

Viana (2020) explana, ainda, que, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região<sup>18</sup> (CRP 03 - Bahia), a demanda pelo cadastro na plataforma *e-Psi* aumentou 800% durante o início do período pandêmico do coronavírus.

Em conformidade com as informações supracitadas, Lucas Oliveira (2020) expõe

<sup>17</sup> Disponível em:

[http://www.sbponline.org.br/arquivos/To%CC%81pico\\_5\\_Tudo\\_em\\_um\\_documento\\_s%C3%B3\\_atendimento\\_online\\_volunt%C3%A1rio\\_presencial\\_e\\_hospitalar\\_durante\\_a\\_COVID-19.pdf](http://www.sbponline.org.br/arquivos/To%CC%81pico_5_Tudo_em_um_documento_s%C3%B3_atendimento_online_volunt%C3%A1rio_presencial_e_hospitalar_durante_a_COVID-19.pdf) (Acesso em 13 fev. 2021)

<sup>18</sup> Íntegra da matéria disponível em: <https://www.crp03.org.br/e-psi-conselho-federal-de-psicologia-disponibiliza-sistema-de-atualizacao-cadastral-para-psicologas-com-endereco-de-e-mail-desatualizado-ou-nao-cadastrado/> (Acesso em 17 fev. 2021).

matéria do jornal *Correio Braziliense*<sup>19</sup> informando que o Conselho Federal de Psicologia “registrou, somente entre março e abril, 51.747 novos pedidos para que psicólogos trabalhem virtualmente, sendo esse número superior a todas as solicitações já feitas na história” (OLIVEIRA, 2020, p. 12).

Todos/as/es os/as/es profissionais entrevistados/as/es, quando questionados/as/es, afirmaram ter cadastro no *e-Psi*, mas não foi explorada a dimensão de terem realizado esse cadastro antes ou depois da pandemia.

Nesse escopo, pode-se observar um aumento significativo na procura pelo uso da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TICs) e sua aplicabilidade nos serviços psicológicos, uma vez que esses profissionais foram acionados, considerando toda a conjuntura, para se adaptar e reinventar frente as particularidades atuais. Todavia, essa ampliação exponencial implica, inevitavelmente, a necessidade de rearranjar práticas, normas e procedimentos (VIANA, 2020) que, por sua vez, carecem de maiores estudos, discussões e investigações (OLIVEIRA, 2020).

Com relação ao futuro, Viana (2020) acredita que essas práticas e o uso das TICs nos processos de cuidados em saúde mental devem se tornar uma realidade, pois possibilitam atendimentos diferenciados e complementares aos dispositivos presenciais. Reconhecendo, assim, a relevância da temática e, no entanto, também apontando que as potencialidades e riscos desse tipo de atendimento devem ser objeto de pesquisas mais complexas.

### **6.3 Atenção psicológica em rede: grupos online como categoria de análise**

No contexto da população LGBT, a literatura científica indica a importância de plataformas online para permitir que esses sujeitos se sintam seguros para buscar apoio durante a pandemia da COVID-19 (FISH *et al.*, 2020). David Frost, Ilan Meyer & Sharon Schwartz (2016) ressaltam a relevância da rede de apoio para esses jovens, uma vez que participar dessas redes e estabelecer conexões com outras pessoas são fatores de promoção de saúde e, por outro lado, sua ausência, um fator de risco para a propagação de violências ligadas à LGBTfobia.

Nesse cenário, é importante entender como se deram as estratégias de atenção psicológica em rede para pessoas LGBT, considerando os grupos online como janelas para considerações e análises.

---

<sup>19</sup> Íntegra da matéria disponível em:

<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/02/interna-brasil,860185/conselho-federal-de-psicologia-tem-aumento-de-pedidos-de-consultas-vir.shtml> (Acesso em 15 fev. 2021).

De início, é possível observar que sete, das oito narrativas, como apontamos no tópico acerca da produção de sentidos sobre saúde mental da população LGBT em tempos de pandemia, consideraram o mencionado contexto como propulsor para pensar a necessidade da criação de redes. A curva presente nesse percurso linear, portanto, diz respeito as concepções construídas com Mário, que teve a motivação inicial na eleição de Bolsonaro como presidente do Brasil e as implicações práticas que observou na piora significativa da saúde mental dos/as estudantes.

Feitas essas considerações e pensando a organização dos grupos, elaboramos o quadro 11 para ponderarmos alguns dos seus elementos.

**Quadro 11** – Enquadramento Técnico dos grupos e autotclassificação dos profissionais

GRUPO	ENQUADRAMENTO TÉCNICO	NOMEAÇÃO
LGBTEncontros+	Grupo de Convivência	Facilitadora
Grupo de Apoio LGBTQIA+	Grupo de Apoio	Coordenador
Vozes e Cores	Grupo Psicoterapêutico	Condutor
Grupo de Apoio LGBTI+	Grupo de Apoio	Facilitadores
Vibe Colorida	Grupo de Apoio Grupo de Acolhimento	Facilitadores Coordenadores

Fonte: o autor (2022)

Verificamos, tanto nos textos narrativos, quanto nos *cards* de divulgação dos grupos no Instagram, que eles possuem quatro enquadramentos técnicos distintos: grupo de convivência, grupo de apoio, grupo psicoterapêutico e grupo de acolhimento. Em uma primeira análise, a partir da leitura das narrativas, pareceu-nos que eram dadas diferentes nomeações para formas similares de organização que, no entanto, possuíam algumas dinâmicas plurais. No entanto, aprofundando, percebemos que existem vários espaços de tensionamento que perpassam essas questões.

Manô afirma que o termo “convivência” emerge para evidenciar que, apesar de ter um potencial terapêutico, a proposta não era de um grupo psicoterapêutico nos moldes tradicionais, mas que pudesse, de forma online, possibilitar encontros e, literalmente, um espaço de convivência onde as pessoas pudessem se ver, se encontrar e trocar.

O “apoio”, com João, surgia nas falas dos/as participantes do grupo, quando verbalizavam que aquele era um espaço onde se sentiam seguros/as e sem julgamentos. Carol, em adicional, explica que esse “apoio psicológico” advém da promoção de um espaço de fala

e, por consequência, de se ouvir, ouvir outros/as e permitir que sua voz ecoe. Assim possibilitando que os/as integrantes entrem em contato com suas questões. Assim como Manô, afirma que esse suporte também é terapêutico, pois proporciona a constante mudança e construção de ideias.

Tiago problematiza essa necessidade de pensar um enquadramento técnico antes de vivenciar o grupo e seus desdobramentos, apontando que ele e Carol, como coterapeutas, a partir da disponibilidade e interesse para organizar o grupo, pautados em alguns estudos, iniciaram os encontros. Para ele, deve ser do processo para a teoria, não o inverso.

É importante lembrar, ainda, que Carol já tinha experiência anterior consolidada com grupos na modalidade presencial. A ideia inicial do grupo online perpassava o “apoio” na dimensão de um espaço onde as pudessem se colocar de maneira mais livre, sem preocupações com um suposto terapeuta abstinente. Tiago também segue a linha de Manô e Carol quando aponta que esse modelo de funcionamento apresentou significativas potencialidades terapêuticas.

Voltando para o campo das curvas e sombras, na perspectiva do tensionamento, uma importante reflexão é trazida por Tiago quando alega a utilização do título “Grupo de apoio LGBTI+” como uma estratégia. Isso porque, em sua experiência pessoal com outro grupo<sup>20</sup>, que foi delimitado como “terapêutico”, percebeu que a terminologia “apoio” era mais acolhedora. Percebeu, também, que o “grupo terapêutico” carregou uma ideia de um lugar onde o profissional de psicologia atuaria como alguém que faz diagnósticos, tratamentos e todos os outros estigmas decorrentes.

Jul compactua com essa ideia, na medida em que entende que espaço de “acolhimento” seria a melhor forma de descrever o grupo, onde todo mundo poderia falar e (se) ouvir, conforme Carol caracterizou o grupo de apoio. Jul também compreende a ideia de “grupo terapêutico” ou “atendimento em grupo” como uma postura de distanciamento da proposta deles. Diferentemente das perspectivas apresentadas, em uma curva acentuada, Mário destaca que, em termos de técnica, o Vibe Colorida é caracterizado como “grupo terapêutico”.

No geral, nos parece que apesar de os outros grupos não se tratarem/denominares como grupos terapêuticos ou psicoterápicos, em muitas situações, as pessoas se beneficiem emocionalmente ao participar destas intervenções.

Essas diferentes formas de nomeação, como exploramos, habitam um espaço de grande

---

<sup>20</sup> Importante frisar, por uma dimensão ética, que essa foi uma fala evidenciada por Tiago como dedução extremamente pessoal e pautada unicamente nas próprias experiências.

tensionamento no diálogo entre as narrativas. Mas não apenas nelas, buscando a literatura científica, Carla Guanaes e Marisa Japur (2001), afirmam que

Apesar dessa grande expansão das práticas grupais, existe ainda uma grande confusão conceitual nas definições dos diferentes grupos realizados, sendo que apenas a nomeação de um determinado grupo permite saber pouco sobre sua natureza e modo de funcionamento. Por isso, faz-se fundamental a compreensão da natureza dos grupos estudados, para além de suas denominações, para um entendimento sobre as possibilidades e limites terapêuticos destas várias formas de intervenção (Dies, 1992; Ishara, 1996). (p. 191).

É importante lembrar, também, que essas considerações das produções científicas foram feitas a partir dos estudos sobre grupos presenciais. Constatamos uma grande escassez de textos sobre grupos online.

No âmbito das sombras, esses enquadramentos não foram profundamente explorados. Não estávamos preocupados em saber, primordialmente, em quais prisões conceituais esses/as profissionais estavam ancorados/as. Nos importava entender como o grupo funcionava.

No entanto, após diversas leituras dos textos e no processo de (des)organização dessas análises, sentimos falta dos debates sobre esses aspectos. Identificamos, no geral, poucas referências explícitas a teorias e diálogos com as produções científicas em psicologia. Entendemos, portanto, além do campo de tensionamento, que esse espaço de sombras coabita as narrativas e os estudos científicos.

Outro elemento que está relacionado ao supracitado, descrito no quadro 11, diz respeito as diferentes formas de nomeação que os/as profissionais se auto classificam, variando entre a posição de facilitador/a, coordenador/a ou condutor/a.

Para ajudar a elucidar nossas curiosidades, Isis Coelho, Mayara Mello e Karla Adrião (no prelo) fazem uma diferenciação entre trabalho *de* grupo, *em* grupo e *com* grupo. As considerações das autoras podem servir como fio para entendermos distinções entre facilitador e coordenador. Entendem que

O trabalho *de* grupo tem um funcionamento no qual não se apontam distinções entre os/as integrantes, ou seja, não há aquele/a que se posicionará como facilitador(a) ou coordenador(a) do grupo. Apenas se percebe a relação entre os/as integrantes de modo a alcançar um objetivo em comum. Além disso, normalmente, não se utiliza de técnicas grupais. No trabalho *em* grupo visualiza-se a figura do/a coordenador(a), sendo esse um(a) profissional que se coloca em uma posição mais neutra na relação com o grupo. Em outras palavras, o grupo é composto por integrantes que são orientados de uma forma mais direta por um(a) profissional. Já o trabalho *com* grupo destaca-se o papel de facilitador(a) que atua como um guia, cuidando e promovendo a melhor situação para desenvolver o trabalho. Nessa perspectiva, o/a facilitador(a) é considerado/a um membro do grupo. Ele/ela não só aplica as técnicas, mas também participa quando achar pertinente, promovendo uma relação mais horizontal entre os

integrantes. Embora, o/a facilitador/a transite entre esses dois lugares é importante que sua postura esteja bem delimitada. Para isso, é necessário ter uma sensibilidade a fim de demarcar as posições. Assim, o facilitador/a pode assumir um lugar de participante, porém, sem deixar de ser o(a) observador(a) e cuidador(a) do grupo. (no prelo).

Dessa maneira, confrontando os textos coproduzidos com as palavras das autoras, é possível perceber que o trabalho *com* grupos é o que mais se aproxima da maioria das dinâmicas de funcionamento relatadas, inclusive na perspectiva do/a facilitador/a atuando com duplo papel dentro do grupo, mesmo que não tenha se denominado como tal.

Esses estudos, considerações e análises são importantes para que possamos entender como esses grupos se organizam, as potencialidades e limitações de cada um deles. Isso porque, só assim podemos pensar políticas de saúde mental no contexto remoto que possam atingir toda a diversidade que a sigla LGBT carrega, considerando todos os aspectos interseccionais, como tentamos trazer na apresentação nas narrativas.

Isso porque, parece ser um grande desafio a criação e/ou manutenção de redes de apoio em ambientes online, tão importantes, como argumentamos nos tópicos anteriores, para a saúde mental da população LGBT, bastante afetada no contexto da pandemia de COVID-19.

Amy Green, Myeshia Price-Feeney & Samuel Dorison (2020), preocupados com os potenciais impactos negativos do distanciamento físico, indicam que pessoas LGBT devem buscar conexões afirmativas. Isso poderia ocorrer, de acordo com o manuscrito, através de redes online de apoio já existentes ou, ainda, integrando-se em espaços online seguros para a comunidade, que potencialmente constroem espaços de ajuda mútua, cuidado, sentimento de segurança emocional e de que não estão sozinhos, ou seja, apresentam estratégias que parecem convergir com a capacidade de minimizar os principais impactos negativos elencados pelas pesquisas brasileiras citadas nos tópicos anteriores, como a da Vote LGBT & Box 1824 (2020) e a organizada por Cerqueira-Santos, Ramos & Gato (2020).

Fish *et al.* (2020), argumentam, também, que o distanciamento físico das redes de apoio – “família escolhida” – está refletindo um aumento da busca por conexões através de mídias sociais e plataformas semelhantes. Nesse sentido, os fatores estressores atuais parecem ter relação direta com o envolvimento (ou não) nessas redes online por parte dos jovens LGBT (FISH *et al.*, 2020). Ou seja, muitos indivíduos dessa comunidade estão se voltando para contextos online específicos em busca de apoio, cuidado e acolhimento dos seus pares.

Na perspectiva do estudo sobre grupos terapêuticos online, Carla Donnamaria & Antonios Terzis (2011) trazem o entendimento de que esses grupos podem oferecer, assim como os presenciais, benefícios que ultrapassam a caracterização da reunião de várias pessoas

na mesma dimensão de tempo e espaço. Dessa maneira, então, ponderam o potencial dos citados grupos de acionar sentimentos e olhares que são intrínsecos ao acontecer grupal; não sendo possível, portanto, gerar as mencionadas questões em diferentes contextos. Além disso, mencionam “a possibilidade dos outros no grupo [online] se tornarem os ‘outros’ reais das situações vividas pelo indivíduo” (TERZIS *et al.*, 2007 *apud* DONNAMARIA & TERZIS, p. 20, 2011). O que parece, então, contribuir com possíveis respostas para as demandas atuais da existência de grupos de apoio/família escolhida entre pessoas LGBT.

Green, Price-Feeney & Dorison (2020) reafirmam, no contexto atual, a importância de que os jovens LGBT tenham acesso aos seus pares, indivíduos que os apoiem, permitindo o desempenho de ajuda mútua, discussão de dificuldades e compartilhamento de estratégias de sobrevivência.

Dar visibilidade a esses grupos, no contexto brasileiro, é possibilitar que outros/as profissionais tenham conhecimento sobre essas iniciativas e possam trabalhar de maneira semelhante, com as devidas adaptações para cada contexto. Por ser uma pesquisa exploratória, é possível que essas narrativas sejam instrumento para análises mais aprofundadas, considerando as citadas “dinâmicas plurais” que não foram, por ora, objeto de discussões.

Como exemplos dessas particularidades de cada grupo, pode-se pensar a influência da periodicidade, dos dias e horários, formas de contribuição financeira, fluxo de participantes; bem como, até quem esses grupos conseguiram chegar e quais motivos e marcadores envolvem esse alcance; quem permaneceu nos grupos, dentre várias outras possibilidades.

## 7 A DISSERTAÇÃO ACABA QUANDO O PRAZO TERMINA!

“A dissertação acaba quando o prazo termina!”. Em algum momento, nesses dois últimos anos, ouvi essa frase. Peço desculpas, pois não lembro quem disse, nem o contexto. Mas agora faz tanto sentido. De fato, a dissertação precisa acabar. Cada vez que leio, sinto que falta algo, ou melhor, que desejaria desenvolver muita coisa. Ainda tenho tanto para falar, para digitar, para pensar, para dialogar. E assim essa escrita foi, voltou, foi novamente, e não acabava. Poderíamos ter feito diferente, sabemos, mas se assim o fizéssemos, não teríamos produzido o que aqui apresentamos.

Cada vez que alguém ler, também terá uma sugestão sobre algo que não foi escrito, mas que poderia ter sido referido. Se assim o fizesse, o texto não teria fim. Mas ele tem? Não, esse não é um fim! É uma porta para muitos outros começos no campo da produção científica. No entanto, o prazo chegou. Não satisfeitos, ainda pedimos prorrogação, alguns meses para tentar elaborar mais, com melhor qualidade, preencher as lacunas, nos preparar para um “ataque” (antônimo de defesa), já que o rito formal do mestrado acaba com a “defesa” da dissertação. Tolice da minha parte acreditar que isso seria possível.

Nossa ideia, então, não é concluir na perspectiva de fechamento de um ciclo, mas reconhecer pontos que poderiam ter sido melhor elaborados, discutidos. Como pudemos observar, o material narrativo oferece múltiplas possibilidades de caminhos para aprofundamentos. As análises, portanto, constituem-se da coprodução e qualquer síntese lógica seria uma maquiagem ou o mascaramento de uma construção fluida e dialógica. Intentamos, portanto, destacar alguns desses pontos na esperança de que possam fornecer subsídios para a continuação de novas pesquisas.

A análise da conjuntura política associada ao momento pandêmico pode ser um dos nossos primeiros apontamentos. Após toda a construção, percebemos que não discutimos profundamente as implicações do governo Bolsonaro, associado à pandemia, nas políticas de produção de mortes. Nesse sentido, é de extrema relevância considerar essa associação para pensar as práticas públicas e as políticas de intimidade na saúde mental da população LGBT no contexto supracitado. Como observado por Mário, um dos nossos interlocutores, os significativos agravamentos na saúde mental da população LGBT antecedem a pandemia, já decorrendo do cenário político instituído com as eleições presidenciais de 2018.

Podemos apontar, também, a riqueza das narrativas na abertura de investigações sobre o funcionamento de grupos online. Isso porque, percebemos escassa literatura com relação a diferentes dinâmicas de grupo na psicologia, sobretudo quando falamos de grupos online.

Acerca do aspecto supramencionado, ainda, trouxemos uma proposta baseada no feminismo interseccional, pois pretendíamos refletir sobre os/as diferentes interlocutores/as, mas, além disso, também observamos a carência e urgência de pensar, ancorados nesses saberes, sobre as pessoas LGBT que conseguem acessar os grupos. Essas são questões que precisam de maiores reflexões.

Como abordado nas narrativas e também na revisão bibliográfica inicial, existe uma grande disparidade de participação de pessoas transgênero, tanto nas produções científicas em psicologia (circunscritas as que pesquisamos), como nos próprios grupos online. Pistas foram oferecidas no sentido de que essas pessoas podem não se identificar com algumas discussões trazidas quando ampliamos para todo o cenário LGBT. Da mesma forma, existe nos textos híbridos construídos com profissionais transgêneros, alusões a necessidade de criação de grupos específicos para essa população, outra limitação das nossas análises e campo para pesquisas futuras.

A classe social também poderia ter sido melhor explorada, pois toda a nossa pesquisa está baseada no contexto online, mas diversas populações vulnerabilizadas, como a LGBT, possuem condições socioeconômicas muito distintas de vida e, por isso, não tivemos acesso ou fornecemos contribuições sobre como está se dando a atenção psicológica para pessoas LGBT no contexto da pandemia de COVID 19 que não possuem sinal de internet ou equipamentos adequados. Aqui em Siriji, por exemplo, não temos tecnologias de dados móveis para celulares. Além de todos os problemas estruturais, é difícil pensar como poderia ser ofertado algum tipo de serviço psicológico para as pessoas LGBT que aqui vivem.

Essa também é uma das limitações da nossa pesquisa que, dentre outros aspectos que talvez não possamos identificar, exclui pessoas que não possuem acesso à internet, a recursos adequados para participar de chamadas de vídeo ou, ainda, que não estão em um ambiente seguro para mediar/expor e compartilhar aflições (podendo, inclusive, esse ambiente ser a própria casa). Nos referimos tanto aos profissionais (que podem, ou não, ser LGBT), quanto as pessoas da própria comunidade. Apesar dessas últimas não participarem, diretamente, do que apontamos como amostra, elas poderiam influenciar na produção dos sentidos pelas/os profissionais.

Outra abertura seria a análise da produção de sentidos por parte das próprias pessoas LGBT que estão sendo assistidas por esses serviços. Falo isso, especificamente, por ter feito parte de um dos grupos de apoio que explanamos aqui na dissertação. Além de todas as minhas inquietações, também compartilhava muito com as pessoas que integravam o grupo acerca das potencialidades que aquele momento representava nas nossas semanas e nos nossos momentos

de confinamento. Mas também as dificuldades e os riscos, como quando não estávamos em ambientes que nos sentíamos seguros/as/es.

Escrever essa dissertação, ou melhor, viver o que aqui compartilhamos, não foi (tem sido, em menor grau) nada fácil. A temática, de maneira ampla, me atravessa, me atropela, me interpela, me esburaca. Passar por tudo isso “sozinho”, em meio a uma pandemia, me afetou significativamente. Utilizo as aspas para evidenciar todo o processo de ensino remoto, de criação de vínculos virtuais, de orientações online... de estar aqui, agora, às 4h03min da manhã, sentado em uma cadeira, na frente do computador, sozinho.

Talvez não tivesse sido tão difícil com os encontros presenciais, corpo a corpo, os abraços, as amigas de turma, os compartilhamentos nos corredores do CFCH e na sala do GEMA. Digo “talvez”, pois a pandemia me roubou a possibilidade de viver isso, só ouvi falar. Mas, também me apresentou muita experiência nova. Não à toa, começar já foi muito difícil, finalizar está sendo mais ainda.

Longe de tecer considerações finais, aqui vão mais aberturas do que fechamentos.

Deveria ser uma conclusão?

Se essas eram suas expectativas, poderia dizer “desculpa!”, mas como não há culpa, apenas deixo registrada uma posição que nos parece mais coerente com todas as linhas, curvas e sombras que conformaram a produção qualitativa, portanto artesanal, desta dissertação. Registro, também, o desejo de que nossa conversação possa seguir em outros textos e contextos.

Até logo!

Túlio

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maríllia Gabriella Torres de. **A Psicologia fora do armário: contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LEE, Henrique de Oliveira. A Psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 131-154, 2015.
- BALASCH, Marcel; MONTENEGRO, Marisela. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: las producciones narrativas. **Encuentros en psicología social**, v. 1, n. 3, p. 44-48, 2003.
- BESSA, Juliana; FILHO, Fernando; SANTOS, Kwame, COSTANTIN, Juliana; LIMA, Juliana, SILVA, Thyfani. A 'moldura' em análise. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, p. 7-15, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT**. Brasília: MS; 2011.
- CARDOSO, Daniel Cordeiro. **Análise descritiva da construção histórico-social do olhar de psicologia sobre a homossexualidade a partir de produções do portal de periódicos Pepsic: um estudo bibliográfico**. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara: UNESP, 2015.
- CARVALHO, Bruno Robson de Barros. **Por uma psicologia não-fascista para um mundo catastrófico: a experiência de profissionais de psicologia face à LGBTfobia**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife: UNICAP, 2020.
- CASSAL, Luan Carpes Barros; BELLO, Héder Lemos; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Enfrentamento à LGBTifobia, Afirmação Ético-política e Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, 2019.
- CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa, 2007.
- CATELAN, Ramiro Figueiredo. Setembro Amarelo, suicídio e a saúde mental da população LGBT. In: **Abstraindo a Realidade**. Texto de blog. 2018.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder, RAMOS, Mozer de Miranda & GATO, Jorge. **Redes de apoio social e saúde psicológica em jovens LGBT+ durante a pandemia de COVID-19: Relatório de divulgação de dados preliminares**. 2020.
- COELHO, Daniel. **“Nada sobre a gente sem a gente”: narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências na formação em Psicologia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

COELHO, Ísis; MELLO, Mayara; ADRIÃO, Karla Galvão. **Trabalho com grupos**. In: Manual de trabalho com jovens. Projeto Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape. No prelo.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 4, de 26 de março de 2020**. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Brasília, DF: CFP, 2020.

CORRÊA, Tiago Matheus. **Escuta psicológica a meninas e mulheres em situação de violência sexual: narrativas entre inteligibilidades, ética e jogos de poder**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

CORREA, Tiago Matheus; MEDRADO, Benedito. Sexualizando narrativas: o prazer cartográfico de contar histórias sobre fazer pesquisas. In: Rosineide Cordeiro; Luciana Kind. (Org.). **Narrativas, gênero e política**. 1ed. Curitiba: EDITORA CRV, v. 1, p. 149-172, 2016.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Escolhendo entre cinco abordagens*. São Paulo: Penso Editora LTDA, 2014.

DONNAMARIA, Carla Pontes; TERZIS, Antonios. Experimentando o dispositivo terapêutico de grupo via internet: primeiras considerações de manejo e desafios éticos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 17-26, dez. 2011.

DUARTE, Marco José de Oliveira. **Vidas precárias e LGBTQifobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes**. 2020. Recuperado de [https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT\\_Convid\\_19\\_APES-1.pdf](https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf). Acesso em: 14 de dez. 2020.

FISH, Jessica. N., MCINROY, Lauren. B., PACELEY, Megan. S., WILLIAMS, Natasha. D., HENDERSON, Sara, LEVINE, Deborah. S. & EDSALL, Rachel N. "I'm Kinda Stuck at Home With Unsupportive Parents Right Now": LGBTQ Youths' experiences With COVID-19 and the importance of online support. **J. Adolesc. Health**, 67, p. 450–452, 2020.

FROST, David. M., MEYER, Ilan. H., & SCHWARTZ, Sharon. Social support networks among diverse sexual minority populations. **American Journal of Orthopsychiatry**, 86, p. 91–102, 2016.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Sexual and Gender Diversity in Clinical Practice in Psychology. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 28, 2018.

GILSON. **Pra Gente Acordar**. YouTube, 2 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SGjfxbARo1A>

GERGEN, Kenneth J. O Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. SOARES FILHO, Ercy José (tradutor). **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009. 1985.

GREEN, Amy. E., PRICE-FEENEY, Myeshia. & DORISON, Samuel. **Implications of COVID-19 for LGBTQ Youth Mental Health and Suicide Prevention**. New York, New

York: The Trevor Project, 2020.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Fatores terapêuticos em um grupo de apoio para pacientes psiquiátricos ambulatoriais. **Brazilian Journal of Psychiatry** [online]. v. 23, n. 3, 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

IÑIGUEZ, Lupicinio. La Psicología Social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: GUARESCHI, N. M. de F. (Org.). **Estratégias de Invenção do Presente: a Psicologia Social no contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 15-53, 2004.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas acadêmicas ou sobre como contamos o que fazemos. In: Rosineide Cordeiro; Luciana Kind. (Org.). **Narrativas, gênero e política**. 1ed. Curitiba: EDITORA CRV, v. 1, p. 185-198, 2016.

KNIEST, Gustavo Rihl. **A relação terapêutica frente à homossexualidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife: UNICAP, 2005.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Daiane Maus. **A(s) Clínica(s) Psicológica(s) e a Diversidade Sexual: percorrendo trajetórias de vida**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MARQUES, Daiane Maus; NARDI, Henrique Caetano. Anormais, bárbaros e bárbaras: trajetórias de vida de homossexuais e clínica psicológica. **Aletheia**: v. 35-36, p. 109-122, maio/dez. 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDRADO, Benedito *et al.* Literatura científica sobre gravidez na adolescência como dispositivo de produção de paternidades. In: Maria Juracy Filgueiras Toneli; Benedito Medrado; Zeidi Araújo Trindade; Jorge Lyra. (Org.). **O pai está esperando? Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência**. 1ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, v. 1, p. 25-52, 2011.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; NASCIMENTO, Marcos; BEIRAS, Adriano; CORREA, Aurea; ALVARENGA, Eric; LIMA, Maria Lúcia. Men, masculinity and the new coronavirus: sharing gender issues in the first phase of the pandemic. **Ciencia & Saude**

**Coletiva**, v. 26, p. 179-183, 2021.

MELLO, Ricardo Pimentel *et al.* Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 26-32, Dec. 2007.

MESQUISTA, Daniele Trindade. **Análise das concepções e práticas de psicólogos/os frente às normativas do Conselho Federal de Psicologia sobre diversidade sexual e de gênero**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Improving provision of effective psychological care for lgb persons: client perceptions of diversity competences of clinical psychologists and psychotherapists. **PSICOLOGIA**, Vol. XXVI, n.1, Lisboa: Edições Colibri, p. 97-108, 2012.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. **Ex æquo**, n.º 20, p. 159-172, 2009.

MONTUORI, Alfonso. Literature Review As Creative Inquiry: Reframing Scholarship As a creative process. **Journal of Transformative Education**, v. 3, n. 4, p. 374–393, 2005.

MORAIS, Edclécia Reino Carneiro de; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Prefácio. In: Jaileila de Araújo Menezes, Juliana Oliveira A. de Souza, Wanderson Vilton (Org.). **Políticas de narrativas na pesquisa em psicologia**. Recife: Ed. UFPE, p. 8-9, 2021.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Ver Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 48, n. Esp2, p. 193 – 199, 2014.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 408-412, Dec. 2005.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Editora Devires, 232p., 2017.

OLIVEIRA, Lucas Suisso de. Psicologia e pandemia: atendimentos online como possibilidade de cuidado. **Diaphora**. Porto Alegre: v. 9 (2), jul/dez, 2020.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de & MOTT, Luiz (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1º ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife,

2016.

PUJOL, Joan; MONTENEGRO, Marisela. Producciones narrativas: una propuesta teórico-práctica para la investigación narrativa. In: Maite Rodigou Nocetti; Horacio Luis Paulín. **Coloquios de investigación cualitativa: desafíos en la investigación como relación social**. Córdoba: Socialex, pp. 15-42, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIOS, Luis Felipe; NASCIMENTO, Ítala Fabiana dos Santos. Homossexualidade e psicoterapia infantil - possibilidades e desafios para a construção dos direitos sexuais na clínica psicológica. **Revista Psicologia Política**, v. 7, p. 3, 2007.

RUSSELL, Stephen T.; FISH, Jessica N. Mental Health in Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) Youth. **Annual Review of Clinical Psychology**: v: 12, p. 465-487, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA (SBP). **Tópico 5 – Recomendações para o exercício profissional presencial e on-line da psicologia frente à pandemia de COVID-19**. Responsáveis: Ana Carolina Peuker e Katie Moraes de Almondes: Grupo de Trabalho (GT) de enfrentamento da Pandemia SBP COVID-19, 2020.

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento. **Homossexualidade e Discriminação: o preconceito sexual internalizado**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC – RJ, 2007.

SPINK, Mary Jane. O conhecimento como construção social. In.: **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 1-25, 2010.

SPINK, Mary Jane P.; FREZZA, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane (org) et al. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 1 – 21. 2013.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. In: Mary Jane Spink. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, v. 1, p. 71-99, 2013.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (org) et al. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 22-41, 2013.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 26, n. 1, pp. 32-43, 2014.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, Dec. 2003.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANA, Diego Mendonça. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ONLINE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19. **Cadernos ESP-Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, 14(1), p. 74-79, 2020.

VOTE LGBT & BOX 1824. **Diagnóstico LGBTQ+ na Pandemia: desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://votelgbt.org/pesquisas>. Acesso em: 23 de nov. 2020.

WALKER, Sharon. Literature Reviews: Generative and Transformative Textual Conversations. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, v. 16, n. 3, 2015.

ZAKABI, Denise. Clínica LGBTQ: contribuições do psicodrama para superação do estigma e da discriminação. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 06-14, 2014.